



ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA

BOLETIM – EDIÇÃO ESPECIAL

(EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR
ADRIANO MOREIRA, PRINCIPAL FUNDADOR DA AICP)

LISBOA

**ACADEMIA INTERNACIONAL
DA
CULTURA PORTUGUESA**

**BOLETIM
EDIÇÃO ESPECIAL**

(em homenagem ao Professor Doutor
Adriano Moreira, principal fundador da AICP)

**Edição Especial | FEV2024
(60º aniversário da AICP)**

O artigo 19.º dos Estatutos da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, aprovados pelo Decreto n.º 46 180, de 6 de Fevereiro de 1965, determina que haverá duas publicações Académicas de carácter permanente: o *Boletim* e os *Anais*

TÍTULO:

Boletim – Edição Especial – 2024 (60º aniversário da AICP)

EDIÇÃO:

Academia Internacional da Cultura Portuguesa

EXECUÇÃO GRÁFICA:

Página Ímpar, Lda

DEPÓSITO LEGAL:

68080/93

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	5
ADRIANO MOREIRA: UM SÉCULO DE MAESTRIA	11
Luís Aires-Barros	
TEXTOS DE ADRIANO MOREIRA NA REVISTA <i>NOVA ÁGUA</i>	19
Renato Epifânio	
REFLEXÕES SOBRE O DIREITO DE INGERÊNCIA	33
José Fontes	
EM HOMENAGEM A ADRIANO MOREIRA	47
Francisco Proença Garcia	
SOBRE DIPLOMACIA	57
Maria Regina Mongiardim	
PORTUGAL ENTRE DOIS IMPÉRIOS	75
Carlos Monjardino	
CONGRESSOS TRANSMONTANOS – A PRESENÇA DE ADRIANO MOREIRA	81
António Jorge Nunes	
A LUSOFONIA SEGUNDO ADRIANO MOREIRA	95
José Filipe Pinto	
ARTIGO DE HOMENAGEM AO SENHOR PROF. ADRIANO MOREIRA, FUNDADOR DA AICP POR OCASIÃO DO SEU 60º ANIVERSÁRIO	109
António Carlos Rebelo Duarte	
SOBRE ADRIANO MOREIRA: FIGURA DE EXCELÊNCIA – EXEMPLO DETERMINANTE	119
Maria Beatriz Rocha-Trindade	
HISTÓRIA E CRIATIVIDADE ARTÍSTICO-LITERÁRIA. CONSIDERAÇÕES EM TORNO DE UMA ESTÉTICA DA LUSOFONIA	127
José Carlos Venâncio	

NOTA DE ABERTURA

Maria Regina de Mongiardim

*Presidente do Conselho Académico da Academia
Internacional da Cultura Portuguesa*

Nesta Nota de Abertura da Edição Especial do Boletim da AICP, seria meu dever escrever sobre Adriano Moreira, uma tarefa tão grandiosa e difícil, quanto audaz. Conheci o Professor Adriano Moreira há 45 anos, e com ele privei amiúde. Foi meu professor, meu orientador de teses e, para minha grande honra e orgulho, meu Amigo. Apesar dessa tão rica vivência, não me sinto capaz de escrever sobre ele, porque ficaria sempre muito aquém de tudo o que Adriano Moreira foi e representou. Não apenas para mim, mas, para todos os que o conheceram e com ele privaram, e para todo o Portugal.

Limito-me, por isso, a umas muito breves notas sobre esta insigne figura do panorama cultural, académico, educativo e político do nosso país, que nos deixou há dois anos com a gloriosa idade de cem anos, a quem queremos homenagear.

Adriano Moreira foi um homem do seu tempo, à frente do tempo, e assim viveu, conviveu, refletiu, participou, escreveu e ensinou.

Profundamente arraigado às suas raízes familiares e transmontanas, Adriano Moreira era, simultaneamente, um conservador e um progressista; um ser da sua ecúmena e um cosmopolita; um nacionalista, que “caiu no mundo, quando, pela primeira vez, aterrou nas Nações Unidas” (como ele dizia), para se tornar também um internacionalista.

Para Adriano Moreira, o internacionalismo era um fenómeno simultaneamente social e cultural, donde, as suas raízes filosóficas entroncaram no ethos das comunidades humanas.

Adriano Moreira queria acreditar na condição humanitária da sociedade internacional, sendo dela descrente; queria acreditar na marcha para a unidade do mundo, reconhecendo embora o peso incontornável dos nacionalismos e dos interesses vitais do Estado; queria acreditar nos projetistas da paz, reconhecendo-lhes embora contradições e embaraços utópicos; sendo católico confesso, queria acreditar na força do ecumenismo religioso, desconfiando da sua eficácia e viabilidade; sendo conservador, via-se como um “iluminista” moderno; queria encarar com esperança o país que lhe tocara viver, sendo um pessimista, mas com sentido de humor.

Adriano Moreira era brilhante; uma figura única, exemplar, que se distinguiu como intelectual, como académico, como cientista, como professor, como político, como orador.

Esta Edição Especial do Boletim da AICP, sendo uma homenagem ao Professor Adriano Moreira, é também dedicada ao aniversário da nossa Academia, que cumpre sessenta anos de existência e atividade no dia 6 de fevereiro de 2025, e cuja fundação fica, também, a dever-se a um conjunto de prestigiados intelectuais, eclesiásticos e professores universitários, que acompanharam Adriano Moreira neste seu projeto: António da Silva Rego, Armando Cortesão, Armando Gonçalves Pereira, Armando Reboredo e Silva, Joaquim Aguiar, João da Costa Freitas, Jorge Dias, José de Azeredo Perdigão, José Nasolini Pinto O. da Silva Leão, Luís da Câmara Pina, Manuel Trindade Salgueiro e Virgínia Rau.

Sessenta anos de um percurso em que, desde a sua fundação, a Academia teve ao leme a figura ímpar do Professor Adriano Moreira, beneficiando da sua dedicação ao país e à cultura portuguesa, da sua convicção sobre a grandiosidade dessa cultura, do seu estímulo e do seu afã institucionalista, da sua sabedoria e da sua visão prospetiva.

Sessenta anos, que se iniciaram com a realização de dois Congressos das Comunidades de Língua Portuguesa, em 1964 e 1967, respetivamente, na Sociedade de Geografia de Lisboa e no NRP “Príncipe Perfeito”, ao largo de Moçambique, de que resultou a constituição da União das Comunidades de Cultura Portuguesa e desta nossa Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Sessenta anos, em que o móbil fundador da Academia foi, essencialmente, o revigoreamento dos sentimentos pátrios de comunidades portuguesas expatriadas, longínquas e dispersas, através da valorização da cultura e da língua portuguesas, e do reforço dos laços com a “terra-mãe”, a fim de minimizar os efeitos nocivos do seu afastamento, muitas vezes forçado, de contrariar sentimentos de inferioridade, que a pobreza do país e o clima internacional de contestação à política ultramarina de Portugal pudessem suscitar, e de lhes proporcionar um ambiente mais favorável nas sociedades de acolhimento.

Sessenta anos, que cruzaram dois regimes políticos antagónicos, de um Portugal de “aquém e além-mar”, orgulhoso da sua gesta marítima, mas iliberal e circunspecto, para, após o golpe militar do 25 de abril de 1974, um “novo” Portugal, democrático, europeu e ocidental; um Portugal que se pretende universal, pela sua história e pelo rasto que deixou em todas as partes do mundo; um Portugal respeitador da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, defensor dos Direitos Humanos, adepto do multilateralismo e “contribuinte líquido” da paz mundial; um Portugal marítimo, que se revê, geoestrategicamente, nas rotas do Atlântico e do Mediterrâneo, nas ligações Norte-Sul, e nas relações transatlânticas, supervisionadas pela NATO, de que é membro fundador; um Portugal que não renega, antes deseja fomentar os laços culturais, linguísticos, sociais, políticos e económicos com os jovens países saídos da descolonização.

Sessenta anos, assim, de dupla convivência institucional, primeiro, com um regime colonialista, defensor à outrance da submissão pela força dos territórios coloniais e das respetivas populações, e, posteriormente, com um regime democrático, favorável à autodeterminação e independência desses territórios, reagrupados, mais tarde, enquanto Estados soberanos na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, por via da língua portuguesa comum e do mesmo legado histórico-cultural, sob a égide de Portugal e do Brasil.

Tudo isto a AICP viveu e a tudo se adaptou, evoluindo de uma instituição cultural fundada nos valores conservadores e nacionalistas, para uma instituição cultural renovada, aberta e moderna, que, sem ser ainda amplamente “internacional”, mas não renegando essa qualidade e ambição, está, por força das circunstâncias, mais focada no fomento dos laços culturais e linguísticos com os espaços geográficos e as gentes em que Portugal deixou a sua marca cultural. Neste sentido, a CPLP e os seus Estados-membros passaram a representar o domínio institucional e político privilegiado para a sua atividade, se bem que ainda pouco explorado, se comparado com a preponderância de instâncias nacionais adjacentes às figuras de proa da Academia.

O Professor Adriano Moreira superintendeu a toda esta evolução, fazendo chegar até nós uma Academia orgulhosa da sua génese, da sua história, do seu fundador e do seu mentor.

Nestes sessenta anos de vida da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Adriano Moreira não foi o seu único presidente. Mas foi ele, sem dúvida, o que se constituiu no seu maior esteio, e que por isso é lembrado, seguido e respeitado.

Entre o seu valioso legado, o Professor Adriano Moreira deixou-nos a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, ciente de que ela lhe sobreviveria e de que todos os Académicos, maioritariamente seus escolhidos, a cuidariam com esmero, dedicação, trabalho e responsabilidade, para que ela também nos sobreviva e continue a ser um lastro da Lusitanidade, que ele tanto acarinhou e fomentou ao longo da sua existência.

Afortunadamente, nos últimos anos, ainda em vida de Adriano Moreira, a Academia logrou dar passos importantes no sentido da sua projeção. Chamou a si ilustres Académicos, nacionais e estrangeiros, e tornou-se Observadora Consultiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), concretizando, dessa forma, um dos seus objetivos na senda da valorização da Lusofonia e da cooperação no quadro da promoção e divulgação da cultura e da língua portuguesas.

Desafortunadamente, Adriano Moreira já não assistiu à criação da página Web da Academia (www.aicp.webnode), à entrega de uma coleção completa dos Boletins da Academia à Biblioteca da Presidência da República, e a outras atividades, testemunho da sua vitalidade, como, o ingresso de novos Académicos Correspondentes de insígnies intelectuais de Angola, do Brasil, de Portugal e de Timor-Leste, a ascensão do Pe. Vítor Melícias a Académico de Número, e a realização de dois eventos dedicados ao Brasil, em parceria com a Missão Permanente do Brasil junto da CPLP (seminário “O Brasil na Nova Ordem Mundial”), e a Timor-Leste (colóquio “Timor-Leste na Encruzilhada de Vários Mundos”), ambos com o apoio institucional da CPLP.

Estamos convictos de que Adriano Moreira se regozijaria ao observar a atividade e a maior projeção da “sua” Academia.

Embora sediada em Lisboa e sendo Lisboa o centro da sua atividade, a AICP não tem fronteiras, porque num mundo globalizado e interplanetário, a cultura e a língua portuguesas devem ser transfronteiriças, e transportar consigo os princípios e valores que regem Portugal e a Comunidade Lusófona.

Era esse o leit motiv de Adriano Moreira.

Enquanto presidente do Conselho Académico da AICP, coube-me a grata missão de preparar as celebrações deste seu 60º aniversário.

Nestas celebrações incluímos esta edição especial do Boletim da Academia, que recolhe os contributos dos nossos Académicos, que, voluntariamente e com liberdade temática, quiseram participar, para, assim, homenagearem o Professor Adriano Moreira.

Com estes generosos contributos, podemos materializar parte relevante destas celebrações, ficando a fazer parte do acervo histórico da Academia, com vista ao futuro e à sua promoção.

Levar a bom termo esta iniciativa, para a qual vários Académicos quiseram contribuir, enche-me de satisfação e orgulho.

Para além da edição deste Boletim, quis o Conselho Académico organizar outros eventos evocativos desta efeméride, entre eles, uma exposição do acervo histórico da AICP, acompanhada do respetivo catálogo, e uma conferência sobre a fundação da AICP e seu contexto histórico, com a participação de ilustres conferencistas.

Para tanto, contamos com a colaboração, tal como estatuído, da Sociedade de Geografia de Lisboa, na pessoa do seu presidente e vogal do Conselho Académico da AICP, o Professor Doutor Luís Aires-Barros, e o assessoramento do seu Secretariado, realizado pelas Senhoras D. Carla Abreu e D. Sandra Abreu.

Contámos, ainda, com o saber e a dinâmica da Académica Correspondente, Professora Doutora Ana Cristina Martins, na organização da exposição do acervo da AICP, e na idealização e preparação do conteúdo substantivo do respetivo catálogo.

Contou ainda a Academia com a generosidade, a iniciativa e o dinamismo do Dr. Vítor Escudero, que se propôs selecionar e organizar o acervo documental da AICP, e contactar diferentes bibliotecas municipais e de instituições de ensino, para as auscultar sobre o interesse em receberem de oferta coleções completas do Boletim Anual da AICP, à imagem da que já foi oferecida à Biblioteca do PR.

Resta-nos esperar que a tutela da nossa Academia, exercida pelo Ministério da Cultura, reconheça a mais-valia da AICP para a Lusofonia e para o mundo da cultura, dentro e fora do país.

Permito-me confessar que estas celebrações, que deveriam ser de júbilo, acentuam a saudade e a tristeza pelo desaparecimento do Professor Adriano Moreira. É nessa saudade, que a todos atinge, que nos reunimos para, ao mesmo tempo que celebramos o aniversário da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, invocarmos a sua figura, como grande e inesquecível Sábio, Mestre, Académico, Humanista, Senador, Estratega e Empreendedor.

Ao Professor Adriano Moreira e à sua memória dedicamos este nosso pequeno, mas denodado esforço.

Bem-haja, Professor!

Feito este preâmbulo à Edição Especial do Boletim da AICP, não posso deixar de situar esta efeméride num tempo histórico de grandes incertezas, riscos e ameaças, que abalam o

mundo e a todos afetam, nos domínios político, económico, ambiental, tecnológico, científico e humanitário.

Pensávamos nós, há poucas décadas ainda, que quase havíamos atingido a “Paz Perpétua”, de Kant, ou o “Fim da História”, de Fukuyama.

Porém, no trajeto para a paz da comunidade internacional, já haviam sido lançadas sementes da discórdia e já germinavam ressentimentos, a desconfiança, o ódio e as ameaças.

Adriano Moreira, do alto da sua sabedoria, teve a premonição da complexidade crescente deste mundo anárquico e violento, em rápida e acentuada mudança. Os seus muitos escritos sobre a evolução da conjuntura internacional, a que assistia, revelavam a sua angústia e pessimismo. Mas nunca perdeu o ânimo e a lucidez, conseguindo ser, até ao final da sua vida, o Mestre dos Mestres.

A “casa comum da humanidade”, em que se filiou o espírito das Nações Unidas (ONU), e que o liberalismo vitorioso proclamava, iniciou a sua derrocada, no dealbar de 2000, com o fim da Guerra Fria, o avanço das ciências e da tecnologia, a globalização, e a incompreensão e revolta dos “secundarizados” e dos “deserdados do mundo”. Desde então, os conflitos religiosos substituíram a confrontação ideológica; a corrida aos recursos naturais do mundo e seu esgotamento espoletaram a ambição e competição dos mais fortes, dando origem a guerras sangrentas; a natureza em fúria abateu-se sobre os homens, sobretudo, os mais frágeis; as desigualdades cresceram, aumentando os índices de pobreza e de violência; os fluxos migratórios desordenados e em crescendo, procurando refúgio, deixaram de obedecer a regras e a fronteiras; o poder do mundo deslocou-se, produzindo maiores desequilíbrios e confrontações; e alguns Estados, ressentidos ou consternados por estes desafios, encastelaram-se nos seus interesses vitais e em fronteiras nacionais messianicamente “prometidas”, optando pela força das armas em vez do diálogo e da diplomacia.

Hoje, assistimos ao insucesso do sistema onusiano, à substituição da diplomacia pela força das armas, ao rearmamento das potências, à proliferação nuclear descontrolada, a uma nova guerra na Europa, em risco de escalar e alastrar, à profusão das guerras híbridas, ao declínio dos EUA como superpotência, à deslocação do poder mundial para a Ásia, à crise das democracias e ao revigoramento das autocracias, ao fracasso das grandes ideologias estruturantes, à exaltação dos nacionalismos e dos populismos, ao regresso do fanatismo e das lutas religiosas, ao aumento das desigualdades sociais e económicas, às tragédias ambientais, afetando, sobretudo, os mais fracos e vulneráveis, ao aumento dos fluxos migratórios e de comunidades desenraizadas e sem lar, ao aumento da xenofobia e do racismo, e à utilização indiscriminada e maliciosa da tecnologia.

Num mundo composto por 192 países, são já 55 os conflitos armados existentes e que nos entram em casa, em tempo real, todos os dias.

Oxalá novos ventos de bonança cheguem rápido até nós, à Europa e ao mundo.

E que a nossa Academia prospere e se afirme neste mundo culturalmente diverso e mais exigente.

ADRIANO MOREIRA: UM SÉCULO DE MAESTRIA

Luís Aires-Barros

Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa

A vida profissional de Adriano Moreira suportou-se, fundamentalmente pela sua atividade na notável escola que foi fundada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 1907, no reinado de D. Carlos e que é hoje o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, e igualmente na Sociedade de Geografia de Lisboa de que foi sócio desde 1953 até morrer em 2022.

Referirei situações que considero importantes para bem acompanhar o seu trajeto de cerca de notáveis oito décadas ao serviço da Nação.

Ao ler os comentários de Adriano Moreira sobre as suas relações com a Faculdade de Direito onde se licenciara e seus mestres, elas ficaram plasmadas na frase “as coisas não correram amáveis...”. E recorda o telegrama que recebeu do professor Mendes Correia, em setembro de 1950 a convidá-lo para ingressar no corpo docente da Escola Superior Colonial. (Moreira, 2008, pp.138 e 139).

O Professor Adriano Moreira aceita o convite e tem um comentário fundamental “foi um compromisso definitivo”.

Quem foi Mendes Correia? Foi um professor da Faculdade de Ciências do Porto que se dedicou à antropologia, foi Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa de 1952 a 1960, foi ainda diretor da Escola Superior Colonial que já deixara de estar sediada na Sociedade de Geografia de Lisboa, sendo dirigida pelo seu Presidente. Foi ainda presidente da Junta de Investigação do Ultramar.

Este convite foi muito importante para a vida de Adriano Moreira. Com efeito Adriano Moreira dedicou-se de alma e coração à Escola Superior Colonial, que reforma, amplia e introduz na Universidade Técnica de Lisboa. É um dos principais institutos superiores da Universidade de Lisboa. Adriano Moreira torna-se membro da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1953 e ascendeu a seu Presidente em 1964 onde permaneceu até 1974.

A atividade do Professor Adriano Moreira na Escola Superior Colonial é grande e diversificada. Visita Angola e Moçambique e vê *in loco* o que se devia fazer de novo e de acordo com o tempo que se vivia na Europa e em especial na ONU.

Participou em reuniões importantes como a de Bukavu, em setembro de 1955 onde se realizou a conferência inter africana de ciências sociais.

Entretanto Portugal entra na ONU, em 16 de Dezembro de 1955 o que leva o país a acompanhar um mundo saído da terrível Guerra Mundial de 1939-1945, movendo-se para

uma nova ordem sociocultural onde se tinha de acompanhar a natureza dos regimens dos países nascidos da descolonização.

Adriano Moreira é chamado a colaborar representando Portugal na ONU em 1957, 1958 e 1959.

Elaborou a resposta jurídica às exigências da ONU no sentido de Portugal se submeter ao processo de descolonização dos “non-self governing territories”.

Sem dúvida que o professor Adriano Moreira estava na posse de conhecimentos fundamentais sobre como e quando “olhar com novos olhos” para tudo: um vasto e complexo conjunto de territórios ultramarinos.

É fundamental recordar a importância do Centro de Estudos Políticos e Sociais proposto por Adriano Moreira e criado na Junta de Investigação Científica do Ultramar. Foram assim criadas várias missões de estudos e vários temas estudados e publicados.

Em 1958 Adriano Moreira ascende a Diretor do Instituto e dinamiza a atividade do Centro sendo publicados, até 1974, 88 volumes de Estudos.

A atividade sociocultural, política, e a projeção não só nacional, mas internacional e o conhecimento dos territórios ultramarinos e os problemas da sua gestão levam o Presidente do Conselho a chamar Adriano Moreira para colaborar no Governo.

Na altura era Ministro do Ultramar o Almirante Lopes Alves que tinha sido governador-geral de Angola. É atribuído a Adriano Moreira o cargo de Secretário de Estado do Ultramar, até que a remodelação do Governo se concluisse. Aliás o estado de saúde de Lopes Alves não permitia que este tivesse uma ação adequada aos problemas que se “amontoavam” nos territórios ultramarinos.

Recordo que em 11 de abril 1961 o General Botelho Moniz, Ministro da Defesa Nacional e o Coronel Almeida Fernandes, Ministro do Exército, exigem ao Presidente da República a demissão do Presidente do Conselho.,

Pretendiam tomar o Governo, aceitar a autodemissão proposta pela ONU, procurar o apoio dos Estados Unidos da América e definir novo programa a propor a independência dos territórios ultramarinos.

Como se sabe este desígnio não correu bem e houve importantes remodelações no campo das forças armadas.

Acresce que em 4 de fevereiro de 1961 dá-se o assalto à Casa de Reclusão Militar, em Luanda e em 15 de Março de 1961 inicia-se uma terrível ação militar entre as forças que se opunham ao status quo nos territórios ultramarinos.

A ação do Ministro Adriano Moreira, foi valiosa e significativa quanto à gestão dos amplos territórios que tinha de gerir. Foi corajoso nos terrenos da luta tal como nas decisões socioculturais a impor e desenvolver.

De facto, multiplicou os liceus que criou pelos vários territórios, criou o ensino superior em Angola e Moçambique, instalou o Instituto de Serviço Social e procurou modificar e atualizar a legislação existente, manifestamente caduca.

Entretanto as “coisas não correram bem” entre o Ministro do Ultramar e o Presidente do Conselho.



Acto de posse da Direção da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1966, presidida por Adriano Moreira

Com efeito na larga conversa havida entre os dois, no Forte do Estoril, o Presidente do Conselho terá dito que “se continuasse na linha que lhe demonstrara perigos graves, lhe fazia prever novas confrontações pelo que lhe era imperativo mudar de política”. A resposta do ministro foi que “acabava de mudar de ministro”.

Voltámos a ter Adriano Moreira ligado à Sociedade de Geografia de Lisboa e ao futuro Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Em 1964 vagou a Presidência da Sociedade de Geografia de Lisboa e Adriano Moreira foi eleito para esse cargo.

As relações entre o ISCSP e a SGL eram estreitas e vinham da fundação do Instituto, em 1907 na Sociedade de Geografia de Lisboa como Escola Superior Colonial.

Desde a sua fundação, em 1875, a SGL impôs-se no meio sociocultural da nação. O amplo e elevado valor sociocultural e científico dos seus fundadores e o apoio do rei D. Luís levaram a que esta Sociedade tomasse papel fundamental na sociedade de então.

Rapidamente criou uma Biblioteca, hoje considerada a melhor biblioteca nacional sobre temas tropicais, igualmente procurou criar uma Cartoteca de valor, não só histórico, como ligada à geografia atual. Não foi esquecida a criação de uma Fototeca. É lançada a criação de um Museu com recurso a vários sócios e principalmente com o apoio de larga soma de colaboradores vivendo nos vários territórios ultramarinos.

Quando Adriano Moreira ascende a Presidente da SGL já esta tinha sido presidida por uma plêiade de presidentes que durante a monarquia (Visconde de São Januário, Barbosa du Bocage, António Augusto de Aguiar e Almirante Ferreira do Amaral) e na República (Consiglieri Pedrosa, Bernardino Machado, Almirante Azevedo Coutinho, Mendes Correia). Adriano Moreira sucedeu a Rui Ulrich, professor da Faculdade de Direito e Embaixador.

O Professor transferiu a sua atividade, conhecimentos e discurso para a nova tarefa que cumpriu durante 10 anos, de 1964 a 1974.



Sessão Solene de encerramento do 1º Congresso das Comunidades Portuguesas (1964)

Começou por remodelar boa parte das instalações da Sociedade para o que recorreu, por um lado a arquitetos e decoradores e por outro conseguindo o apoio de mecenas que suportaram o custo das novas obras.

Feita a recuperação das instalações, reforçada a contribuição dos colaboradores, muitos deles docentes do Instituto foi lançado e programado o projeto de uma nova Congregação Geral das Comunidades Portuguesas.

O objetivo desta congregação estava em agregar e generalizar as relações entre os portugueses (e suas agremiações) espalhados pelo mundo.

Para conseguir este propósito o Professor Adriano Moreira organizou e realizou uma longa e demorada viagem que o levou ao Canadá, às duas costas dos Estados Unidos, desceu pela Venezuela e Brasil e alongou-se por Macau, Hong Kong e Tóquio. Não se esqueceram os centros europeus onde se agregavam emigrantes nacionais que há anos se dirigiam para vários países da Europa central.

Foram inúmeros os contactos e mobilizadas vastas representações de interessados em reunir em Lisboa, na SGL o que veio a ser o I Congresso das Comunidades Portuguesas que se realizou em setembro de 1964.

Este Congresso foi um êxito que contou com a colaboração de numeroso e qualificado conjunto de especialistas que organizaram e obtiveram colaborações sobre os temas pretendidos a apresentar no Congresso.

No discurso inaugural a que o autor chamou de Nação peregrina em Terra alheia Adriano Moreira definiu os objetivos do movimento que iniciaram a sua movimentação face às propostas feitas, discutidas e aprovadas na longa e importante viagem pelo mundo que fizera.

Cito um trecho desse discurso a que o seu autor sempre deu particular ênfase.

Ei-lo “O mundo em que vivemos, na data em que tentamos lançar este movimento de solidariedade entre portugueses, descendentes de portugueses e filiados no portuguesismo, é bem diferente do mundo em que decorreu a juventude da maior parte dos que aqui vieram meditar sobre a possibilidade de seus esforços (...).

Os países deixaram de poder ignorar-se, tão fortes são as interdependências do nosso tempo e, também por isso, não está de acordo com a sabedoria que as grandes potências tratam com descaso os interesses das pequenas nações”. (op.cit. Moreira, p.321).

Dado o interesse resultante do Congresso e dada a quantidade e qualidade de participantes dispersos pelo mundo, desde intelectuais a dirigentes das organizações económicas presentes, foi proposta a criação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e ainda a União das Comunidades de Cultura Portuguesa.

O interesse desencadeado pela realização do primeiro Congresso, manifestado nas inúmeras manifestações e apoios de instituições ligadas a numeroso núcleo de portugueses e luso descendentes e por apoios conseguidos da sociedade civil e as expectativas de futuras associações das comunidades motivadas, levou a programarem o II Congresso.

Este Congresso foi realizado em julho de 1967, a bordo do Paquete Príncipe Perfeito que partiu de Lourenço Marques (Maputo) seguindo a rota de Vasco da Gama com passagens na Beira, Nacomba e na Ilha de Moçambique. A sessão final foi a 23 de julho de 1967 em Lourenço Marques.

O mundo continuou a rodar. Em 1974 dá-se o Evento Nacional do 25 de Abril de 1974. A SGL sofre as vicissitudes da mutação de domínios políticos.

Adriano Moreira deixa a SGL em 1974 e a Direção deste é assegurada até 2000 por 4 marinheiros (Almirantes Fernando Fonseca e Barahona Fernandes, Cte. Serra Brandão e Almirante Sousa Leitão).

Em Janeiro de 2000 sou eleito Presidente da SGL e tenho gerido o seu desenvolvimento no seio dos condicionalismos da situação sócio-política do país.

As conclusões do II Congresso vieram a ser retomadas, no geral e na adaptação sócio-político-cultural pela CPLP, entretanto criada.

A atividade da AICP foi sempre seguida muito de perto pelo Prof. Adriano Moreira que me procurava, na SGL, para discutirmos o seu andamento. Esta colaboração, solicitada pelo Prof. Adriano Moreira manteve-se até ao seu falecimento.

Estas notas sobre alguns momentos importantes do Prof. Adriano Moreira pretendem mostrar como o desenvolvimento temporal da sua vida está ligado à sua vivência na Sociedade de Geografia de Lisboa e à Escola Superior Colonial nela criada em 1907. Esta pausatamente seguiu um caminho que foi traduzindo muitos acontecimentos socio-políticos da vida deste homem até chegar ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.



Adriano Moreira e Luís Aires-Barros na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 2017, durante as Comemoração dos 100 anos da criação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas -ISCSIP

A Sociedade de Geografia de Lisboa foi sempre um local mais calmo que permitiu realizar muito do passado nas “lutas” da vida política.

Apenas pretendo salientar a espetacular vivência de um Homem centenário, de cultura superior e vontade férrea de tornar as suas ideias realidades promissoras.

Nessa caminhada foi criada a Academia Internacional da Cultura Portuguesa em 6 de fevereiro de 1965.

O decreto que a criou começa, logo no primeiro parágrafo por salientar que “atendendo aos votos formulados pela União das Comunidades de Cultura Portuguesa num Congresso realizado em Lisboa sob os auspícios da Sociedade de Geografia de Lisboa (...) são aprovados os estatutos da Academia Internacional da Cultura Portuguesa” (vide Decreto 461ª de 6/2/1965).

Os fins da Academia plasam-se por cinco artigos que explicitam o pensamento de Adriano Moreira conjugando as reuniões nacionais e internacionais que se tinham realizado e consolidado no I Congresso das Comunidades Portuguesas em 1964.

Sabe-se que houve ofertas para a realização do segundo Congresso, principalmente vindas do Brasil.

Todavia como Adriano Moreira o referiu “nunca mais foi possível dar um passo, até à fundação da CPLP” (op.cit.Moreira.p.332).

A União das comunidades de cultura paralisou por falta de recursos.

Pouco depois de ser eleito Presidente da SGL fui procurado pelo Padre Aguiar e pelo Prof. Adriano Moreira, na SGL, convidando-me para ser membro da AICP, o que aceitei.

Manteve-se com muitas dificuldades a AICP, durante anos presidida pelo Padre Doutor Joaquim António de Aguiar grande amigo de Adriano Moreira.

Tive a possibilidade de privar com o Professor Adriano Moreira com alguma assiduidade a partir da altura em que acedi a Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) em março de 2000 até à sua morte em 2022.

Conheciamo-nos de data anterior como membros da Universidade Técnica de Lisboa. Mas eram contactos ligados às sessões de gestão desta Universidade.

A partir de 2000 o professor frequentava a SGL não só seguindo as suas atividades, mas acompanhando a ação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa então presidida pelo padre Joaquim António de Aguiar.

Convém ter presente que o Professor Adriano Moreira foi Presidente da SGL de 1964 a 1974. Nessa década que dedicou à SGL procurou incentivar a sua atividade e foi nesse período que promoveu a criação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa em 6 de fevereiro de 1965.

Aliás a criação desta Academia resultou dos votos formulados pela União das Comunidades de Cultura Portuguesa no Congresso realizado, em Lisboa, sob os auspícios da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1964.

O texto que preparei como homenagem ao professor Adriano Moreira resulta da consideração e estima pessoais que nos relacionava. Bastante mais novo do que este notável Homem sempre me tratou com grande interesse sobre o que lhe sugeria e procurava saber.

Não só o procurei quer em sua casa, já sem possibilidade de se movimentar eficazmente, muito me auxiliou nos problemas maiores que tivemos na SGL aquando da aceitação do apoio financeiro fundamental da Câmara Municipal de Lisboa para cobrir o custo do arrendamento das instalações da mesma. Tudo o que me disse foi importante, sólido, vindo de um pensar perfeitamente consistente e conhecedor de uma instituição a que nos ligavam largos anos de corresponsabilidade.

Repito o que já referi em texto publicado.

“A alegria de conhecer, criar, difundir por uma plêiade de discípulos, amigos e companheiros na vida, sem dúvida que o consolou da miséria física e da mediocridade intelectual e das incompreensões do mundo em que se movimentou.

Tive a felicidade de acompanhar alguns dos seus passos, de seguir algumas das suas ideias, de beneficiar de muitos dos seus conselhos. Aqui estou, Prof. Adriano Moreira, a dizer-lhe bem-haja por tudo o que nos deu e que fez pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pelo nosso país”.

BIBLIOGRAFIA

AIRES-BARROS, L. (2005) Breve evocação dos presidentes da Sociedade de Geografia de Lisboa. Bol.SGL, série 123 – Nº 1-12, pp.9.80, Lisboa.

AIRES-BARROS, L. (2017) Homenagem ao Sr. Prof. Adriano Moreira nos 142 anos da fundação da SGL e abertura ao público do Museu de Etnográfico e Histórico da SGL.Bol. SGL série 135 – Nº 1-12, pp. 9-14, Lisboa.

AIRES-BARROS, L (2022) Nos cem anos do Prof. Adriano Moreira. Bol. SGL série 139 – Nº 1-12, pp. 11-20, Lisboa

MOREIRA, A. (2005) A Sociedade de Geografia e a Crise de 60.Bol. SGL, série 123- Nº 1 – 12 pp. 81-90, Lisboa

MOREIRA, A. (2008) A espuma do tempo. Edições Almedina, SA. 467pp., Coimbra

MOREIRA, A. (2015) A Sociedade de Geografia e o Conceito Estratégico Nacional, Bol. SGL, série 133 – Nº 1-12, pp. 13 e 14, Lisboa

MOREIRA, A. (2017) Cento e quarenta e dois anos da Sociedade de Geografia. Bol.SGL, série – 135 – Nº 1-12, pp. 15-17, Lisboa

TEXTOS DE ADRIANO MOREIRA NA REVISTA *NOVA ÁGUIA* (26 EXCERTOS)

Renato Epifânio¹

Resumo: Celebramos aqui a memória viva – e amiga – de Adriano Moreira, recordando a sua tão extensa quanto valiosa colaboração na nossa Revista, em que publicou mais de duas dezenas e meia de textos. Em todos esses textos, avultam as preocupações de sempre de Adriano Moreira – em particular, a sua preocupação com o presente e – sobretudo – o futuro da Lusofonia. Daí a sua assumida cumplicidade com este projecto – como ele próprio assinalou publicamente, por mais de uma vez, os Congressos da Cidadania Lusófona, promovidos pela NOVA ÁGUIA e pelo MIL (Movimento Internacional Lusófono), há já mais de uma década, são o retomar, no século XXI, dos Congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa, que ele próprio organizou nos anos sessenta, tentando então consolidar a Comunidade Lusófona, numa base de Liberdade e de Fraternidade. Dois anos após a sua partida, celebramos, pois, mais do que uma figura, um sonho: o nosso sonho comum, ainda por cumprir.

O CENTENÁRIO DE VIEIRA

A meditação a que somos chamados nesta circunstância do centenário de Vieira e de viragem do milénio, ensina uma vez mais que não são os impérios que duram, são as culturas que

¹ Professor Universitário; Membro do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, da Direcção do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira e da Associação Agostinho da Silva; Investigador na área da “Filosofia em Portugal”, com dezenas de estudos publicados, desenvolveu um projecto de pós-doutoramento sobre o pensamento de Agostinho da Silva, com o apoio da FCT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para além de ser responsável pelo *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa*: www.bibliografiafilosofica.webnode.com; Licenciatura e Mestrado em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; doutorou-se, na mesma Faculdade, no dia 14 de Dezembro de 2004, com a dissertação *Fundamentos e Firmamentos do pensamento português contemporâneo: uma perspectiva a partir da visão de José Marinho*; autor das obras *Visões de Agostinho da Silva* (2006/ 2024, edição revista e aumentada), *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa* (2007), *Perspectivas sobre Agostinho da Silva* (2008), *Via aberta: de Marinho a Pessoa, da Finisterra ao Oriente* (2009), *A Via Lusófona: um novo horizonte para Portugal* (2010), *Convergência Lusófona* (2012/ 2014/ 2016), *A Via Lusófona II* (2015), *A Via Lusófona III* (2017), *A Via Lusófona IV* (2019), *Pensar de novo, pensar o novo: em tempos de pandemia* (2021/ Brasil) e *A Via Lusófona V* (2022). Dirige a NOVA ÁGUIA: Revista de Cultura para o Século XXI e a Coleção de livros com o mesmo nome (Zéfiro). Preside ao MIL: Movimento Internacional Lusófono desde a sua formalização jurídica (2010). É, desde 2021, Membro do Conselho Supremo da SHIP: Sociedade Histórica da Independência de Portugal e, desde 2022, Membro da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e Presidente da Direcção da PASC: Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania.

têm a vocação da eternidade. O Vieira mestre da língua e da oratória, a brasilidade de Vieira, a determinação perante a adversidade, o universalismo que para ele seria católico, mais Igreja Império em todo o mundo do que império nacional, tudo são referências que definiu a partir de antigas cogitações, mas que encontram réplica em exigências prementes deste milénio. Que inspiram ambições formalizadas na CPLP, que ajudam a procurar recuperar uma presença activa da Europa camoniana. Um pensamento, uma acção, um ideário que iluminou um chamado “período escuro” da nossa história, contra o isolamento internacional, deliberado e intransigente contra a alienação ibérica, tendo sempre presente o dever cívico de responder às contingências de conjunturas desafiantes. Lembrarei finalmente a questão do tempo em Vieira que, na História do Futuro, pensando o Quinto Império, ensina, que somos, cristãmente, seres históricos tanto pelo passado como pela história apocalíptica que nos orienta para o futuro. Para entender que os países, as culturas, são um futuro com passado. É sobretudo a esta luz que celebramos Vieira, confiados na validade do recurso à “sabedoria dos mortos talentosos”.

In NA2

EUROPA, A MATRIZ DO OCIDENTE

Recordar e assumir que a Europa é a matriz do Ocidente, e que, num mundo que se organiza por regiões, patamares da procurada governança mundial, essa definição deve ser estruturada, de modo que o Atlântico não seja dividido por metades, é uma necessária recusa de voltar à história de cada Estado europeu não ter Estados vizinhos, mas apenas inimigos íntimos. Recordar aos EUA e à Europa o olhar do Abade Correia da Serra, o amigo de Jefferson, quando via no Reino Unido de Portugal-Brasil o dinamizador no Sul dos anúncios de Filadélfia no Norte, tem nova definição política, mas a mesma exigência. A *Europa região*, matriz e dinamizadora do Ocidente, exige definição de governabilidade antes de qualquer expansão, fronteiras amigas na busca de segurança, política de multiculturalismo e não de apenas cosmopolitismo, fim das políticas furtivas, verdade em todo o processo político.

In NA4

O TEMPO E AS UNIDADES DE VIDA

Refiro as regras da arte médica que ajudam a recuperar um ritmo, se possível sem angústia, da clepsidra que regula o dispêndio das unidades de vida em que se traduz o tempo curto de cada pessoa, cada uma sendo um fenómeno que não se repete na história da humanidade. Um tempo curto que as *regras da arte*, da vossa *arte de médicos*, exercida com *ciência, sabedoria, e compaixão*, amparam ao longo da breve Travessia.

Porque, voltando a Montaigne, “termine nossa vida quando terminar, ela aí está inteira. A utilidade de viver não está no espaço de tempo, está no uso. Uma pessoa viveu longo tempo e no entanto pouco viveu; atentai por isso enquanto estais aqui. Terdes vivido o bastante depende de vossa vontade, não do número de anos”.

In NA5

UMA PROSPECTIVA DA CPLP

A língua é o nosso instrumento mobilizador do mais importante dos capitais de recuperação, porque transporta valores, nunca é neutra.

Com a língua portuguesa acontece que, implantada em todas as latitudes, também, como aconteceu com o cruzamento das espécies, se tornou mestiça. Por isso tenho afirmado que *a língua portuguesa não é nossa, também é nossa*, querendo significar que em cada lugar de implantação, pela soberania, pela evangelização, ou pelo comércio, agregou valores que lhe dão especificidade na adopção plural que conseguiu. Tem um traço comum, a que sempre chamei *a maneira portuguesa de estar no mundo*, que é a sua trave mestra, o conceito que une todas as etnias e culturas que atraiu, e que permitiu a formação da CPLP.

Nenhuma das potências, que participaram no Império Euromundista, conseguiu organização semelhante, nem mesmo a Espanha que também implantou o castelhano em tantos lugares. Esta união de pessoas que conservam a identidade específica e a ligação comum que é a língua, constitui um instrumento, e o exemplo, da capacidade de responder à exigência de finalmente reconhecer que a Terra é a casa comum dos homens, que sem diferenças de etnias, crenças, e culturas, todos participam a mesma aventura de viver, e que o globalismo que realmente os unifica é enfrentarem um risco global. A contribuição dos que partilham a maneira portuguesa de estar no mundo para o património comum da humanidade, que inclui os valores que apontam para colocar o diálogo no lugar do combate, e alargar o reconhecimento recíproco pelo respeito que dispensa a tolerância, é uma parcela valiosa e indispensável desse património. E também contribuição para a segurança de que será possível reconstruir um novo futuro promissor, para além da crise brutal, e das ameaças inquietantes.

In NA7

AS CULTURAS DOS POVOS DE MEDITERRÂNEO

O facto é que o Mediterrâneo se transformou em turbilhão que vai alastrando pelo cinturão muçulmano que divide o Norte do Sul do Mundo, que o risco da guerra atípica cresceu, que as sociedades civis vivem sem confiança, e, sobretudo, que a *fronteira da pobreza*, que no século passado esteve no Sul do Saara, ultrapassou o Mediterrâneo para absorver os territórios dos países do Sul da Europa, em que Portugal se encontra: a pobreza está com os países mediterrânicos.

A esperança também está, com o seu património imaterial que faz parte do património da Humanidade: os direitos humanos, a paz no lugar do combate, o diálogo no lugar do conflito, o multiculturalismo como valor, o respeito no lugar da tolerância, fazem parte da cultura desses povos do sul da Europa, obrigados agora a serem os que sabem estender a mão fraterna aos povos do sul desse Mar que, pelo menos as migrações clandestinas, ameaçam transforma em cemitério. Os responsáveis pelo chamado Tratado de Lisboa, nesta época de escombros, têm motivos para repensar a decisão de omitir a referência aos valores cristãos no texto do Tratado.

A situação em que se encontram os povos europeus do Mediterrâneo, é a de estarem limitados ao sul pelo turbilhão muçulmano, e limitados a norte pela fronteira da pobreza que absorveu aquele mar do Império Romano. Será realista falar na divisão entre duas Europas, a Europa rica do Norte, com a Alemanha como ponto de referência principal, e a pobre mais representada, nesta data de crise, pela Grécia, Portugal, e Espanha. Pelo que subitamente parece que as contribuições que referi, com omissões, para o património imaterial da Humanidade, são ensombradas, pela visão menos lisonjeira, vinda do Norte.

In NA8

DISCURSO DE DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA* NA UNIVERSIDADE DO MINDELO

Um povo como o cabo-verdiano, pela sua maneira de estar no mundo, pode, pelas suas Universidades, contribuir para definição do paradigma global em que se afadiga Kung, ou, como proclama a ilustre Vandana Shiva, uma física que luta pela justiça global, conseguir que a regulação da governança mundial em crise, reponha a ONU como o lugar onde todos falam com todos, para conseguir “*uma democracia da terra*”. Pela língua que transporta valores, pelo mar que todos os Estados da CPLP partilham, podem e devem contribuir, todos em união, para que esse paradigma mundial seja formulado, para que a fronteira da pobreza não se agrave, e recue, para que a dignidade igual de todos os seres humanos seja uma definitiva barreira contra todas as iniquidades que subsistem. Que Deus abençoe Cabo Verde e a Universidade.

In NA9

O PORTUGAL DE HOJE O HOMEM DE SEMPRE

Quando D. João II, o Homem, interrompeu a tarefa marítima foi para definir o conceito estratégico, com os recursos humanos, científicos, e financeiros, exigíveis para finalmente chegar à Índia com a esquadra comandada por Vasco da Gama. A dúvida mais profunda disse certamente respeito à questão de partir e levar para longe não apenas a emigração, mas o Império. Talvez o Velho do Restelo seja o símbolo do sentimento contrário à expansão imperial, diríamos símbolo dos europeístas que o citam, habitualmente, como resistente ao seu pensamento.

Mas fixemo-nos apenas no 3.º Império, o que resultou da Conferência de Berlim, e fixemo-nos em Mouzinho de Albuquerque e em Antero de Quental, os símbolos da alternativa. O primeiro, Mouzinho, herói de África, e dos fiéis da Rainha, suicidou-se. O segundo, o Santo Antero, que abordou o iberismo, que foi amado pelos vencidos da vida, o grupo dos que, com dizia Eça, recebiam a Europa pelo comboio, amigos do Rei, também se decidiu pelo suicídio. País de suicidas, diria Unamuno, ao registar também que era o único povo, que, perante as adversidades, dizia – isto dá vontade de morrer. E, todavia, pequeno e pobre, imaginou o V Império, com raízes Bíblicas, tendo no Padre António Vieira o grande inspirador de um Império mundial do Espírito guiado pelo Papa, e tendo o Rei de Portugal, renascido este para a independência, D. João de Bragança, o poder temporal. Ao primeiro exame surpreende que

um povo com a gesta dos Lusíadas tenha como referência de esperança um Rei vencido, e não um Rei triunfador. Com a última versão em Agostinho da Silva, que parecia antever a subida de Portugal ao Calvário, para renascer nas comunidades unidas pela língua portuguesa e pela maneira de Portugal estar no mundo.

Mas atrevo-me a leitura diferente, e tomar de guia Bartolomeu Dias, que por três vezes embarcou para descobrir a rota da Índia, incluindo ter vencido o Adamastor, e morreu no mar sem ter conseguido o propósito: morreu tentando, não morreu desistindo. E essa é a virtude do português de sempre: – se necessário, morrer tentando, mas não morrer desistindo.

In NA10

ENTRE O PODER DA PALAVRA E A PALAVRA DO PODER

Nesta viragem para o novo Milénio, vivendo uma espécie de anarquia mundial, na qual os centros de poder legais tendem para exíguos, e os detentores do poder efectivo para anónimos, faltam as vozes com poder para desafiar as vozes desses poderes efectivos. Alguém lembrou serem tempos de voltar a meditar sobre *O Grande Inquisidor*, um texto imortal de Dostoiévski, O grande inquisidor, em Sevilha onde reinava a inquisição, e no dia seguinte a um acto de fé em que foram queimados 100 hereges, apareceu Cristo. Logo foi mandado prender pelo Grande Inquisidor, que lhe condenou os milagres e a piedade, ofensivos da ordem. Cristo apenas sorri brandamente perante o pessimismo inquisitorial. Não escrevera, tinha deixado a palavra. Na anarquia mundial em que vivemos perigosamente, faltam os que retomem a palavra encantatória.

In NA11

O FUTURO DE PORTUGAL

O futuro demonstrou que a persistência dos marinheiros que morreram teimando, foi recompensada. São melhor inspiração para a desafiante crise que enfrentamos: a salvação do constitucionalismo europeu, é o apoio externo de que sempre necessitamos, a base das janelas de liberdade que nos estão abertas: são elas a CPLP, organização de que nenhum antigo poder imperial tem equivalente, e o Mar, com a maior plataforma continental do mundo, e de que temos de evitar o esbulho. Pelo saber, e pelo saber fazer, mantida a vontade da sociedade civil, retomaremos a prestação para o património comum da Humanidade, em que sempre estivemos presentes. Mas sem perder a consciência de que o globalismo desafiou o Ocidente, a Europa a que pertencemos, e o Portugal em que decidimos ficar. Porque o desastre, que destruiu a ordem mundial, também continua no horizonte.

In NA12

CONCILIAR O MUNDO

Não foi acertada, julgamos, a ideia de Fukuyama do fim da história, foi imprudente o unilateralismo na presidência Bush, mas o facto mundial é que desapareceu a hierarquia das potências que o Conselho de Segurança da ONU acolheu, que a Carta e os Tratados são

atingidos pela crise mundial, e que não é difícil aceitar que é urgente – conciliar o mundo – em face de duas ameaças fundamentais: *a proliferação nuclear* e *a fome*, quando a *fronteira da pobreza* passou para o norte do Mediterrâneo, que poderes emergentes – como a China – se mostram a caminho de juntarem o poder militar ao poder financeiro. Sem solidariedade assumida no Atlântico, em que os EUA têm não uma retaguarda, mas uma participação, a decadência do Ocidente não será facilmente detida. Sabemos que o Pacífico lhes é importante, mas o Atlântico faz parte da urgência. Somos todos ocidentais.

In NA13

DESAFIOS DE PORTUGAL: A IDENTIDADE NACIONAL

No caso português, sem poder ignorar o processo evolutivo do Brasil, que prudentemente avalia a escolha de futuros entre os compromissos com o regionalismo sul-americano e a sua própria afirmação de grande potência, a solidariedade procurada entre os países de língua portuguesa, na organização que espera mais atenção e desenvolvimento, que é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), é uma contribuição sua. Não apenas para a racionalização do globalismo, e para o património imaterial de que se ocupa a UNESCO, mas também para o interesse desta Europa, à procura de objetivo estratégico convictamente partilhado, de governança finalmente racionalizada, com imaginação criadora e lideranças credíveis. Tudo para que a Euráfrica não seja apenas um sonho que a realidade semeie de pontos de interrogação, a que lembranças revitalizadas do passado impeçam de encontrar respostas construtivas. Na circunstância atual, não é fazendo renascer o espírito de cidadelas na União que a fraqueza desta encontrará remédio, porque não poderá dispensar os esforços ordenados para dominar a irracionalidade do globalismo.

Finalmente, sempre lembrarei que não se escolhe o país em que se nasce, mas que decidir ficar é um ato voluntário e de amor. Uma decisão que não se toma a benefício de inventário do passado torna-se, com esperança, a benefício do futuro da maneira portuguesa de estar no mundo.

In NA14

DA SEGURANÇA DO ATLÂNTICO E DA MARITIMIDADE DA CPLP

Finalmente, pensando na outra *janela de liberdade* que possuímos, que é a CPLP, imagino que na gestão da sua consistência, que deve ser cuidado nosso, por exemplo na área do ensino e da investigação, também pudesse ser incluída a ambição de uma frota com bandeira da CPLP, superando pela cooperação a falta de recursos financeiros, mas por enquanto guardando ainda o capital do saber fazer. Todos os países da CPLP são marítimos, todos são pobres, com a exceção crescente do Brasil, e a pertença à União Europeia não é impedimento português para assumir outras obrigações. Tendo presente que, nesta data, ao mesmo tempo que cresce a importância do tráfego marítimo, cresce a insegurança, incluindo o Atlântico Sul, a organização, segurança, e fortalecimento da maritimidade da CPLP, é um serviço à reorganização da ordem mundial.

In NA15

A LÍNGUA E O SABER

A língua é uma tão essencial expressão da identidade dos povos, um tão indispensável instrumento de afirmação no mundo, que não devem estranhar-se as discussões não apenas técnicas, mas também apaixonadas, que rodeiam as intervenções directivas de qualquer origem, e certamente com destaque para as que envolvem a soberania. É um valor essencial que a cidadania não pode deixar de acompanhar, e que exige que todas as dúvidas e inquietações que rodeiam os processos decisórios fiquem na memória vigilante da evolução que requer cuidados, recebe criatividades que surpreendem, mas sem perder a qualidade de ser a pátria que não é só nossa, também é nossa. E porque é também nossa, não se pode supor que o conceito de sociedade da informação, do saber, e, acrescento, da sabedoria, que foi adoptado pela directiva europeia para o processo de Bolonha, não tenha reflexos estruturantes na área dos países de língua oficial portuguesa. A submissão que a linha oficial portuguesa tem mantido em relação ao programa encomendado à OCDE, não inclui, reconhecível, uma orientação específica para que o mesmo conceito seja aplicado no âmbito da CPLP.

In NA16

A LUSOFONIA E AS DIÁSPORAS

Não podemos deixar de lembrar o visionário Agostinho da Silva, que depois de ajudar a formar o Brasil Moderno, imaginou uma sementeira de centros culturais ao redor da Terra – Ceuta, Índia, Malaca, Goa, Macau, Brasília. Amarras da cultura portuguesa miscigenada pelas distâncias, pelos tempos, pelas políticas. Nesta data, as comunidades de origem e cultura portuguesa marcam presença sobretudo na Europa em crise, porque esta não tem conceito estratégico, não teve política consistente do alargamento, está a aprender que mediu mal a capacidade de ter uma política de segurança e defesa autónomas. Ao lado dos perigos que nascem pelo facto de a Rússia ter perdido o regime mas não ter perdido a memória, ou da anarquia derivada das intervenções unilaterais no Iraque e na Síria, no facto de estar dividida pelo renascido limes do Império Romano em pobre e rica, à beira de um Mar mediterrânico que é um cemitério, tem ainda matérias de sobra para se inquietar com o terrorismo, que perdeu a natureza da Al-Qaeda para adotar a ameaçadora definição de Estado Islâmico, sobre o ter que se preocupar com a segurança das fronteiras, com a liberdade de circulação, e sobretudo com o erro que cometeu ao confundir a liberdade que assegurou o *cosmopolitismo*, com a anarquia que foi o nome do conceito adotado de *multiculturalismo*.

In NA17

CIDADANIA EUROPEIA E A CONSTRUÇÃO DO FUTURO DA EUROPA

De tempos a tempos são anunciados, em linguagem estatística, melhorias de situação caótica em que nos encontramos, mas a referência da promessa é o passado mal gerido que não volta, para enfrentar um futuro que ainda não foi dotado de um conceito estratégico orientador.

É um facto que diz respeito à admirada ordem mundial prometida pela ONU, também à União Europeia a balançar entre o modelo da União dos Estados iguais e um Federalismo garante de solidariedade, pelo menos dos países que se intitulam europeus, incluindo o nosso. De tempos a tempos, por vezes de séculos a séculos, o método do Concílio, com variação de conceito mas não de nome, orienta os ocidentais para a busca de unidade da doutrina e ação, rebuscando inspiradores entre profetas mortos e faladores vivos, de regra para concluir, quando o Concílio leva a algumas conclusões inteligíveis, pela definição das fronteiras das diferenças. O Concílio de Davos não era de esperar que concluísse diferentemente, porque não incluiu na sua temática de financeiros criativos a relação das suas agendas com a segurança e paz mundiais, estas colocadas em risco agudo pela miséria que atingiu grande número dos Estados existentes, pela pobreza em que mergulharam muitos dos que foram parte ativa do euromundismo imperial, pelo crescimento do desamor ao projeto europeu quer manifestado pelas sociedades civis sem enquadramento partidário nem sindical, quer manifestado por forças políticas que crescem em radicalismo e vontade de tomar a governança. Os profetas da nova ordem, que fundaram a ONU, não deixaram de admitir que se perfilavam duas graves ameaças para a paz mundial, uma a proliferação das armas de destruição maciça, outra a miséria. As duas estão suficientemente visíveis, e a história documenta que os grandes conflitos começam frequentemente por acidentes fúteis. A ajuda de Davos não é suficientemente abrangente da situação mundial para termos esperança de que seja um marco de referência da grande mudança. O inesperado continuará à espera de uma oportunidade.

In NA18

A UNIVERSALIDADE DA IGREJA E A VIVÊNCIA DO MULTICULTURALISMO

Não pode ignorar-se que a estatística documenta que cresce o número dos que negam a filiação em Igrejas institucionalizadas, mas que, simultaneamente, cresce o apelo à transcendência em face da desgovernança mundial. É urgente ver o *próximo* e não o *inimigo*, colocar o *diálogo* no lugar do *confronto*, o *respeito* no lugar da *tolerância*. Foi a lição do Concílio e foi a pregação dos Papas Humanistas do século XX. Como mais de uma vez fiz, recordarei João Paulo II, o seu caixão de madeira simples no chão da Praça de S. Pedro; sobre o caixão, os evangelhos; e uma brisa que o desfolhava lentamente, a lembrar que no princípio está o verbo.

In NA19

A LUSOFONIA COMO UTOPIA CRIADORA

O meu princípio é o de que a língua portuguesa não é nossa, também é nossa. Recordo-me do ensino liceal onde se explicava que, no próprio país originário, a língua evoluciona, sem resistir, à modificação de várias circunstâncias. Recordo por exemplo que, quando um Estado é vítima de invasão e submissão, o ritmo e tom da língua muda para evitar a compreensão pelo invasor, de modo que ela é murmurada; que numa economia agrária vigora a lentidão da língua, que acelera quando se verifica um movimento de industrialização, a exigir maior rapidez nas ordens,

decisões, e informações; que a população de um território colonizado, para entender e aprender a língua do colonizador necessita de que as vogais sejam abertas, e que quando deturpa irremediavelmente alguma palavra, é o colonizador que adota a deturpação.

Finalmente, todas as sociedades têm e mantêm valores próprios, fenômenos da natureza específicos, tradições e crenças diferentes, e por isso enriquece a língua com vocábulos que outros países da mesma língua não usam, dando à língua um ritmo e estilo diferente. Se, finalmente, colônias de emigrantes de diferentes nacionalidades se instalam, a língua ganha valores alemães, franceses, portugueses, que nos outros lugares não existem. Por isso insisto em que a língua portuguesa não é nossa, também é nossa; como num fio em que se notam manchas diferentes dos componentes: mas é apenas um fio, não são muitos. E por isso os componentes juntam, apertam, não separam.

In NA20

MEMÓRIA DE AZEREDO PERDIGÃO

Azeredo Perdigão, como cada um de nós, nasceu dependente da circunstância do povo a que lhe aconteceu pertencer, no seu caso com a marca liberal da família que guardava memória do avô Major Roque Rangel de Azeredo, o qual foi um dos Bravos do Mindelo, integrado nas tropas que D. Pedro IV, ex-imperador do Brasil, ex-herdeiro da Coroa de Portugal que renunciou a favor da filha Maria, assumindo-se como Regente por ser pai, e general por conduzir o combate contra o exército do auto proclamado Rei, o seu irmão D. Miguel. A circunstância, articulava a invasão francesa, pelas tropas napoleónicas, a independência do Brasil que pusera um ponto final no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a luta brutal que colocou os liberais no poder e a Carta em difícil vigência. Este período, inscrever-se-ia naquilo que, em retrospectiva, seria chamado “La Belle Époque”, uma expressão que documentava a nostalgia que atingiu os europeus depois da guerra de 1914-1918, sem ignorar que nem todos os povos europeus a partilharam.

In NA20

O SAGRADO NA VIDA DE CADA UM DE NÓS

Nas funções públicas que me couberam guiei-me pela igual dignidade dos homens independentemente da etnia, cultura, ou religião, e por isso sou responsável pela extinção do indigenato nas províncias coloniais portuguesas, pelo Código de Trabalho que o BIT considerou o mais avançado de África, pela extinção do trabalho obrigatório, e das culturas obrigatórias. Pessoalmente devo muito a Dom Sebastião, Bispo da Beira, exemplo de Missionário que enfrentou o Poder com a autoridade que o múnus episcopal lhe atribuía. Perdi o meu Amigo sábio, o Padre Carreira das Neves, que publicou um último livro intitulado, em forma interrogatória, *Deus existe?*

Depois de demonstrar que as religiões, embora diferentes, continuam a informar a vida dos povos, concluí que “nenhuma religião possui o monopólio da verdade. Pessoalmente defendo

que o ateísmo e o laicismo não podem ser o elo mais forte da coesão do ser humano. Nem o cientificismo como ídolo ou ideologia da totalidade. Só o elo mais forte que defende o valor sagrado e intangível da pessoa. E, em minha opinião, esse elo foi e será a religião, se não for – também ele – transformado em ideologia. Este erro já aconteceu, na Europa, com a Cristandade”. E mostrou-se feliz com o Espírito de Assis, onde tive a felicidade de assistir a uma das reuniões, escrevendo sobre esse espírito em ensaio, onde defendi a propagação da Nova Mensagem que levou Carreira das Neves a concluir, no citado livro, que “Estamos apenas no início do novo paradigma. Não se trata, pois, da história cultural, político-religiosa, antes de Constantino e depois de Constantino, mas antes de Assis e depois de Assis...”

As democracias ocidentais e os direitos humanos são uma aquisição da cultura ocidental e do espírito cristão, embora em tensão dialética”. Por isto, dito com uma clareza difícil de exceder, guio-me pela convicção da igual dignidade de todos os homens, sem diferença de etnia ou cultura, cada um sendo um fenómeno que não se repete na história da humanidade.

In NA21

LUSOFONIA, DIREITOS E LIBERDADES

Tem de reconhecer-se que a CPLP e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa são organizações sem equivalente na parte do Império Euromundista que foi pertença do poder das restantes potências ocidentais titulares. Certamente o direito de circulação é o pressuposto mais evidente de uma solidariedade que possa conseguir uma cidadania comum. Mas este tema, tal como a soberania, um conteúdo diferenciado, e as interdependências, de direito ou de facto, condicionam a definição. Nesta data, a interdependência com a União Europeia, e os desafios evidentes, por exemplo na Polónia, a exigir uma Europa reformulada, ou a Hungria a fechar as fronteiras, chegam, como exemplo, para lembrar que, tratando-se de um interesse fundamental de Portugal, a atenção e o sentido de responsabilidade não podem ser descuidados com a busca de uma solução eficaz.

In NA22

SOBRE A PAZ

Recordo que existe na ONU uma sala despida de adornos, com bancos de madeira modesta, uma pedra transparente a servir de altar, um raio de luz a incidir sobre ele, e com a legenda a anunciar ser – uma sala de meditação para todas as religiões. Infelizmente o terrorismo deste século sem bússola, esquecido da advertência de Malraux de que este século seria religioso ou não seria, o que viu foi o terrorismo incluir valores religiosos no seu conceito estratégico. O novo Papa Francisco, bem consciente dos riscos do mundo moderno, da eficácia negativa do progresso técnico no que respeita à paz, da descristianização do mundo, da substituição do *credo dos valores* pelo *credo do mercado*, sabe que o *poder da palavra* pode vencer a *palavra do poder*. Mas também mostrou ter presente que as palavras guiadas por aquela convicção foram mais de uma vez caladas com a morte. Por isso, talvez, em entrevista recente, ao

chamarem-lhe a atenção para a dispensa de medidas de segurança que praticou, respondeu, com o sorriso acolhedor que tem, que, pela sua idade, já não lhe podiam tirar grande coisa. Voltei a lembrar-me de um ditado africano segundo o qual o saber está atrás das costas, e a ignorância à frente de cada um de nós. Pelo primeiro saber, ensina-nos que a paz não é um direito seguro, e que, quanto ao futuro, o imprevisível espera uma oportunidade. Que venha por Bem.

In NA23

A MANEIRA PORTUGUESA DE ESTAR NO MUNDO

A língua não obedece a tratados, recolhe e transporta valores, que lhes darão uma posição própria no seio de cada povo onde se implanta: a sua função é a de eixo da roda, e não a de dominação. Por isso, com ela vão os valores portugueses, e por isso é parte da *maneira portuguesa de estar no mundo*, que não se revê na passividade, mas sim na ação a exigir da comunidade e dos responsáveis pela governança. Retomando a solidariedade que esperamos do Mar, no plano da CPLP. Trata-se de reconhecer que todos os povos da CPLP são marítimos, são pobres, mas possuem plataforma continental, recursos vivos, e falta de uma *frota* marítima de resposta aos novos tempos. A proposta também está feita. Esperamos que a passividade nesta área não continue a ser uma característica da época nova. A língua é uma componente dominante da maneira portuguesa de estar no mundo, mas esta caracteriza-se por valores que transporta e fazem parte do património comum da humanidade e que em cada país que a recebe se misturam com valores locais. A existência de um tratado sobre a língua não acrescenta à janela de liberdades que ela, não sendo só nossa, abre para um novo futuro, não domina nem exclui diferenças, mas enriquece a força do combate por um novo futuro.

In NA24

TIMOR

No panorama das descobertas e conquistas com que Portugal iniciou o processo que nos conduziu ao globalismo atual, o fenómeno da relação de Timor com o nosso país tem um perfil não repetido em qualquer outro lugar. Um território pequeno, muitas vezes sem atendimento suficiente pelas autoridades dominantes, o facto é que a ligação não parece ter sido considerada como cabendo no conceito de submissão colonial, mas antes no crescente sentimento de povos amigos. Lembro-me de ouvir, sem nunca ter encontrado escrito que corresponda a averiguação e testemunho, que uma lenda corria anunciando e prometendo que um dia uma caravela, amarrando a si a ilha, a traria para junto de Portugal distante geograficamente a que se manteve ligada pelo afeto, e não pela submissão. Infelizmente é o único território do antigo império português, que nunca visitei, sentindo a mágoa de no ano de 2015, convidado pelo ilustre Presidente da República de Timor, a visitar o Estado que me honrava com uma medalha da sua Ordem de Timor, justamente quando a saúde não me consentiu a deslocação. Mas ficarei para sempre grato pela imerecido gesto de o Presidente da República

Ramos Horta ter vindo a Lisboa para praticar ele, em representação do seu governo, o ato que considero dos mais gratificantes da minha vida já tão longa.

In NA25

SEM BÚSSOLA

Nos poucos dias vividos neste século, a expressão mais comum dos realistas (*Ramses, 2020*) é que nos encontramos “num mundo sem bússola”. Do ponto de vista secular do Portugal que nasceu ligado ao mar, uma das conclusões é que os mares recuperaram perigos, não apenas pela pirataria marítima, também por ser um espaço militarmente em mudança. A China é um exemplo quando decide regressar ao mar que deixara de navegar antes de ali chegar o poder naval português. O multilateralismo, que foi discutido e recomendado na Assembleia Geral da ONU, foi recusado na intervenção dos EUA, embora a maioria, na qual ficou a intervenção do Presidente de Portugal, o defendesse. A resposta ao real desrespeito à ONU pela “diplomacia de clubes” mal implica a lembrança do jornal francês que noticiou a paz afirmando “esta alegria coberta de lágrimas”.

A memória portuguesa é suficiente para recordar a II Guerra Mundial e ponderar que, por enquanto, é o interesse americano que exige aumento da contribuição financeira à NATO, quando se procura a segurança e a defesa de todos, o que não evitou nascer a questão da criação, se necessário, de um exército europeu. A inesperada imposição pode incluir, no pensamento e na discussão, qualquer parte do grupo mundial das migrações, a diferença entre emigrantes e asilados, que o Acordo da ONU de 2018 procurou ordenar, e que os EUA têm experiência em limitar. Cento e sessenta Estados assinaram, mas a resistência dos factos não faz desaparecer a qualificação do Mediterrâneo como um cemitério, de adultos e crianças.

In NA26

A ETNIA E A CULTURA

O mundo seria outro sem as descobertas, Portugal seria outro sem Camões, o Brasil seria outro sem Gilberto, a ocidentalização seria outra sem os mártires. Destes lembrarei a notícia que o Doutor Almerindo Lessa, fervoroso discípulo de Teilhard de Chardin, e seguidor de Gilberto Freyre, dá do Missionário José Damião de Venster, nascido em 3 de Janeiro de 1840 na Bélgica. Porém, sendo frade da Ordem dos Sagrados Corações, e tendo apenas 33 anos de idade, decidiu ir para a Ilha Molokai do Hawai, local de concentração de leprosos, e onde, como diz o Doutor Almerindo Lessa, “só havia uma porta, a de entrada”: passou à história como “o Missionário do Éden da Morte”, no qual faleceu, também leproso, em 15 de abril de 1889.

Em 1986, a Pátria quis que os seus ossos viessem para o cemitério natal de Tremereloo. Também podemos enumerar exemplos de missionários, de marinheiros, de militares, sacrificados à ocidentalização do mundo, tentando implantar valores a favor da vida, que hoje serão património imaterial da Humanidade. A intervenção portuguesa neste plano dos valores culturais,

foi entendido por dois homens que estão inscritos na crónica das descobertas e conquistas: o Almirante Sarmento Rodrigues, que trouxe Gilberto a Portugal, e Agostinho da Silva, que compreendeu e tentou fazer partilhar o conceito de que a cultura seria o que sobreviria à extinção das dominações coloniais, e tentou, sem conseguir ser entendido, que essa fosse a preocupação última mas essencial do fim do Império Colonial dos europeus.

In NA28

A LUSOFONIA EM TEMPOS DE PÓS-PANDEMIA

É a juventude que, não podendo aceitar o risco de perder o tempo a esgotar pelo outono, espera com justiça que “o governo do mundo” seja encontrado, eficaz, e garante dos tempos de paz. Em vista da situação de fadiga e esgotamento das capacidades de gestão do globo no fim da segunda guerra mundial, aceitar que a estrutura global do mundo é acompanhada com uma exigência, que a falência em curso exige de diferentes especialistas.

Falar em novo governo do mundo não traz consigo a nova imediata organização, mas tem o sentido de abrir caminho à nova criação. Não se trata de repetir a história, trata-se de reinventar o futuro.

In NA30

REFLEXÕES SOBRE O DIREITO DE INGERÊNCIA

José Fontes

Académico de Número

*Professor Catedrático da Academia Militar – Instituto
Universitário Militar*

*Professor Catedrático Convidado da Faculdade de
Direito da Universidade Nova de Lisboa*

*Este artigo é dedicado à memória de Adriano Moreira
que, desde o início da minha carreira académica,
influenciou o meu pensamento e a forma de encarar
as adversidades.*

1. DA OBSOLETA E CRISTALIZADA VISÃO DO CONCEITO DE SOBERANIA ABSOLUTA

Pese embora os muitos desafios que o Direito Internacional Público enfrentou — e ainda enfrenta — é certo que se foi colocando em crise, nos últimos anos — e bem — alguns conceitos clássicos obsoletos e *cristalizados* quando lidos com critérios literalistas muito redutores como o conceito de *soberania* dos Estados e — por isso — hoje é pacífico e transversalmente aceite o conceito do *direito de ingerência*.

A tradicional tipologia de *Estado soberano* está cada vez mais em crise, dado que o clássico conceito de *soberania*, e, por isso, — muitas vezes — a formulação é, nos nossos dias mais virtual e semântica do que real e efetiva. Temos de reconhecer que essa natureza (meramente literal) vem já desde a sua origem, como realidade adjetiva, mas que importa no quadro do Direito Internacional.

Desde a conceitualização do *Estado soberano*, como *realidade que não encontra igual na ordem interna nem superior na ordem internacional*, até aos dias de hoje, o conceito enquanto realidade absoluta veio a tornar-se — alguns casos — um pouco obsoleto e a perder resiliência. Existe e releva em termos adjetivos, mas *fraqueja* — cada vez mais — em termos estruturais e substantivos. É usado regularmente em narrativas políticas, como argumento sustentador de posições doutrinárias e políticas, mas efetivamente conseguimos, com facilidade perceber, que *há Estados mais Estados do que outros Estados*. Basta analisar a constituição do Conselho de Segurança das Nações Unidas e verificar a coexistência de Estados membros em regime de permanência com o exclusivo direito de veto, com outros Estados membros em regime de não permanência e sem aquele direito para perceber como funcionam o pragmatismo e o realismo nas Relações Internacionais.

A conjugação dos tradicionais requisitos cumulativos do *ius belli*¹, do *ius legationis*² e do *ius tractum*³ parece já não fazer sentido nos dias que correm e nem sequer é já suficiente para a definição da noção de Estado.

Importa salientar que o conceito foi ganhando adeptos junto dos teorizadores⁴ do poder das *repúblicas* existentes e das *monarquias* reinantes da época em que *fermentou* o conceito e este se afirmou. Serviu a estes regimes para a consolidação de um poder político, nem sempre forte e muitas vezes fragmentado por variados senhorios feudais e, também, para fazer frente ao poder da Igreja Universal e do papado, como manifestações do poder imperial romano⁵. Ao mesmo tempo — e por outro lado — era o Papado que reconhecia as soberanias e era a ele que muitos dirigentes políticos e militares se dirigiram para legitimar independências e autonomias. O caso português é disso um bom exemplo. Foi através da Bula papal *Manifestis probatum est* que se legitimou a independência do País.

Desta consolidação concetual, e por decorrência dela, surge a figura dos órgãos de soberania que se apresentam como estruturas supremas do Estado a quem todos os demais se devem submeter. Surge a ideia de que o poder soberano pode, afinal, ser fracionado. Surgem, assim, os referidos órgãos supremos a quem fica adstrita uma parcela de poder, construindo-se um sistema de pesos e de contrapesos para evitar, segundo alguns autores, a corrupção, já que seria difícil corromper os titulares dos vários poderes do Estado ao mesmo tempo.

Hoje, os Estados de Direito democrático dependem de uma Constituição política que ordena juridicamente os diversos poderes e atesta, ou não, a democraticidade⁶ do seu regime e do seu sistema de governo. Hoje, os conceitos de soberania e de independência estão intimamente relacionados com a autonomia do poder decisório primário (político *stricto sensu*) que dispensa, para as suas perfeição e efetivação, a concorrência da vontade de outros sujeitos. Esta é a verdadeira manifestação de independência. Decidir sem que a vontade de outros seja relevante para a perfeição e a eficácia da decisão, seja do ponto de vista político, seja de um ponto de vista económico. A soberania tem *várias cores*. A independência dos Estados tem igualmente *muitas tonalidades*.

A este propósito Adriano Moreira⁷ afirma que “(...) a soberania está em crise, por isso não pode ser hoje considerada como um poder monolítico, mas sim como um conjunto de

¹ O direito a fazer a guerra.

² O direito a estabelecer relações diplomáticas.

³ O direito de celebrar convenções internacionais.

⁴ Tal como *Jean Bodin* e *Thomas Hobbes*, este através do *Leviatã*, elabora sobre o absolutismo inglês. Outros autores estudaram o conceito como *John Locke* e *Jean Jacques Rousseau*. Para confronto de várias posições sobre o conceito de soberania *vide* por todos *Nguyen Quoc Dinh*; *Patrick Daillier* e *Alain Pellet*, in *Direito Internacional Público*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1999, pág. 382 e segs.

⁵ Neste sentido cfr. *Luís Sá*, in *Soberania e Integração na CEE*, Lisboa, Editorial Caminho, 1987, pág. 44.

⁶ O que quer que isso signifique.

⁷ *In Soberania de Serviço*, Janus 97 – Anuário de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa e Jornal «Público», Lisboa, 1996, pág. 18.

capacidades específicas, que nem todos possuem, e que são exercidas cada uma, em circunstâncias diversas”.

Também em defesa do já referido direito de ingerência, Adriano Moreira⁸ refere ainda que “a própria interdependência mundial torna ineficaz o recurso ao *isolamento* (...) e por isso o *pólo* redefinido dos Estados avançou para legitimar a *ingerência* que de novo deteriora o antigo conceito de soberania. A análise reavaliou os significados da *interferência* e da *intervenção*, ou *ingerência*, antecipando o passo adiantado da *intervenção militar*. As sucessivas Resoluções do Conselho de Segurança respeitantes à Guerra do Golfo (1991), Somália (1992), Jugoslávia (1992), Libéria (1993), Angola (1993), Geórgia (1993), Moçambique (1993), Alto Karabakh (1993), Iémen (1994), Ruanda (1994), documentam a mudança”.

Foi o Pacto instituidor da Sociedade das Nações, numa primeira fase, com a imposição de certos limites baseados ainda nos conceitos de *Estado soberano* e, mais tarde, a Carta das Nações Unidas que limitaram o *ius belli*, característica cumulativa, mas definidora da noção clássica do tal *Estado soberano*.

Como vimos, a visão do *Estado soberano* como *não tendo igual na ordem interna nem superior na ordem internacional* está em crise, é redutora, até porque a comunidade internacional é cada vez mais interdependente. O processo de globalização é causa e ao mesmo tempo consequência de um novo modelo de relações transnacionais entre os diferentes sujeitos internacionais. Nos nossos dias, os Estados já não são os únicos sujeitos de Direito Internacional⁹ e estão cada vez mais dependentes uns dos outros, embora muito desses dependa. Existem variadas formas de cooperação e integração políticas, económicas e culturais. A reserva da *vida interna dos Estados* não se compadece atualmente com as violações dos direitos humanos e, por isso, as Nações Unidas não podem dispensar o direito de ingerência como um instrumento legítimo — legal — ao dispor da comunidade internacional para fazer valer os princípios gerais e estruturantes que estiveram na origem da Organização e que assentam em padrões de comportamento de princípios comumente aceites pela comunidade internacional.

A principal conclusão que se pode retirar é, a nosso ver, a de que o mundo mudou e os conceitos também mudaram, mas é certo que o conceito de soberania absoluta embora obsoleto e fragilizado é, ainda, formalmente estruturante nas/das relações interestaduais e é, frequentemente, o instituto-barreira¹⁰ para impedir a intervenção, mesmo em questões estritamente humanitárias, e quando os direitos humanos são violados no interior do Estado muitas vezes com o consentimento dos próprios órgãos (i)legítimos de poder. Ou seja, o conceito de *soberania* não pode ser liminarmente afastado, nem — desde já — afastado, mas não pode ser lido de forma redutora e, por isso, meramente literal.

⁸ *In A reinvenção da governança*, Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias, Ciência Política, Volume XVI – XVII/2003, II.ª Série, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, pág. 40.

⁹ Por exemplo, os indivíduos ganharam foros de personalidade jurídica internacional e foram ganhando, nos últimos anos, relevância no plano da *Ciência do Direito Internacional*. Os tribunais internacionais e, muito particularmente, o Tribunal Penal Internacional é disso bom exemplo.

¹⁰ À semelhança do conceito de direito interno de *cláusula barreira*.

Com a construção das integrações regionais surgem novas fronteiras geográficas relativas a sujeitos de Direito Internacional, nem sempre novos Estados, mas com prevalência nas relações internacionais. Para todos, as Nações Unidas têm o dever de encontrar as formulações genéricas e abstratas que enquadrem, quando possível, *ex ante*, o exercício do direito de ingerência, como um direito/dever¹¹ da comunidade internacional que não ceda perante a simples invocação da soberania do Estado ou de qualquer outro sujeito de Direito Internacional Público.

Tendo em conta o que atrás ficou dito é urgente uma nova abordagem ao conceito da soberania dos Estados. Assim se evitam as construções de geometria variável em torno, designadamente, dos direitos humanos.

É certo que o conceito de soberania não pode ser afastado da dialética e do debate internacionais, mas não pode continuar a ser interpretado de forma redutora.

2. DOS FUNDAMENTOS DO DIREITO DE INGERÊNCIA

Por força de imperativo clausulado na Carta das Nações Unidas, o uso da força coerciva foi remetido para o núcleo restrito de utilização excepcional, carecendo sempre de uma habilitação e de uma validação pelas instâncias e estruturas legítimas da Organização. Mais do que a diferença entre usos individual e coletivo da força, cuja distinção é bem estabelecida por Francisco da Silva Leandro¹² importa, em nosso entender, anotar a distinção entre uso legitimado e não-legitimado da intervenção.

Aliás, Adriano Moreira¹³ refere a propósito que “depois, genocídios numerosos, quer na Europa envolvendo a Bósnia-Herzegovina, a Croácia, o Kosovo, em suma a dissolução da Jugoslávia, quer na África devastando populações no Burundi, no Ruanda, no Sudão, sendo esta uma breve invocação de apenas componentes do desastre. É neste panorama alarmante, que violências que desafiam e excedem as capacidades disponíveis para assegurar uma paz razoável, dão origem à organização de institutos novos como o direito de ingerência a favor da proteção dos direitos humanos, com referência maior na intervenção no Golfo (1991), e sobretudo no Kosovo quando a NATO assumiu uma legitimidade privativa, muito apoiada no conceito de Mitterrand: “*a obrigação de não-ingerência termina no ponto exato em que nasce o risco de não-assistência*”.”

Estes novos institutos, sobretudo jurídico-internacionais, de que o direito de ingerência é um modelar exemplo evoluirão — estamos em crer —, num futuro mais ou menos próximo, para servirem novas causas e novos valores. Aceitamos, atualmente, a

¹¹ Considerando as relações entre os Estados e os Povos como uma cadeia de elos onde todos, no palco mundial, têm a obrigação de proteger e assistir.

¹² *In As Armas das Vítimas – Um novo prisma sobre o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados*, Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2005, pág. 127.

¹³ *In A persistência do racismo*, Policopiado, Universidade Aberta, 15 de junho de 2004.

intervenção por razões humanitárias e por violação reiterada dos direitos humanos¹⁴. Aceitaremos a mesma intervenção, de forma justa e legítima, quando, por razões de civilização estiver em causa a salvaguarda de bens do património geral da Humanidade, bens culturais, bens ambientais, recursos naturais e não apenas em salvaguarda de eventos humanitários.

Não são as correntes ideológicas dominantes que devem presidir à orientação nesta matéria, mas a civilidade dos valores internacionalmente aceites por consenso entre a generalidade das nações, aquilo a que se usa chamar *Bem Comum da Humanidade*.

A destruição, em 2015, das milenares estátuas dos Budas no Afeganistão, pelas forças do então deposto (à época) regime dos Talibá, é disso exemplo. Mas a aceitar-se a teoria deve permitir-se que a mesma intervenção seja legitimada se num dos países ocidentais acontecer algo de semelhante.

Vejam os.

Poderão as autoridades portuguesas destruir o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém, os seculares manuscritos da Bíblia dos Jerónimos, as joias da Coroa Portuguesa? Poderá o governo britânico destruir o edifício do Parlamento inglês? Será legítima a decisão das autoridades italianas para destruição das ruínas do Coliseu romano?

São situações distintas, mas a argumentária fundamental, por ora, assenta sobretudo na defesa da dignidade da pessoa humana e na sua natureza irrepetível. Mas ficam os exemplos para reflexão futura.

Segundo Dieter Fleck¹⁵ as violações graves e continuadas na esfera dos direitos humanos por parte de um determinado país já não são consideradas assuntos internos dos Estados. Na denúncia destas violações as Organizações Não Governamentais desempenham um papel ímpar pelos contactos que dispõem no interior de muitos dos Estados.

Desta forma, e dada a importância do direito de ingerência, dos seus fundamentos e dos valores em que se fundamenta e suporta pode — e deve — ser analisado também e prevalentemente como um verdadeiro dever de ingerência¹⁶.

Conceitos como os de Direito Humanitário¹⁷ geral, património comum da Humanidade e conquistas irreversíveis desta assentam na ideia segundo a qual nenhum ser humano pode ser considerado estrangeiro no planeta que habita e ajudam a definir a legitimidade das intervenções não consentidas.

¹⁴ Aliás, a questão dos direitos humanos tem estado, desde o fim da 2.^a Guerra Mundial, presente na comunidade internacional e, segundo Jean-François Revel in *Le Regain Démocratique*, Paris, Fayard, 1992, pág. 83, traduz um progresso incontestável da consciência democrática.

¹⁵ In *The Handbook of Humanitarian Law in Armed Conflicts*, Grã-Bretanha, Oxford University Press, 1995, pág. 518.

¹⁶ Neste sentido vide por todos Mario Bettati e Bernard Kouchner, in *Le devoir d'ingérance*, Danoel, Paris, 1987.

¹⁷ A este propósito vide Shirley V. Scott in *International Law in World Politics: An Introduction*, Lynne Rienner Publishers, 2004.

Muitos são os fundamentos invocados para legitimar as intervenções exógenas, como sejam: a “defesa dos direitos humanos e das minorias”, a “preservação do meio-ambiente¹⁸” e a “manutenção da ordem e da paz¹⁹”, a que podemos acrescentar a estabilidade, a harmonia de espaços estaduais.

O caso “Kosovo²⁰”, antiga província da Jugoslávia, onde existe uma disputa étnica multi-centenária que envolve sérvios e albaneses em litígio pelo controlo do seu território, é exemplo da invocação do direito de ingerência assente na defesa da autodeterminação da minoria albanesa que estava a sofrer graves violações dos seus direitos humanos por parte dos sérvios.

A intervenção (externa) humanitária foi uma ideia que surgiu inicialmente e foi ganhando terreno junto da Cruz Vermelha, do seu congénere Crescente Vermelho e de diferentes ONG²¹. Muitas operações humanitárias não excedem a intervenção destas organizações internacionais e não são ingerências de Estados ou das Nações Unidas, por isso, são consideradas *apenas* ações humanitárias²², com “corredores” para acesso às vítimas, muitas vezes a solicitação dos próprios Estados atingidos por catástrofes naturais ou grandes acidentes. Contudo, é de salientar que estas ações não podem ser utilizadas sob reserva mental e encobrirem outro tipo de exercícios de natureza bem distinta. O exemplo das atuações da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho é significativo, pois estas instituições desempenham a sua atividade ao abrigo dos princípios da neutralidade, da não-discriminação e da imparcialidade, o que tem sido um motivo de aceitação pelas diferentes forças beligerantes. Mas um dos maiores problemas da delimitação do *ius interventionis*, dos seus fundamentos, do seu âmbito e das suas consequências é o do se saber ao certo de onde partimos.

Por regra, os europeus e os ocidentais entendem que os seus conceitos, as suas instituições e os seus valores são os válidos e, por isso, os de referência que desejam impor ao resto do Mundo²³.

Samuel Huntington²⁴ refere-se às civilizações de cultura diferente e em modos diversos de encarar a vida mundial. Teremos de aceitar que, também aqui, os Estados não serão todos iguais? Parece adequado pensar que a cultura ocidental — o tal mundo ocidental — comporta

¹⁸ A propósito da proteção internacional do ambiente e da conservação da diversidade biológica *vide* por todos Charlotte Kuand Paul F. Diehl in *International Law: Classic and Contemporary Readings*, Lynne Rienner Publishers, 2003, designadamente, *Why Domestic International Law Needs a Robust International Environmental Law Regime* (A. Dan Tarlock) e *Responsability for Biological Diversity Conservation Under International Law* (C. Tinker).

¹⁹ *Vide* Camargos, Wladimir Vinycius de Moraes. *Os EUA e o direito de ingerência. Uma análise à luz do direito internacional público*. Jus Navigandi, Teresina, a. 5, n. 47, Nov. 2000. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1614>>.

²⁰ Rico em minerais, petróleo e altamente estratégico do ponto de vista geopolítico.

²¹ Designadamente Bernard Kouchner, carismático presidente dos *Médicos Sem Fronteira*.

²² Cfr. Isabel Raimundo in *Imperativo Humanitário de Não-Ingerência. Os novos desafios do Direito Internacional*, Instituto da Defesa Nacional, Edições Cosmos, pág. 36 e segs.

²³ Ainda hoje o Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça proclama como fonte de Direito Internacional Público onde deve basear-se o julgamento de questões da comunidade internacional, “os princípios comumente aceites pelas nações civilizadas (sublinhado nosso)”, leia-se do mundo ocidental, do mundo euro-americano, de cultura judaico-cristã.

²⁴ *In O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial*, Gradiva, Lisboa, 1999.

um conjunto de valores que, embora não tenha impedido as guerras entre os países da área, é aceitável pela generalidade dos países do mundo, com assento nas Nações Unidas.

Por tudo o que ficou dito importa assinalar que as experiências de integração regional e os restantes sujeitos de Direito Internacional, para além dos Estados, não são dispensáveis na estrutura da comunidade internacional. A União Europeia (ex-Comunidades Europeias), a União Africana (ex-Organização de Unidade Africana), os Estados Unidos da América, a superpotência democrática, a República Popular da China, como potência emergente, a NAFTA, o Mercosul, a Comunidade de Países Árabes, a CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a Santa Sé, e restantes Igrejas, os novos Movimentos Sociais Internacionais, — o Fórum de Porto Alegre —, o Encontro de *Davos*, entre muitos outros, são exemplos, quer se queira quer não, de múltiplas formas de organização do/de poder político.

A globalização da Sociedade Civil obriga à audição dos diferentes interesses em presença, das várias sensibilidades com expressão na comunidade das nações e das diversas organizações e sujeitos internacionalmente relevantes.

No atual estádio não podemos aceitar que “(...) o Ocidente seja a única fonte e garante dos únicos valores verdadeiramente universais, pátria da liberdade, democracia, laicismo, igualdade e dos direitos do homem (...)”²⁵, mas garantidamente é um espaço onde muitos desses valores são verdadeiramente defendidos.

À sociedade internacional importa obrigatoriamente uma *ordem*²⁶ e o tal direito de intervenção deve assegurá-la e assentar nos valores e nos princípios basilares da Carta das Nações Unidas.

Desta forma, podemos concluir que é pacífico aceitar, pela generalidade da doutrina, que a violação dos direitos humanos e as crises humanitárias são causas legítimas para a admissão da ingerência. A isto corresponde o conceito de internacionalização de alguns assuntos internos dos Estados.

Tal como sucede, com regularidade e previsibilidade, nas ordens internas dos Estados não basta a invocação da legítima defesa ou do estado de necessidade para a legitimação das condutas ingerentes. Tem de ser provada e demonstrada a indispensabilidade da conduta para a obtenção de um fim que não se conseguiria atingir ou proteger sem que o fosse por meio da ingerência. Também aqui a regra deve ser a da proibição do excesso e da limitação dos danos a infligir. A equivalência deverá ser reitora na ação e os danos sofridos não devem ser desproporcionais aos que se visam evitar. É um equilíbrio que sendo difícil de manter não pode ser afastado e que, por todos os meios, deve ser alcançado. Este justo equilíbrio é igualmente relevante para a *reputação* do instituto jurídico da intervenção humanitária.

O estado de necessidade é, a par da legítima defesa e da ação direta, outro meio de autotutela de direitos importado das ordens jurídicas e dos direitos internos dos Estados. Esta figura também pode ser invocada como habilitante das intervenções e das ingerências, bem como ser solicitada como desculpante nos excessos porventura praticados.

²⁵ Vide por todos lain Finkielkraut, Pascal Bruckner, Alain Renaut, Luc Ferry.

²⁶ Segundo Ehrlich *In Grundlegung der Soziologie des Rechts*, pág. 17 e seguintes (citado por José de Oliveira Ascensão *in O Direito – Introdução e Teoria Geral – Uma Perspetiva Luso- Brasileira*, 4.ª edição, revista, Editorial Verbo, 1987, pág. 13).

Torna-se, no entanto, necessário verificar um conjunto de pressupostos habilitantes das intervenções e, desta forma, podemos formular uma teoria geral fundada no património jurídico adquirido pelos direitos internos dos Estados democráticos.

No maior número de vezes os Estados atuam de forma reativa em defesa de comunidades de povos ameaçados por um perigo que, porventura, não é resultado de uma agressão alheia. A negação do direito de ingerência é a negação de mecanismos de *controlo* e de *accountability*, da Humanidade e do papel ímpar que as Nações Unidas desempenham nessa fiscalização e, por essa via, da valorização do multilateralismo.

O princípio que rege as relações entre os Estados, presente na Carta das Nações Unidas, é o de que a nenhum Estado é permitida a intromissão não consentida na vida e nos assuntos internos dos outros Estados.

Da mesma forma que os indivíduos, em regimes liberais e democráticos, transferem para o Estado o monopólio do exercício da força e da aplicação da justiça, renunciando aos meios ilegítimos de tutela privada. Do mesmo modo que operam uma transferência para outras organizações privadas, como sejam as sociedades seguradoras, dos riscos no campo da saúde, da vida, dos acidentes pessoais e laborais, a comunidade internacional transfere para um exercício multilateral a legitimação da ingerência (não consentida).

A violação reiterada e notória dos direitos humanos, património comum da Humanidade, não se coaduna, atualmente, com a ineficácia de alguns governos, regimes e instituições políticas. Por isso, impõe-se que as ações de intervenção justa devam ser legitimadas pelas Nações Unidas, única fonte consensualizadora das excecionais condutas internacionais e uma das mais relevantes sedes de poder supranacional²⁷.

Assim, podemos afirmar que o conceito de direito de intervenção é, para muitos, coincidente com a ingerência humanitária. Nos dias que correm — reconheçamos — é pouco. O direito de ingerência será mais (ou deve ser mais) dir-se-ia muito mais do que (simplesmente) intervenção humanitária.

3. DOS NOVOS FUNDAMENTOS LEGITIMADORES DO DIREITO DE INGERÊNCIA

O direito de ingerência é, ontologicamente, um direito político, que deve ser enquadrado pela *Ciência do Direito Internacional*, e nesta sua natureza assentam todas as virtudes e defeitos da instituição, mas não pode — e não deve — ser considerado uma arma política de interferência. Se for utilizado ou instrumentalizado como tal, o Estado intervencionado poderá, legitimamente, invocar que se trata de uma agressão ilegal e contrária aos princípios e cláusulas da Carta.

²⁷ Contrariando as teses da soberania limitada com a intervenção da URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, junto dos Estados membros do Pacto de Varsóvia. Aqui, a ingerência era vinculada, como bem refere Adriano Moreira, in *O Direito de Intervenção*, policopiado, pág. 7 (Documento publicado na íntegra in *Direito e Justiça*, Universidade Católica Portuguesa, Volume XV, 2001), a razões estritamente políticas no sentido de mudar o regime político de todos os países para a direção do socialismo real.

De sublinhar novamente que sem desconsiderar qualquer princípio noético da Carta das Nações Unidas chegará o momento em que para além dos direitos humanos, a ingerência será suportada por outros fundamentos axiológicos. A emergência de novos valores internacionais, como os que se prendem diretamente com a sustentabilidade da vida humana nas suas múltiplas facetas, não pode deixar de ser atendível pela comunidade internacional. De forma criteriosa, essencialmente normativa, para evitar a política furtiva do caso concreto, num *futuro presente*, teremos de olhar para o ambiente também nas suas diferentes modalidades: biológica e cultural. De realçar, no entanto, que o Tribunal Internacional de Justiça não tem aceitado o direito de ingerência ambiental e muitos autores²⁸, como sucede com Corinne Lepage²⁹, sugerem já a criação de um Tribunal Internacional do Meio-Ambiente.

A *guerra justa* e a intervenção justa não são confundíveis e esta não pode ocorrer apenas em situações de agressão, mas também em situações preventivas para evitar todos os comportamentos violadores dos referidos valores, ainda que com todas as cautelas que advêm de se tratar de uma ação punitiva. A *guerra justa* dificilmente pode ser preventiva.

Assim, as intervenções legitimadas pelas Nações Unidas deverão poder ocorrer para defesa de direitos culturais e do património universal da Humanidade. Estatuária de Budas com 2000 anos de História não é realidade dispensável e substituível pela Humanidade. Não esqueçamos que a UNESCO, como agência especializada das Nações Unidas, classifica já “obras” como património mundial da Humanidade. É certo que, à primeira vista, poderemos questionar estes fundamentos como bastantes para justificar a intervenção internacional de outros Estados, mas o movimento internacional desenvolver-se-á, com toda a certeza, neste sentido.

Por outro lado, podemos verificar que a nível ambiental³⁰ os Estados iniciaram há muito um diálogo que é importante para o desenvolvimento sustentável da Humanidade. Não podemos olhar para estas questões de forma isolada e, por isso, se tivermos uma visão integrada das relações internacionais, da sustentabilidade dos desenvolvimentos humano, económico, social e cultural veremos que somente uma visão holística é admissível também nestas questões de invocação do direito de ingerência.

As questões das águas e dos cursos de águas internacionais, designadamente de rios com percursos internacionais podem ser animadoras de conflitos entre os Estados. As alterações climáticas marcantes (e visíveis), neste século, serão fonte e causa próxima de discórdia entre povos vizinhos. É necessário antever as potenciais fontes de conflitualidade e, preventivamente, demonstrar que as Nações Unidas estão preparadas para as intervenções que forem necessárias, mesmo com o uso da força, em salvaguarda dos direitos dos Estados e dos povos mais fracos ou fragilizados pelas circunstâncias da conjuntura também geográfica. São novos valores que emergem num novo mundo que se pretende cada vez mais civilizado e pacífico.

²⁸ Vide Michel Prieur in *Droit de l'environnement*, Ed. Dalloz, Paris, 2000.

²⁹ In <http://www.france.org.br/abr/label/label47/societe/16.html>

³⁰ Vide por todos Michel Bachelet in *Ingerência Ecológica*, Direito Ambiental em Questão, Instituto Piaget, Lisboa, 1997.

Adriano Moreira³¹ já em 1983 referia que, “o direito internacional condena a interferência não solicitada pelo governo legítimo, mas os factos constantemente demonstram a fragilidade da proibição.”

A via negocial e diplomática, os meios e a resolução pacífica das disputas devem ser estruturalmente a regra de resolução dos conflitos e as formas mais eficazes de os prevenir. O Direito e, designadamente, o Direito Internacional Público deve servir também o tal já referido *Bem Comum da Humanidade*.

A utilidade das várias ordens normativas, particularmente das jurídicas, reside na sua prolapada capacidade de previsão de eventuais comportamentos desviantes e na estatuição das respetivas sanções, para que, desta forma, tenha efeitos preventivos de situações desviantes.

A regra geral no Direito Internacional nesta área do direito de ingerência, porque é de ordem pública, deve ser também, como sucede no âmbito do direito público dos Estados, o de somente poder fazer-se aquilo que está previsto. Aquilo que se estipula e se consagra antecipadamente. Às Nações Unidas³² deve caber um papel indeclinável de organização e de negociação de uma convenção, ou de qualquer outra forma de instrumento internacional que delimite o âmbito, a extensão e o conteúdo do exercício pleno do direito de ingerência, a fim de que as intervenções futuras não voltem a ocorrer num quadro de ausência de imperativos legalmente conhecidos e sejam desenhadas atento, apenas, o circunstancialismo da situação concreta e do preenchimento, caso a caso, de um conjunto de princípios genericamente formulados.

Tudo isto para evitar as visões parciais ou comprometidas do legítimo instituto da ingerência. Não é apenas a imposição da visão agostiniana ou tomista do conceito, com as pré-compreensões dogmáticas, ontológicas e axiológicas que suportam as suas posições, mas é contributo relevante. É, sobretudo, o apelo a que todas as áreas culturais deem a sua contribuição através de uma conferência negocial internacional a fim de todos poderem, legitimamente, encontrar um texto comum que permita a salvaguarda do já invocado *Bem Comum da Humanidade* que, afinal, é o bem de todos.

Também como sucede, cada vez mais, nas ordens internas dos países a internacionalização da vida privada dos Estados é um movimento que não pode parar e é irreversível. Há muito que os crimes domésticos já não são excluídos ao conhecimento oficioso dos tribunais e das autoridades públicas e são até crimes públicos. A violência doméstica significava um certo privilégio de foro próprio do cônjuge mais forte sobre o mais fraco. Em certa medida aplicava-se a regra do *ius imperii* nas relações conjugais e nas restantes relações familiares e societárias. Também, *mutatis mutandis*, na vida da comunidade internacional o movimento é semelhante; as fronteiras não devem ser suficientes para impedir que autoridades sem escrúpulos possam dizimar povos ou etnias em função de critérios de duvidosa legalidade ou legitimidade, cometendo genocídio e crimes contra a humanidade. Por isso, a internacionalização

³¹ *In Direito Internacional Público*, ob. cit., pág. 96.

³² A ONU continua a ser, nos nossos dias, a entidade supranacional fiel depositária da confiança dos Povos e garante de maior razão para a continuidade do exercício de Direitos Fundamentais, *vide* Joaquim Coelho Ramos *in Direitos Humanos, Ingerência e Democratização*, ob. cit., pág. 60.

da vida privada dos Estados, a par da publicização de alguns comportamentos menos adequados da vida privada das sociedades contemporâneas são movimentos que se fundam na transparência, nas modernas práticas das condutas internacionais e nas novas tendências da boa governação e em processos de transparência e de *accountability*.

A opinião pública mundial muito influenciada pelos *media* é uma variável importante na legitimação, na defesa e no apoio do direito de ingerência. Os grandes movimentos internacionais combatem e manifestam-se, também, em defesa de determinados valores que, por vezes, são influenciados pelas ações dos Estados e dos seus governantes.

Também desta forma se cumpre um dos principais e primeiros objetivos proclamados pela Carta das Nações Unidas de “manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer rutura da paz (...)”.

O passado não pode ser reescrito, mas é importante conhecê-lo para que as futuras atuações internacionais defendam os direitos humanos e a justiça internacional em tantos outros campos que não apenas os eventos estritamente humanitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIEW, Francis Kofi — *The evolution of the doctrine and practice of humanitarian intervention*. Edition Kluwer Law International. Boston. 1999.

ASCENSÃO, José de Oliveira — *O Direito – Introdução e Teoria Geral – Uma Perspectiva Luso – Brasileira*. 4.ª Edição revista. Editorial Verbo. 1987.

BACHELET, Michel — *Ingerência Ecológica*, Direito Ambiental em Questão, Instituto Piaget, Lisboa, 1997.

BÉLANGER, Michael — *Droit International Humanitaire*. Gualino Éditeur. Paris. 2002.

BETTATI, Mario e KOUCHNER, Bernard — *Le devoir d'ingérence*. Danoel. Paris. 1987.

BETTATI Mario, — *Le Droit d'ingérence: sens et portée*. Le Débat. N.º 67. Novembro/Dezembro. 1991.

BETTATI Mario, — *O Direito de Ingerência*. Lisboa. Instituto Piaget. 1997.

BROWNLIE, Ian — *Principles of Public International Law*. 6.ª edição. Oxford University Press. 2003.

BUGNION, François — *Just wars, wars of aggression and international humanitarian law*. International Review of the Red Cross. Vol. 84. N.º 847. Setembro. 2002. Páginas 523 a 546.

[http://www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/htmlall/5FLCT4/\\$File/bugnion%20ang%20.pdf](http://www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/htmlall/5FLCT4/$File/bugnion%20ang%20.pdf)

CAMARGOS, Wladimir Vynicius de Moraes — *Os EUA e o direito de ingerência. Uma análise à luz do direito internacional público*. Jus Navigandi, Teresina, a. 5, n. 47, Nov. 2000. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1614>.

CHETAİL, Vincent — *The contribution of the International Court of Justice to international humanitarian law*. International Review of the Red Cross. Vol. 85. N.º 850. Junho. 2003. Páginas 235 a 269.

[http://www.icrc.org/Web/eng/siteeng0.nsf/htmlall/5PXLK8/\\$File/irrc_850_Chetail.pdf](http://www.icrc.org/Web/eng/siteeng0.nsf/htmlall/5PXLK8/$File/irrc_850_Chetail.pdf)

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick e PELLET, Alain — *Direito Internacional Público*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1999.

DOSWALD-BECK, Louise; VITÉ, Sylvain — *International Humanitarian Law and Human Rights Law*. International Review of the Red Cross. N.º 293. Abril. 1993. Páginas 94 a 119.

<http://www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/iwplList141/E59EC039BC5A8EE4C1256B66005985F0>

EHRlich — *Grundlegung der Soziologie des Rechts*.

FLECK, Dieter — *The Handbook of Humanitarian Law in Armed Conflicts*. Oxford University Press. Grã-Bretanha. 1995.

HUNTINGTON, Samuel — *O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial*. Gradiva. Lisboa. 1999.

JOXE, Alain — *Humanitarisme et empires*. Le Monde Diplomatique. Janeiro. 1993.

KRASNO, Jean E. (editor) — *The United Nations: Confronting the Challenges of a Global Society*. Lynne Rienner Publishers. 2004.

KOLB, Robert — *Origin of the twin terms jus ad bellum/ius in bello*. International Review of the Red Cross. N.º 320. Outubro. 1997. Páginas 553 a 562.

http://www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/htmlall/57JNUU?OpenDocument&View=defaultBody&style=custo_print

KU, Charlotte and DIEHL, Paul F. — *International Law: Classic and Contemporary Readings*. Lynne Rienner Publishers. 2003.

LEANDRO, Francisco da Silva — *As Armas das Vítimas – Um Novo Prisma sobre o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados*. Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional. Lisboa. 2005.

LEPAGE, Corinne — <http://www.france.org.br/abril/label/label47/societe/16.html>

- MARCHUETA, Maria Regina — *Reflexões sobre o Terrorismo Internacional*. Edições Duarte Reis. Lisboa. 2003.
- MOREIRA, Adriano — *A crise do Estado soberano não é a crise do Estado nacional*. Pequenos e Grandes Estados. Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais (29 de Junho a 4 de Julho de 1998). Cascais. Câmara Municipal de Cascais. 1999. Vol. 2. Páginas 79 a 88.
- MOREIRA, Adriano — *Ciência Política*. Livraria Almedina. 6.ª Reimpressão. Coimbra. Fevereiro de 2001.
- MOREIRA, Adriano — *Estudos da Conjuntura Internacional*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. Julho. 2000.
- MOREIRA, Adriano — *Poder Funcional – Poder Errático*. Nação e Defesa. 1979. Ano IV. N.º 12. Páginas 13 a 27.
- MOREIRA, Adriano — *Soberania de Serviço*. Janus 97 – Anuário de Relações Exteriores. Universidade Autónoma de Lisboa e Jornal «Público». Lisboa. 1996.
- MOREIRA, Adriano — *Teoria das Relações Internacionais*. Livraria Almedina. Coimbra. 4.ª Edição. 2002.
- MOREIRA, Adriano (Coordenação) — *Terrorismo*. Livraria Almedina. Coimbra. Janeiro. 2004.
- MOREIRA, Adriano — *A persistência do racismo*. Policopiado. Universidade Aberta 15 de Junho de 2004.
- MOREIRA, Adriano — *A reinvenção da governança*. Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias. Ciência Política. Volume XVI – XVII/2003. II.ª Série. Centro de História da Cultura. Universidade Nova de Lisboa.
- MOREIRA, Adriano — *Direito Internacional Público*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. 1983.
- MOREIRA, Adriano — *O Direito de Intervenção*. Policopiado.
- MORUS, Thomas — *Utopia*.
- OPELLO, JR, Walter C.; ROSOW, Stephen J. — *The Nation – State and Global Order: A historical introduction to contemporary politics*. Second edition. Lynne Rienner Publishers. 2004.
- PRIEUR, Michel — *Droit de l'environnement*. Ed. Dalloz. Paris. 2000.
- QUEIRÓ, A. Rodrigues — *Intervenção*. Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI. Volume XVI. Pág. 12 a 14.
- RAIMUNDO, Isabel — *Imperativo Humanitário de Não-Ingerência. Os novos desafios do Direito Internacional*. Instituto da Defesa Nacional. Edições Cosmos.
- RAMOS, Joaquim Coelho — *Direitos Humanos, Ingerência e Democratização — O processo de autodeterminação política no Iraque*. Pé de Página Editores, Lda. 1.ª edição. Setembro. 2004.
- REVEL, Jean-François — *Le Regain Démocratique*. Paris. Fayard. 1992.
- SÁ, Luís — *Soberania e Integração na CEE*. Lisboa. Editorial Caminho. 1987.
- SANDOZ, Yves — «Droit» or «devoir d'ingérance» and the right to assistance: the issues involved. *International Review of the Red Cross*. N.º 288. Junho. 1992. Páginas 215 a 227.
- <http://www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/iwpList141/29D09E1A0194B749C1256B66005912BC>
- SCOTT, Shirley V. — *International Law in World Politics: An Introduction*. Lynne Rienner Publishers. 2004.
- SNARR, Michael T, and SNARR, D. Neil (editors) — *Introducing Global Issues*. 3rd edition updated & revised. Lynne Rienner Publishers. July. 2005.
- TARLOCK, A. Dan — *Why Domestic International Law Needs a Robust International Environmental Law Regime. International Law: Classic and Contemporary Readings*. Lynne Rienner Publishers. 2003.
- TINKER, Law C. — *Responsibility for Biological Diversity Conservation Under International Law. International Law: Classic and Contemporary Readings*. Lynne Rienner Publishers. 2003.

EM HOMENAGEM A ADRIANO MOREIRA

Francisco Proença Garcia

ELOGIO

Neste livro de Homenagem ao nosso Mestre e Amigo, junto dois textos. O primeiro publicado em sua homenagem na Revista Nova Cidadania intitulado “Até Sempre”, e o segundo, resulta de uma conferência em Moçambique e publicada na Revista Militar, onde trato os temas que muito nós discutíamos, a estratégia, a paz e a guerra, no fundo as manifestações do Poder, a base das Ciência Política e das Relações internacionais.

Conheci o Professor Adriano Moreira na primavera de 1992, era ele curador da Fundação Oriente e eu um aluno de mestrado em Relações Internacionais. Esse encontro que durou 30 anos deveu-se ao General Pedro Cardoso. A minha vida académica iniciou-se nessa altura com os estudos sobre a África e o período colonial como pano de fundo. As teses de Mestrado mas sobretudo a de Doutoramento muito beneficiaram dos seus esclarecimentos, do seu conhecimento, da sua orientação, tendo tido o privilégio de ver a minha tese de doutoramento premiada e publicada contando com um prefácio seu. Nesses quase 10 anos iniciais de contacto frequente fomos discutindo a Estratégia e a Guerra, o contexto internacional, a Europa e, claro, o estado exíguo em que nos tínhamos tornado. Neste período fomos criando cumplicidades e, já Doutor, os desafios passaram a ser diferentes. Primeiro no Instituto Português da Conjuntura Estratégica, onde organizo e apoio a publicação da Estratégia desde 2002 e, mais tarde, como Secretário-geral adjunto e depois Secretário-geral e Académico da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e ainda como seu assistente na disciplina de Teoria das Relações Internacionais no nosso Instituto de Estudos Políticos (IEP) da Universidade Católica. Estes lugares permitiram-me privar de mais próximo com o Professor, dialogar sobre o papel das Instituições, a natureza e o exercício do Poder e sempre debater a importância da preservação do Eixo da Roda, que são os valores.

Em 2008 antes de partir para mais uma missão pedi-lhe para ler um manual de Polemologia que tinha feito para o então Instituto de Altos Estudos Militares. A sua atitude foi uma surpresa; ligou ao Professor João Carlos Espada, Diretor do IEP, que amavelmente me recebeu e aceitou o iniciar do processo das provas de Agregação. A dissertação apresentada viria a ser aprovada por unanimidade e publicada, voltando eu a ter o privilégio de contar com um prefácio do Professor. Esta mesma dissertação deu origem a uma disciplina do Mestrado no IEP, Polemologia, e está ainda na base da disciplina de War Studies do programa de

Licenciatura. Foram inúmeras as aulas, publicações, conferências, debates e seminários que organizámos e a convivência frequente transformou a vida académica em amizade.

Mesmo quando em missão no exterior mantínhamos sempre o contacto por email ou telefone e, sempre que vinha a Lisboa lá nos reuníamos na Academia das Ciências ou almoçávamos na Sociedade de Geografia para conversar sobre a Europa em desconstrução, o contrário do seu livro sobre a Europa em Formação. Debatíamos a conjuntura estratégica, os problemas da Paz e da Guerra, a Academia, a Universidade, o como Portugal tinha mudado e as preocupações constantes com as incertezas que o futuro nos reserva, chegando várias vezes à conclusão que a estratégia entrou em reformulação para racionalizar uma realidade na qual é mais frequente encontrar a surpresa do que a vida habitual recolhida nas memórias.

Nas minhas memórias do meu querido Amigo não posso deixar de referir que também falávamos muito sobre a família, os amigos comuns e, claro, sobre o seu Trás-os-Montes e a minha Beira-Alta. Inúmeras vezes o procurei para Conselho sobre a vida e a profissão e, quando lhe disse que estava a pensar trocar as Forças Armadas pela Academia, pois deixara de ser possível compatibilizar as duas vidas e era tempo de optar, o seu apoio foi imediato. Ele avisara atempadamente que um dia teria de escolher; lembro que me referia que eu pertencia à geração de oficiais conscientemente orientados para responder à incerteza, o que mais exigente tornava a preservação do eixo da roda, e que havia várias formas de servir o País, sendo uma das mais nobre o ensino e a investigação.

Foi uma longa viagem, 30 anos de exploração intelectual que só foi possível por ter estudado, conversado, aprendido e trabalhado com o Professor Adriano Moreira, vivência que a meu ver constituiu uma tremenda experiência educativa e de vida. Foi apesar de tudo um tempo breve, mas com o Professor aprendi a importância do tempo tríduo, a escutar e sobretudo a pensar criticamente.

Obrigado Sr. Professor, até sempre.

INTRODUÇÃO

O fenómeno do poder é essencialmente estudado pela ciência política, e esta possui diversas ciências que consigo se relacionam, como as relações internacionais e a estratégia, sendo a estratégia normalmente associada a um ambiente conflitual, de emprego da força. Neste ensaio, a nossa abordagem vai noutra sentido e procuramos resposta para diversas questões: o que é a estratégia? Como e porque se relaciona com a Ciência Política? e, como se relaciona com a Paz?

Para responder a esta questão, organizámos o nosso estudo em 3 partes distintas mas inter-relacionadas e, através de uma abordagem conceptual ampla, começamos por analisar o que é o poder e como se quantifica, para numa segunda parte abordarmos o estudo das relações internacionais e a sua relação com os estudos de segurança; finalmente, numa terceira parte abordamos a estratégia e as ameaças em termos estratégicos e com esta base identificamos as estratégias gerais para que se consiga alcançar a paz possível.

A CIÊNCIA POLÍTICA E O PODER

A Ciência Política estuda de forma científica o fenómeno do Poder. O Poder, segundo Max Weber (1972), é “a capacidade de uma ou mais pessoas realizarem a sua própria vontade num ato coletivo contra a vontade de outros que participam no mesmo ato”, ou, para Raymond Aron (1983), é a “capacidade de um ator do sistema internacional impor a sua vontade a outro ator, mediante a suposição de sanções eficazes no caso de uma não-aceitação dessa vontade”, ou, nas palavras de Adriano Moreira (1997), é a “capacidade de fazer cumprir”.

Para um conceito tão profusamente usado, o Poder continua a ser difícil de avaliar. Todos conhecemos e usamos as expressões grandes poderes, as superpotências, os poderes exíguos, o poder nacional. Mas como se mede? Como se quantifica?

Vamos primeiro às características do Poder. Podemos dizer que o Poder tem uma base objetiva, quantificável (dinheiro, armas), uma base subjetiva, difícil de avaliar (forças morais). O Poder tem também uma base relativa, ou seja, só tem significado numa relação a outro ator; tem um carácter situacional, porque depende da situação concreta que se coloca; é dinâmico, pelo que, por estar em constante evolução, apenas tem significado em relação a um determinado momento, e é multidimensional, pelo que não faz sentido referências isoladas ao Poder de cada uma das dimensões (política, económica, militar, psicossocial), devendo ser analisado em todos os seus fatores (Couto, 1998).

O poder é determinante também na política internacional, aqui lembramos Hans Morgenthau (1985), para quem “a política internacional, tal como toda a política, é uma luta pelo poder”. Mas se este é um conceito perfeitamente assumido e a sua medição um fator determinante nas Relações Internacionais, temos dificuldade em avaliar o poder, de criar uma escala de valores para o quantificar. Aqui, seguimos Nye (2012), que exemplifica a quantificação do poder como semelhante à quantificação do amor; ou seja, é mais fácil sentir o amor, tal como o poder, do que o definir ou medir. Mas sendo o Poder uma relação, para Robert Dahl (2005), “o principal problema não é determinar a existência do Poder, mas sim comparar poder”.

Ao longo dos anos, vários analistas tentaram encontrar fórmulas para que fosse possível quantificá-lo e, assim, nas Relações Internacionais, poder efetuar a sua comparação. Uns autores mais matemáticos, como Nicholas Spykman (1944) e Wilhelm Fucks (1966), orientaram o seu esforço apenas no que consideravam perfeitamente quantificável, e outros, como André Beaufre (1975), Hans Morgenthau (1985) e Ray Cline (1977), tentaram introduzir fatores subjetivos e de difícil medição como a Vontade Nacional ou a qualidade das lideranças.

Talvez a fórmula mais evidente e fácil para a quantificação do Poder tenha sido introduzida por Ray Cline. A equação de Cline, com o Poder Percebido (Pp), ainda hoje é muito usada em Geopolítica. Esta, identificava fatores quantificáveis, como a massa crítica, ou seja, o rácio população/território (C), a capacidade económica (E), a capacidade militar (M), e fatores não quantificáveis como a capacidade estratégica e a vontade nacional.

$$P_p = (C + E + M) \times (S + W)$$

Figura 1 – Fórmula de Cline.

Mas Cline esqueceu-se que o poder depende do contexto e das relações humanas, pelo que é difícil ter um “valor padrão que possa resumir todas as relações e contextos e apresentar um total global de Poder” (Nye, 2012).

Neste século, assistimos a duas grandes alterações de Poder e novos conceitos emergem. Hoje, vivemos um período de transição de centros de poder entre estados/regiões, sobretudo, do Atlântico para a região da Ásia-Pacífico, e, ao mesmo tempo, graças ao ciberespaço que permite o chamado ciber-poder, a uma difusão do poder que se afasta de todos os estados. É uma forma de poder que coexiste com o espaço geográfico, o que complica o significado do que é ser soberano (Nye, 2012). Esta difusão do poder está a fornecer novas ferramentas de poder aos intervenientes não estatais e provoca que haja cada vez mais coisas fora do controlo, até dos países considerados mais poderosos (Nye, 2012).

Depois, temos conceitos, como os introduzidos por Nye, como *hard power*, baseado em estímulos ou ameaças, no uso da força. Mas existe também uma forma *soft/suave* ou indireta de exercer o poder, assente na capacidade de atração das nossas ideais, usando a persuasão como capacidade de determinar e moldar a agenda política e as preferências expressas por outros (Nye, 2012).

Nye também nos identifica o *Smart power*/Poder inteligente. Veremos adiante que as estratégias ligam os meios aos fins, e as que combinam as fontes do *hard power* e do *soft power* com êxito em diversos contextos são a chave do *smart power* (Nye, 2012).

Temos o Poder integrador de Kenneth Boulding (1989), expresso como a capacidade de criar redes de confiança que permitem que os grupos trabalhem juntos em direção a objetivos comuns.

Em 2017, o *National Endowment for Democracy* surge com o *Sharp Power*, poder insidioso baseado na subversão, na manipulação, hoje muito usado para caracterizar a forma de atuação da China na cena internacional.

Finalmente, não podemos deixar de referir uma outra nova forma de poder dos Estados, o conhecimento em rede e as redes de conhecimento (Bernardino, 2021).

No contexto estratégico contemporâneo, com elevado grau de incerteza e volatilidade, não é claro como avaliar a hierarquia de Poder e os equilíbrios de Poder e, muito menos, como desenvolver estratégias bem-sucedidas para sobrevivermos neste mundo.

As fontes do Poder e a sua posse não nos garantem a obtenção de resultados desejados. A conversão do poder é uma variável essencial. A capacidade de converter recursos em resultados desejados dependem das competências e dos contextos do país para converter recursos em estratégias que produzam resultados desejados (Nye, 2012).

Converter recursos em Poder exige estratégias bem concebidas e uma boa liderança. Não basta pensar em poder sobre os outros, mas, sim, que temos de atingir objetivos o que implica também poder com os outros (Nye, 2012).

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E OS ESTUDOS DE SEGURANÇA

Dentro da Ciência Política temos um ramo, hoje, já completamente autónomo, o vasto campo do estudo das Relações Internacionais, que transcendendo um espaço político formal, compreende relações entre forças políticas, agindo aos níveis interno/externo e entidades de

que as mesmas estão, ou não, formalmente dependentes no exterior do território, bem como relações entre forças sócio-religiosas distribuídas por soberanias diferentes, sobre o conjunto se exercendo pressões ideológicas concorrentes ou antagônicas no panorama internacional (Garcia, 2000).

As Universidades dedicam-se muito ao estudos das diversas escolas de pensamento das Relações Internacionais, como a Realista, a Liberalista, a Construtivista, a Feminista, etc. Mas aqui recorro Condoleezza Rice (2005), que foi Conselheira de Segurança do Presidente George W. Bush, mas que é, acima de tudo, uma brilhante académica, e que nos lembra que uma coisa é a análise académica, a outra é a prática política e que, na vida real, nas Relações Internacionais, o Poder é que conta.

Mais uma vez, o Poder como fenómeno central da Ciência Política.

Quando estudamos este vasto campo das Relações Internacionais, além das Escolas e das Teorias, estudamos também Diplomacia, Economia Internacional, Política Internacional, Geopolítica, Resolução de Conflitos, a Guerra e a Paz.

O estudo científico da Guerra é apelidado por Polemologia, e centra-se assim na Guerra, que, segundo Clausewitz (1976), é a continuação da política por outros meios e que para nós é um fenómeno entendido como a violência armada e sangrenta, entre grupos organizados, que cria e se desenvolve num ambiente hostil, inerentemente incerto, evolutivo, tendo como finalidade mais evidente o acesso ao, ou a manutenção do, Poder (Garcia, 2010).

Mais uma vez nos surge a palavra Poder.

Também estão muito em voga os estudos de Segurança e que, dentro desta perspectiva apresentada, se inserem e integram a Polemologia, as Relações Internacionais e a Ciência Política. Porém, para Horta Fernandes (2011), há um certo desnorreamento que perpassa pelos estudos de segurança, o que não é obviamente imputável “à menor qualidade dos autores, mas sim à falta de um referencial substantivo por parte dos próprios estudos de segurança” (Fernandes, 2011).

A Segurança é outro conceito muito lato e hoje profusamente utilizado. Para muitos autores desta área de estudos, tudo tem a ver com segurança. Este conceito, ambíguo, complexo e com fortes implicações políticas e ideológicas, também sofreu alterações. Atualmente, tem vindo a afirmar-se a tendência para o alargamento do conceito e para nele incluir outras dimensões, tais como a segurança económica, a segurança do ecossistema e outros conceitos alternativos de segurança, que incluam o crime internacional organizado, a propagação transnacional de doenças, os movimentos migratórios internacionais em grande escala, a segurança societal e a segurança humana.

Parece-nos ainda importante lembrar que, hoje, a relação entre segurança e desenvolvimento é incontestável, lembramos o Papa Paulo VI (1967), para quem o desenvolvimento era o novo nome da Paz, não podendo haver desenvolvimento sem paz nem segurança, da mesma forma que sem desenvolvimento e prosperidade não haverá condições para a manutenção de uma paz duradoura. Neste contexto, a abordagem à dimensão segurança não deve ser vista como um objetivo em si mesmo, mas enquanto preocupação fundamental, designadamente para a atuação preemptiva ou preventiva sobre as causas da fragilidade e da instabilidade.

Há assim uma grande dificuldade de definir e enquadrar este conceito tão alargado segurança. Mas quais as dimensões da análise? E qual o valor da segurança?

Convém assim operacionalizar este conceito, pois apesar de multidimensional, pode ser observado, mensurado e aplicado. Depois podemos ligar com outros conceitos: vários valores podem ser protegidos com vários meios (adjetivar a segurança). Pode ainda ser aplicada à realidade: prioridades aos valores a proteger; variedade de ameaças; vários meios; custo; período de tempo; diferentes perspectivas de acordo com quem aplica (estados; partidos políticos). Também devemos efetuar investigação científica sobre o assunto, dado que é conceito aberto que permite utilização nas mais variadas situações, como objetivo e como atividade.

Sabendo que há diferentes leituras deste conceito, neste nosso ensaio optamos por nos centrar apenas nos que cruzam o universo da Estratégia.

Para Arnold Wolfers (1962), por exemplo, segurança é “ausência de ameaças aos valores adquiridos”. Em termos amplos, podemos considerar assim a segurança como a busca da libertação relativamente à ameaça, sendo a resultante da interação entre as vulnerabilidades de uma unidade política e as ameaças que a mesma enfrenta.

A ESTRATÉGIA E A PAZ

Ameaças, vulnerabilidades, escolha de caminhos, objetivos, etc., estamos a chegar finalmente à Estratégia, e esta exige hoje uma nova abordagem na sua compreensão e o seu estudo integra os estudos de segurança, que, como vimos, integram as Relações Internacionais, que integram a Ciência Política.

Se o papel da Política reside, sobretudo, na escolha dos fins e na definição do quadro de ação, e releva em grande parte de elementos subjetivos, o papel da estratégia consiste em definir meios e caminhos para se atingirem alguns desses fins, e releva de elementos e raciocínios que devem ser objetivos.

A Estratégia, que é antecipatória e pró-activa, na sua essência e em sentido lato, consiste na escolha do melhor caminho para se atingir um determinado objectivo com os meios (de *hard* e *soft power*) disponíveis, procurando no jogo dialéctico minimizar sempre as vulnerabilidades, maximizar as potencialidades e neutralizar as ameaças, tendo a sua aplicação num ambiente hostil ou competitivo, ou seja, em ambiente agónico (Garcia, 2010).

Nesta minha abordagem emergem inúmeros outros conceitos que eu tentarei abordar de uma forma espectral.

Começemos pelo de Ameaça. O que é uma ameaça em termos estratégicos?

Tradicionalmente, ameaça é definida como sendo qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível), de variada natureza e proveniente de uma vontade consciente que contraria a consecução de um objetivo que, por norma, é causador de danos, materiais ou morais; no fundo, o produto de uma possibilidade por uma intenção (Couto, 1998).

Porém, este conceito, por não ser suficientemente abrangente, apresenta hoje difíceis problemas quando procuramos precisar o que compreende; além do mais, não permite a inclusão de algumas manifestações com implicações tão sérias que podem ser classificadas como

ameaças não tradicionais à segurança, como é o caso das alterações climáticas ou das pandemias como a COVID-19.

Face à multiplicidade de conceitos sobre o assunto, optámos por adotar a definição de ameaça transnacional do relatório das Nações Unidas, “A More Secure World: Our Shared Responsibility de 2004”, que admite uma concepção bastante ampla de ameaça, encarada como: “(...) *Any event or process that leads to large-scale death or lessening of life chances and undermines States as the basic unit of the international system is a threat to international security (...)*”.

E quais as ameaças que hoje enfrentamos? Para nós, a maior ameaça é a pobreza, a miséria humana; depois vem o fracasso do Estado (nos seus diversos estágios), que quando falha se torna mais permissivo a que todas as outras ameaças se instalem e desenvolvam, como é o caso do Crime Organizado Transnacional, do Terrorismo e de outras diversas formas de violência que acabam por provocar um mar de refugiados que habitam em campos onde, normalmente, a miséria é grande e os cuidados profiláticos decrescem. A tudo isto, em África, por exemplo, acrescem as disparidades económicas, a mudança climática e o exponencial crescimento demográfico.

Este caldo de cultura desperta fatores que acabam por fomentar a migração irregular, forçando as populações a movimentarem-se para outros espaços na procura de recursos, segurança e bem-estar, fragilizando territórios e o sentido de espaço, desvalorizando Estados na lógica dos seus elementos constitutivos e quiçá, valorizando outros.

Apesar do Estado falhar, as populações continuam a viver nesses espaços, possuindo diversas formas de organização social, que subsistem e que competem com as restantes estruturas do Estado, na cobrança de impostos, no uso da força e na responsabilidade social sobre as populações que controlam.

No caso de Moçambique, hoje temos as ameaças, sobretudo, em Cabo Delgado, como a guerra e o Crime Organizado, ou na Beira, cidade onde se sentem as alterações climáticas, e, em todo o território, a Pandemia Covid.

A Estratégia é a ciência e a arte de “ponderar e de agir prudentemente sobre e na conflituabilidade hostil” (Fernandes, 2011), mas também é uma disciplina de meios, face à guerra e à política (Couto, 1998). A ela compete lidar com todas as formas que imediata ou mediata-mente tenham a ver com a hostilidade, ou seja, “todas as potenciais razões de hostilização de outra vontade política quando confrontada com objetivos políticos que colidam ou possam vir a colidir com os seus” (Fernandes, 2011).

Se é verdade que a estratégia visa gerir os conflitos políticos violentos, em particular a guerra, de modo a obter a vitória desejada, alcançando os objetivos definidos pela política, ela deve, sobretudo, assumir-se como uma ética do conflito, destinada a combater a violência no seu próprio campo para chegar à paz definitiva. “No fundo, a finalidade última da estratégia, é, afinal, acabar por desaparecer, por se auto anular num universo pacífico” (Fernandes, 2011).

Com base nos estudos da Estratégia, é possível encontrar formas de se estudar e trabalhar para alcançar a Paz. A Paz é assim o verdadeiro valor da utilidade marginal da estratégia (Fernandes, 2011).

Numa abordagem holística identificámos 4 Estratégias gerais (militar, político-diplomática, socioeconómica e gestão das perceções) que dão corpo à estratégia total. Todas elas são concorrentes para que se consiga encontrar a paz possível, positiva ou negativa, na expressão de Galtung (2013), e com ela se obtenha a segurança necessária ao desenvolvimento das sociedades.

Começamos pela estratégia militar. A Força não está obsoleta e os atores não estatais, como os de Cabo Delgado, sentem-se menos constrangidos por questões morais do que os estados, com a sua ética e valores. Mas juridicamente o uso legal e legítimo da força ainda reside apenas nas entidades políticas reconhecidas pelo Direito. Porém, a Força é hoje cada vez mais dispendiosa e difícil de usar pela maior parte dos estados do que acontecia no passado (Nye, 2012).

A estratégia militar orienta o emprego, de forma útil, do instrumento militar (Smith, 2006), que faz sempre parte da solução. As guerras, como as que, hoje, Moçambique enfrenta, em Cabo Delgado, não se ganham pela ação militar, mas perdem-se pela inação militar. Ademais, em zonas de ambiente não permissivo, de alta violência, só os militares atuam na procura de garantir a segurança e posterior desenvolvimento das populações.

Com o incremento da segurança devido à ação militar, começa a ser permitido o desenrolar da vida normal, as pessoas vão ao mercado, à escola, etc. Ou seja, a atuação militar garante a estrutura que ajuda a providenciar um nível mínimo de ordem. Como refere Nye (2012), o poder militar está para a Ordem “como o Oxigénio está para a respiração: mal se nota até começar a rarear”.

Com a estratégia político-diplomática equacionamos sempre uma atuação externa e outra interna. A nível interno, a ação política está estreitamente relacionada com as reformulações de carácter dinâmico realizadas pelo poder, com a tomada de decisões a nível administrativo, e com a adoção de medidas de âmbito legislativo, regulamentar, organizativo e de reforço da autoridade do Estado.

A nível externo, há diversas formas de atuação. Através da ação diplomática sobre Estados, Organizações Internacionais ou outras entidades identificadas com relevância estratégica, procura angariar apoios e reduzir os dos adversários, promovendo o seu descrédito, recorrendo, se necessário, a uma diplomacia coerciva. Ao nível externo, propomos ainda a vertente de atuação cooperativa da comunidade internacional. Veja-se, hoje, em Cabo Delgado, a intervenção da *Southern African Development Community* e da União Europeia, por exemplo.

Esta estratégia é fundamental, uma vez que é com e através dela que se garante a liberdade de ação – a essência da Estratégia – para se poder conceber a estratégia ao nível interno, onde jogam três variáveis fundamentais: as forças materiais, as morais e o tempo que essa manobra leva.

A estratégia socioeconómica sobre as populações, visando a melhoria das suas condições de vida e a manutenção ou conquista/reconquista da fidelidade às Autoridades formais, passa pela síntese de duas ações que devem ser desenvolvidas em permanência, inscrevendo-se desde o período preventivo ao de intervenção: o controlo da população e dos recursos, e a melhoria das estruturas e infraestruturas.

A promoção socioeconómica das populações faz-se pela elevação do nível de vida das mesmas, satisfazendo as suas necessidades mais urgentes e destina-se a sustentar a fidelidade das populações ao poder constituído. Deve ser criado emprego, justiça social, levar a justiça e o Estado às populações, garantir cuidados básicos de saúde, de ensino/educação, etc.

Esta estratégia visa conseguir a adesão das populações e impedir aos adversários a realização dos seus objetivos psicológicos, tendo a estratégia militar que garantir o espaço e o tempo necessários para a consecução desse objetivo.

Finalmente, devem ser geridas as perceções que as populações e a comunidade internacional têm da situação. Há uma realidade percebida/ construída, diferente da realidade efetiva. Esta gestão é feita através dos mais diversos meios tradicionais ou com recursos mais tecnológicos, como as redes sociais. Deve ser efetuada uma intensa ação de combate à desinformação, com campanhas de verdade e de informação pública.

Hoje, os êxitos são, sobretudo, psicológicos, as palavras, as ideias e as perceções desempenham um papel importante, sendo a melhor propaganda uma operação militar vitoriosa. Não podem existir vocábulos apolíticos ou neutrais. As próprias palavras são armas empregues para isolar e confundir o adversário, motivar amigos e atrair indecisos. Ideias combatem-se com ideias, mas também valorizando as ações socioeconómicas em desenvolvimento.

NOTAS FINAIS

Após esta abordagem holística da Estratégia como ciência auxiliar da Ciência Política, cremos que cumprir a estratégia, e seguindo Horta Fernandes (2011), é pois, “pôr-lhe cobro, não só porque instaurada a paz definitiva já não haveria lugar para racionais estratégicos, mas e sobretudo porque, à estratégia não cabe ultimamente resgatar a hostilidade por completo, tarefa apenas alcançável pela paz” positiva ou Pura, de Galtung (2013).

No fundo, a guerra é mais do que a célebre máxima Clausewitz já referida por nós, ela é antes, segundo o Papa Francisco na sua Encíclica *Fratelli Tutti* (2020), o fracasso da Política e, “(...) Infelizmente não basta que a Estratégia se assuma como uma ética do conflito para que consigamos irradiar as guerras. Estas estão de tal maneira enraizadas na vida dos povos que só um projeto inovador de Paz pura, e que também alimenta a estratégia, lhes poderá pôr cobro” (Fernandes, 2011).

Gostaríamos de findar este ensaio com uma palavra de esperança do Santo Padre João Paulo II, na oração pela paz convocada, em Assis, em 27 de Outubro de 1986: “a Paz é um estaleiro aberto a todos e não apenas aos especialistas, aos sábios e aos estrategas”.



Figura 2 – O lugar da Estratégia.

BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES

- ARON, Raymond (1983) – *Paz e Guerra entre as Nações*. (2.^a edição), Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- BEAUFRE, André (1985) – *Introduction à la Stratégie*. Paris: Económica
- BERNARDINO, Luis (2021) – “O Conhecimento em rede e as redes de conhecimento. A nova forma de Poder dos Estados”; in IUM Atualidade, Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar, n.º 29, outubro.
- BOULDING, Kenneth (1989) – *Three Faces of Power*. Newbury Park, California: Sage Publications.
- CLAUSEWITZ, Carl Von (1976) – *Da Guerra*. Lisboa: Perspectivas e Realidades.
- CLINE, Ray (1977) – *World Power assessment 1977: A calculus of strategic drift*. Boulder, USA, Westview Press Inc.
- COUTO, Cabral (1988) – *Elementos de estratégia – apontamentos para um curso*. Pedrouços: Instituto de Alto Estudos Militares. Vol. I.
- DAHL, Robert (2005) – *Who Governs?: Democracy and Power in the American City*. Yale Studies in Political Science. Yale University Press.
- FERNANDES, Horta (2011) – *Acolher ou vencer? A Guerra e a Estratégia na actualidade*. Lisboa: Esfera do Caos.
- FUCKS, Wilhelm (1966) – *Formeln zur Macht: Prognosen über Völker*. Wirtschaft, Potentiale, Stuttgart.
- GALTUNG, Johan (2013) – “Positive and Negative Peace”. In, *Springer Briefs on Pioneers in Science and Practice*, vol 5. Springer, Berlin, Heidelberg.
- GARCIA, Proença (2010) – *Da Guerra e da Estratégia. A nova polemologia*. Lisboa: Prefácio.
- GARCIA, Proença (2000) – *Guiné 1963-1974: Os movimentos independentistas, o Islão e o poder português*. Lisboa e Porto: Comissão Portuguesa de História Militar e Universidade Portucalense.
- MORGENTHAU, Hans (1985) – *Politics among nations; the struggle for power and peace*. 6 Edition. New York. MacGraw-Hill.
- NAÇÕES UNIDAS (2004) – *A more secure world: our shared responsibility – Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change*. [Em linha]. Disponível em <http://www.un.org/Pubs/chronicle/2004/issue4/0404p77.html>.
- NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY'S/INTERNATIONAL FORUM FOR DEMOCRATIC STUDIES (NED) (2017) – *Soft Power to 'Sharp Power': Rising Authoritarian Influence in the Democratic World*. Washington, DC.
- NYE, Joseph (2012) – *O futuro do Poder*. Lisboa: Círculo de leitores.
- PAPA FRANCISCO (2020) – *Encíclica Fratelli Tutti sobre a fraternidade e a amizade social*. [Em linha] Disponível em Fratelli tutti (3 de outubro de 2020) | Francisco (vatican.va).
- PAULO II (1986) – *Alocução no encontro inter-religioso em Assis*. Libreria Editrice Vaticana.
- PAULO VI (1967) – *Carta Encíclica Populorum Progressio de sua Santidade Papa Paulo VI; aos Bispos, Sacerdotes, religiosos, fiéis e a todos os homens de boa vontade sobre o desenvolvimento dos povos*. [Em linha] Disponível em Populorum Progressio (26 de março 1967) | Paulo VI (vatican.va).
- RICE, Condoleezza (2005) – “The president National security strategy”. In, *Neoconservatism*. London, Atlantic Books, pp. 81-87.
- SMITH, Rupert (2006) – *The Utility of Force. The art of War in a modern world*. London: Penguin.
- SPYKMAN, Nicholas (1944) – *The Geography of Peace*. New York: Harcourt, Brace.
- WEBER, Max (1972) – *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva* – Volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- WOLFERS, Arnold (1962) – “National Security as an Ambiguous Symbol”; In: *Discord and Collaboration. Essays on International Politics* John Hopkins University Press: Baltimore, pp. 147-165.

Conferência Plenária no V Congresso Internacional da Universidade Católica de Moçambique, “Incentivando a produção científica para a promoção da paz, justiça social e desenvolvimento sustentável”, Beira, 18-19 Novembro 2021.

SOBRE DIPLOMACIA

Maria Regina de Mongiardim

Presidente do Conselho Acadêmico da AICP

*Presidente do Conselho de Fundadores
do Instituto D. João de Castro*

Escrever sobre Adriano Moreira seria uma tarefa tão árdua, quanto exigente, e de uma tal responsabilidade, que eu, sua sempre fiel discípula, me sinto incapaz de assumir.

Seria, talvez, também, demasiada presunção da minha parte escrever sobre um Homem que marcou gerações, em tempos políticos distintos, e que, pela sua personalidade, pela sua elegância de trato, pela sua fina inteligência, pelo seu saber, pelo seu brilhantismo, e pela sua dedicação ao país e aos seus discípulos, deixou um vazio difícil de preencher.

É, assim, com uma enorme admiração, sem adversativas, e uma infinita saudade, que dedico à sua memória este texto académico, versando um tema relacionado com uma área do saber (RI), tão do seu domínio, em que me guiou e me inspirou, para que eu prosseguisse na minha formação académica, a que presidiu.

Por tudo o que consigo aprendi, bem-haja, Professor Adriano Moreira, meu Mestre e grande Inspirador!

NOTA INTRODUTÓRIA

Guerra e diplomacia integram o léxico das relações internacionais, com a primeira a acontecer ciclicamente e a prevalecer sobre a segunda. Todavia, ambas andam imbrincadas num tempo díscolo e num processo dialético de destruição e construção da paz.

Na sua essência, a diplomacia aposta no diálogo, tentando minimizar as causas e consequências da guerra, e suprimir o seu efeito multiplicador.

Porém, em contexto de guerra e desigualdade entre as potências, a diplomacia não consegue libertar-se das suas idiossincrasias e da subordinação aos interesses dos mais poderosos, o que a impede de alcançar o consenso imprescindível para o estabelecimento da paz.

Mesmo que os canais diplomáticos se mantenham abertos, os resultados obtidos são marginais e de índole, essencialmente, mediática.

Sem vontade política, não existe paz; sem vontade política, a diplomacia não intervém e, se intervém, fá-lo em domínios muito restritos, como a informação ou a resolução de questões secundárias.

Isto é assim com a diplomacia bilateral, *a priori* mais compromissória e vinculativa, mas também com a diplomacia multilateral, espaço alargado de diálogo e convergência, onde os Estados ficam mais expostos.

Se o que está em causa são questões políticas existenciais, da natureza do regime ou de poder, os condicionamentos da diplomacia são esdrúxulos e podem alterar substantivamente o seu *modus operandi* e, até, os princípios por que se rege, sobretudo, em ambiente internacional de alteração da ordem das potências.

Atentos ao mundo em mudança, são, por isso, muitas as interrogações que se colocam sobre que tipo, ou tipos, de diplomacia prevalecerão no futuro.

DUAS GUERRAS, DUAS DIPLOMACIAS

No rescaldo da II GM, as potências vitoriosas dotaram a diplomacia de funções comunitárias, em prol do interesse geral e da paz universal. Respalhada pelos Estados, esta diplomacia procurava compatibilizar o interesse nacional com o interesse coletivo, fazendo do diálogo, da negociação e da concertação, os seus principais instrumentos de ação.

Com a vitória do liberalismo, no fim da Guerra Fria, a diplomacia adotou a ideologia dominante, favorecendo a superpotência sobranceira e seus aliados, em detrimento das potências de segunda linha, independentemente das respetivas grandezas, capacidades e ambições.

Fruto do liberalismo triunfante, da democratização das sociedades, da globalização e das novas tecnologias, essa diplomacia, multilateral, concorreu para o debilitamento da soberania dos Estados e a alienação de poderes que estes lhe haviam confiado, mas que muitos agora pretendem recuperar.

Desde a invasão russa da Ucrânia, muita da essência da diplomacia e das competências das instituições multilaterais, que o Direito Internacional sustenta, foram postas em causa. Em clima de anarquia, as armas substituíram o diálogo e a força suprimiu a negociação.

Face ao atual cenário internacional, desconhece-se que diplomacia teremos amanhã, *máxime*, quando se verifica a falência do sistema onusiano, o recuo do liberalismo, o recrudescimento dos ideais da soberania, o deslocamento do poder mundial para outras geografias, a emergência de novos blocos e hegemonias regionais, os desastres das alterações climáticas, a drenagem migratória, o aumento do discurso de ódio perante a diferença, o retorno a narrativas sobre atributos históricos da nacionalidade e da raça, o reforço dos aparelhos militares nacionais e, sobretudo, o apagamento da diplomacia nas guerras e conflitos que poluem o mundo.

Ao fim de quase três anos de guerra na Ucrânia, todos defendem que só a diplomacia poderá pôr-lhe fim; até Zelensky, que recusou, por decreto, conversar com Putin.

Em vez dela, porém, assiste-se ao prosseguimento da guerra, que fez da Ucrânia um país destruído, com 20% do seu território capturado, uma economia arruinada, uma população massacrada, um total indizível de mortos e mutilados, milhares de famílias enlutadas e de crianças sequestradas pela Rússia.

Também, na Rússia, a crença na vitória não esconde os milhares de sepulturas que ocupam os cemitérios, nem o silenciamento da oposição, a manipulação dos *media*, a imposição de uma economia de guerra e a dependência da China. Para reduzir os efeitos nefastos da guerra, a diplomacia russa empenhou-se em contornar as sanções ocidentais e romper o isolamento internacional, mediante a aproximação aos países do chamado Sul Global, na senda da influência chinesa nessas paragens, angariando aí novos mercados e novos apoios na sua luta contra o bloco ocidental.

Enquanto do lado ocidental se sucediam os pacotes de ajuda militar, económica e financeira à Ucrânia, os incentivos para a sua adesão à UE e à NATO, o alargamento, reforço e expansão da Aliança, as exibições de força militar junto das fronteiras da Rússia, o rearmamento da Europa, e o mandato do TPI para detenção de Putin, Moscovo anexava a quase totalidade do Donbass, arrasava infraestruturas ucranianas, instaurava o pânico na população civil, ameaçava o Ocidente com o nuclear, e, com os apoios de Pequim, Pyongyang, Teerão e Minsk, exibia o seu poder militar do Pacífico ao Ártico, do Báltico ao Atlântico.

Fracassada a intermediação internacional, a diplomacia destes contendores empenhou-se mais no confronto, do que na paz. Com um discurso hostil, desencadearam uma diplomacia “marcial”, para robustecimento dos seus blocos de apoio, mediante reuniões cimeiras, visitas bilaterais, contactos de alto nível e a assinatura de acordos de cooperação em vários domínios, mas de predomínio militar. Esta diplomacia desenvolveu-se, quer no interior dos blocos, para manter a coesão, quer junto de países-terceiros, para os atrair à causa da guerra. Refiram-se as cimeiras da NATO, do G7, do G20, dos BRICS, da Organização de Cooperação de Xangai, da Rússia-África, o Grupo de Contacto para a Defesa da Ucrânia, a profusão de visitas de altos dignitários ocidentais a Kiev, as inúmeras deslocações de Zelensky ao estrangeiro, as visitas de Estado recíprocas de Putin, Xi Jinping, Kim Jong-Un e Lukashenko, e as discussões no Conselho de Segurança e na Assembleia Geral da ONU.

A paz foi interpelada, pela primeira vez, na Cimeira da Paz da Suíça, a que não assistiram a Rússia, que não foi convidada, e a China, que recusou participar. Porém, os verdadeiros objetivos desta cimeira foram aquilatar o apoio à Ucrânia e o plano de paz de Zelensky, visto como uma capitulação da Rússia. Neste conclave, de mais de uma centena de participantes, apenas o objetivo da paz mereceu aprovação unânime. Quase em vésperas das eleições americanas (*et pour cause...*), Zelensky apresentou o seu “Plano de Vitória” que pouco parece diferir daquele, à exceção de vir a ser um futuro compromisso dos aliados para com a segurança da Ucrânia, se aceite.

Todos os exercícios da diplomacia internacional, dedicados à guerra na Ucrânia, patentearam um mundo fraturado entre dois blocos: o ocidental, liberal e democrático; e o das potências autocráticas, que lideram o Sul Global (*i.e.* China e Rússia).

Esta guerra comprovou, também, a alienação da diplomacia da ONU, salvo em questões humanitárias e nos debates que, por vontade dos Estados, se desenrolam no seu seio. Incapaz de impor a paz e o direito internacional, especialmente quando o Estado prevaricador é

membro permanente do CS, a ONU reservou para a sua esfera de intervenção as questões ambientais e humanitárias, sendo por isso bastante vocal acerca do bloqueio russo da exportação dos cereais ucranianos ou da atuação de Israel em Gaza e no Líbano.

Com a deslocação do poder mundial para a Ásia, a cristalização de novos blocos geopolíticos e uma guerra no leste da Europa, sem fim à vista, a instabilidade no mundo recrudescer com o ataque terrorista do Hamas em Israel, a 7 de outubro de 2023, e a resposta militar israelita, arrasando Gaza e matando muitos milhares de palestinianos. Este acontecimento serviu de rastilho para Israel abrir várias frentes de guerra, visando o Irão e os seus *proxys*.

O risco de escalada regional deste conflito e as reações internacionais à tragédia humana em Gaza, desencadearam intensa atividade diplomática, com os EUA e os mais importantes *players* da região, visando um cessar-fogo entre Israel e o Hamas. Irredutível a quaisquer cedências e aproveitando-se da vulnerabilidade política da administração Biden, em véspera de eleições presidenciais, Netanyahu não recuou nos seus desígnios de combater o Irão, introduzindo na contenda o Hezbollah, no Líbano, os Huties, no Iémen, e a Síria.

No conflito Israel-Hamas, a diplomacia internacional visou, fundamentalmente, a sua contenção. Sem um plano de ação para o *day after* em Gaza e Cisjordânia, garante dos direitos da população palestiniana, a diplomacia agiu com carácter preventivo e não resolutivo, evidenciando as contradições e ambivalência das partes envolvidas, fruto do complexo xadrez político-religioso da região e das influências cruzadas de potências externas, onde se confrontam xiitas contra sunitas, países árabes contra o Irão, e os apoios dos EUA a Israel, e da Rússia e da China ao Irão e à Síria.

O cerne deste conflito não é a questão dos “dois Estados” e o reconhecimento do Estado da Palestina, a que Israel se opõe, apesar das resoluções da ONU, mas, sim, a existência de Israel, potência nuclear e bastião dos EUA na região, e as ambições hegemónicas do Irão, que a Rússia e China parecem sustentar.

Sem uma instituição internacional de governo que imponha a sua autoridade, o falhanço da diplomacia internacional nesta contenda evidenciou o declínio dos EUA, descredibilizou a administração Biden e favoreceu Netanyahu, empenhado na eliminação dos *proxys* do Irão, do regime dos Aiatolas, e da causa palestiniana.

Diferentemente da guerra na Ucrânia, em que, na luta pela derrota final do inimigo, a diplomacia foi substituída pela força das armas ou transformada em modo de recrutamento de apoios internacionais, alargando, assim, o seu espectro belicista, a diplomacia no Médio Oriente teve como fito a contenção do conflito, mesmo sabendo-se que uma meia-derrota ou uma meia-vitória convida à instabilidade e ao ressurgimento da guerra. Esta orientação mais conservadora da diplomacia internacional, permitiu que Washington, enquanto criticava a condução israelita da guerra, mantivesse o apoio a Israel e se envolvesse diretamente na “escaramuça” militar entre o Irão e Israel, contrastando com a postura de não colocar “botas no terreno” na Ucrânia.

A diplomacia ocidental não agiu da mesma forma, nem concertadamente nos dois conflitos. Se, na guerra da Ucrânia, a diplomacia ocidental tem funcionado sem fissuras, na guerra do Médio Oriente, a UE, apesar da posição pró-israelita de Von der Leyen, entrincheirou-se nas políticas nacionais dos Estados-membros e do Conselho, posicionando-se à margem do conflito, sem deixar de criticar a conduta de Israel e defender a causa palestiniana.

Em ambos, comprovou-se a irrelevância da ONU. Fragilizada, contestada, desautorizada e confrontada com os interesses antagônicos das grandes potências e dos países em guerra, a ONU exauriu-se no “altar” do multilateralismo institucional.

Se Trump sair vitorioso, antevê-se uma América isolacionista, o recuo do liberalismo, a desvalorização do multilateralismo institucional e o reforço do papel do Estado, como principal e único interlocutor na esfera internacional. Também a NATO poderá ver afetados o pilar euro-atlântico e os desígnios de se tornar um ator global.

Avaliando o desempenho da diplomacia nestes dois conflitos, verifica-se o predomínio do interesse nacional dos Estados, o recrudescimento da vertente militar, a negação do multilateralismo institucional, a opção pelo multilateralismo *ad hoc* e o papel incontornável da informação e contrainformação. Num cenário mais alargado, estas circunstâncias decorrem do mundo em mudança, do recrudescimento do poder das autocracias, dos desafios tecnológicos e da deslocação do poder mundial para as potências asiáticas emergentes (China, Rússia, Turquia, Irão, etc.).

Sem calendário fixo e com uma agenda definida apenas pelas partes envolvidas, o multilateralismo *ad hoc*, não sendo institucionalizado e sem conclusões vinculativas, é mais ágil e eficaz. Por não ser universal, carecer de peso orgânico, não ser vinculativo e obedecer a uma agenda discricionária, este modelo privilegia os interesses particulares dos Estados, rimando com a volatilidade da política mundial, nesta época de transição.

Semelhantes circunstâncias apenas confirmam a crise dos institutos da paz e a desvalorização ou a substituição da diplomacia pela força, numa conjuntura de supremacia de líderes providenciais e autocráticos, de reforço do Estado-nação, de ressurgimento das hegemônias regionais e suas esferas de influência, de formação de blocos e de declínio da ordem mundial liberal.

FATORES DE MUDANÇA NA DIPLOMACIA

A realidade mostra-nos um mundo em convulsão e mudança, com a diplomacia a sofrer de vicissitudes paralelas.

No atual cenário político, económico, securitário e tecnológico global, desenham-se novas derivas responsáveis pela atuação estratégica dos Estados, nem sempre por meios pacíficos ou no respeito das regras de direito universais estabelecidas. A invasão russa da Ucrânia e o que lhe sucedeu, mostram à evidência essas derivas.

A pandemia Covid19 foi responsável, em parte, por desenranhar contradições e fragilidades de um mundo organizado em função de uma grande potência vitoriosa, e de um punhado de países aliados e amigos, sem refletir os desequilíbrios existentes, nem as necessidades, os anseios e as capacidades de muitos outros países, especialmente, daqueles que foram arredados da linha da frente ou que, pelo seu desenvolvimento, exigiam um lugar paritário com a grande potência. O voto maioritário dos países do chamado Sul Global na resolução da ONU sobre uma “nova ordem económica mundial” revelou até que ponto a defesa da integridade territorial da Ucrânia era insuficiente para ocultar o declínio da influência ocidental, demonstrado pelo alinhamento de muitos desses países com a China, e também com a Rússia, na contestação da hegemonia americana e no delinear da nova arquitetura mundial.

Neste mundo em mudança, o retorno aparente ao sistema bipolar e ao clima de guerra fria, tem mais ingredientes de coação e agressão, do que de dissuasão, motivo da maior preponderância do poder militar. O rearmamento, a vulgarização da ameaça nuclear, a multiplicação de conflitos e zonas de atrito, envolvendo grandes potências, a desvalorização das organizações internacionais e do multilateralismo, a tendência para agrupamentos de Estados *ad hoc*, filiados em interesses conjunturais, a desglobalização, fomentada pela competição económica, a intervenção desregulada das tecnologias de I&C, em que as redes sociais incentivam radicalismos e exacerbam paixões, o incremento dos nacionalismos, dos muros étnicos e das desigualdades, os efeitos das alterações climáticas no crescimento económico e estabilidade dos países, as crises humanitárias, sanitárias e alimentares, e o incremento migratório, são parte desses ingredientes, a que acrescem os ciberataques, a espionagem e a desinformação, tornando a nova guerra fria, explosiva.

Com a conflagração na Ucrânia e na ausência de um governo mundial, eficaz e credível, a diplomacia deu lugar aos poderes militar e da informação, e ficou mais dependente da política nacional dos Estados, sendo relegada para um papel secundário. A tendência de tornar os Estados militarmente mais fortes e de os dotar de meios comunicacionais mais eficientes, submetendo a economia e as finanças a esses desígnios, repercute-se, inevitavelmente, nas suas políticas, nas relações de poder e na própria diplomacia, agora mais condicionada pelo interesse nacional, em detrimento do interesse geral.

Independentemente da competição mundial entre os poderes e das orientações geoestratégicas das potências, a diplomacia vê-se ainda constringida por múltiplos fatores que assolam as modernas sociedades e influenciam o comportamento externo dos Estados, onde pontuam a confrontação ideológica, os nacionalismos, o populismo, os choques étnicos, culturais e religiosos, a informação e as tecnologias de informação mais avançadas.

Na própria UE, a diplomacia dos seus membros, sem renunciar ao seu carácter nacional, obriga-se a uma maior coordenação supranacional, procurando responder à dinâmica geopolítica, geoestratégica e geoeconómica de outros blocos e de outras potências em competição pelo poder mundial, enquanto fatores de ameaça à sua segurança. Até há pouco observada como instrumento de diálogo, concertação e cooperação, a diplomacia europeia almeja, agora, principalmente, preservar a democracia, assegurar a sua segurança e recuperar o lugar estratégico da Europa no mundo, favorecendo a re aquisição do seu poderio militar.

Mesmo que as instituições multilaterais internacionais conhecidas ainda sobrevivam e que os canais diplomáticos entre os Estados permaneçam abertos, os espaços de diálogo tornaram-se mais complexos e as vias de comunicação mais tortuosas, por imposição do Estado-nacional ou de poderes políticos com aspirações hegemónicas. Em semelhante cenário, a diplomacia vê-se com o seu espírito de apreciação e análise das circunstâncias em que atua, transfigurado, pela imposição de um só prisma de observação, como também vê coartada a flexibilidade que o jogo diplomático sempre requer.

Pelo seu carácter pós-industrial, a guerra na Ucrânia veio revelar um panorama inédito no terreno da política internacional e das relações entre Estados, em ambiente de coação e ameaça, e de confrontação militar, que transgride os princípios basilares da diplomacia.

Nunca, como agora, a guerra foi vista em tempo real, nem as opiniões públicas foram tão sujeitas a discursos políticos e narrativas maniqueístas dos “senhores da guerra”, ao quererem impor a sua “verdade”. A guerra da informação e no ciberespaço, e o jogo das percepções, que essa confrontação tem fomentado, capturaram o espaço da diplomacia, deformando-o, e manietaram a sua ação, à partida já condicionada pela manipulação da informação, pela contrainformação, pela desinformação, pela rapidez e simplificação da mensagem, pela eficácia e impacto das imagens transmitidas, pela abrangência dos destinatários, pelos sentimentos discriminatórios e radicais provocados, e pelo medo e insegurança suscitados, afetando o normal desempenho da diplomacia.

Ainda há pouco, a diplomacia pública, contemporânea do processo de globalização, fazia um caminho de *soft power* promissor, pela sua versatilidade e transparência. Mais rápida e direta, também a diplomacia digital subia no *ranking* do desempenho diplomático dos Estados e da política internacional. Porém, com os avanços tecnológicos, os riscos de manipulação da diplomacia tornaram-se mais presentes, pondo em causa a sua própria essência.

Perante o atual contexto mundial, marcado pela confrontação entre potências, por inusitados desafios geopolíticos e pelo desenvolvimento de tecnologias disruptivas, alguns poderes políticos viram-se obrigados a estabelecer códigos de conduta e alianças digitais, a níveis bilateral e regional, para evitar que agentes furtivos e difusos, estatais ou não, a coberto de filtros informáticos, alterassem ou violassem preceitos internacionais reconhecidos, modificassem percepções e transformassem o ambiente político internacional.

Muitos dos riscos e desafios que a diplomacia atualmente enfrenta têm a ver, também, com os sistemas políticos dos Estados, o carácter da respetiva liderança, as suas ambições nacionais e a propensão para a insatisfação pelos resultados obtidos, causa de maior desconfiança face ao exterior. Têm a ver, ainda, com as alterações da ordem mundial, a forma como essas alterações se vêm produzindo e com a natureza política dos principais protagonistas.

Na presente conjuntura, haverá domínios em que a essência da diplomacia e o seu convencional *modus operandi* se manterão inalterados, e outros, politicamente, mais sensíveis, em que a diplomacia estará sujeita a modificações, sempre e quando o Estado de que depende pretende alterar, em benefício próprio, regras e condições da ordem internacional, à revelia da confiança por que se regem o diálogo e a concertação político-diplomática.

A atividade diplomática tem, pois, uma relação direta com a natureza política do Estado, a evolução da conjuntura internacional e o uso das tecnologias, donde a prevalência de distintos modelos de diplomacia.

MULTILATERALISMO *VERSUS* BILATERALISMO

O atual sistema-mundo carece de governabilidade e liderança, e caracteriza-se pela desconstrução da ordem mundial conhecida, pelos desajustamentos institucionais relativamente à evolução da política internacional, por uma complexa multipolaridade, pela afirmação de poderes emergentes, pela anemia da cooperação e da solidariedade, e pelo número crescente de Estados-nacionais, cujos regimes políticos exigem capturar a nação, os direitos de

cidadania e a liberdade individual, e solucionar, cada um por si, problemas globais, satisfazendo essencialmente interesses próprios.

O ambiente político é, assim, propiciador e potenciador de crises, sem uma instância internacional de apelo e resolução.

A falência do sistema onusiano, evidenciada pelas guerras na Ucrânia e no Médio Oriente, deixou o mundo, especialmente, os países mais vulneráveis, à mercê da competição entre as grandes potências, da ambição de poderes políticos disruptivos e agressivos, e da capacidade dos exércitos para matar.

Durante décadas, o multilateralismo foi considerado um método diplomático funcional na regulação do relacionamento dos Estados, baseado em princípios e regras estáveis, iguais para todos. Na prática, porém, o multilateralismo sofreu distorções, relacionadas, sobretudo, com a arquitetura mundial de poder, onde os EUA eram a potência dominante. Os princípios liberais, que até há pouco regiam o multilateralismo, para além de conflitarem com a ideia de soberania, que alguns países tanto acarinhavam, na realidade, só foram aplicados em função da relação de forças entre as potências, frustrando os desígnios daqueles que, em claro desenvolvimento do seu poder, capacidades e expectativas, se viam secundarizados.

Por falta de representatividade e eficácia, há muito que se instalou um sentimento, quase generalizado, de desconfiança e descrédito sobre as organizações internacionais multilaterais. Nascidas no pós-guerra, sob inspiração dos países vencedores, estas organizações não acompanharam a evolução da sociedade internacional e dos Estados, deixando de refletir a realidade de um mundo em mudança, e tornando-se incapazes de responder aos principais desafios e ameaças, e de colmatar os anseios de grande número de países. Esse sentimento tornou-se particularmente visível relativamente ao multilateralismo global institucionalizado, de que a ONU, o FMI, o Banco Mundial e a OMC, são os máximos expoentes. A inércia de uma pesada burocracia conjugada com a arbitrariedade dos seus membros mais representativos, significava, para a maioria, mais um ónus, do que um benefício.

Únicas exceções nessa onda de descrédito, que se abateu sobre o multilateralismo institucionalizado, após o fim da Guerra Fria, foram a UE e a NATO, mercê da sua história, comunhão de valores, modelos político-institucionais e mútua colaboração. A UE, com um peso político-económico mundial não despreciando, é, a nível regional, um fator agregador de Estados europeus soberanos, tratados como iguais, apesar das suas diferenças intrínsecas. A NATO, com a segurança e defesa da área transatlântica a cargo, sobreviveu ao fim da Guerra Fria, ao desarmamento da Europa, ao fim da unipolaridade, ao nascimento da multipolaridade, à “sentença” de Macron e aos desafios provocados pelo nacionalismo agressivo da Rússia, crescendo em importância, coesão, operacionalidade, número membros e alcance estratégico, na sequência da invasão russa da Ucrânia e da ameaça chinesa. Com o possível regresso de Trump à Casa Branca, o seu futuro é uma incógnita.

Depois do “abraço tentacular” dos EUA à Europa, que guerra na Ucrânia provocou e a ameaça chinesa reforçou, estas duas organizações tiveram que introduzir algumas variáveis nas suas orientações estratégicas, a serem reavaliadas caso Trump saia vitorioso. Confrontando-se com o avanço dos populismos nacionalistas, a deslocação para Leste do seu centro político

de gravidade, e as promessas de alargamento à Ucrânia e outros países da antiga órbita soviética, a UE tem que conjugar as políticas de segurança e defesa, com as políticas económicas e sociais dos seus membros, minimizando os efeitos negativos. A NATO tem que atender à vulnerabilidade das fronteiras na Europa, à proximidade de zonas cobiçadas e de risco, e à capacidade financeira dos seus membros, em articulação com a sua vocação global. Tudo isto sob reserva da decisão de Trump sobre o pilar americano na Aliança.

Perante o declínio do poder mundial dos EUA e a ascensão de novas potências, o multilateralismo institucionalizado ou o multilateralismo, *tout court*, deixou de ser atrativo para algumas potências da chamada “segunda linha” de poder, ávidas por terem uma ordem mundial alternativa, adequada às suas ambições políticas e prerrogativas nacionais, que lhes garanta uma posição cimeira na esfera do poder. Esta nova ordem mundial alternativa articula-se com o sistema sino-cêntrico, que, desde o lançamento da Nova Rota da Seda, congrega vários países do apelidado Sul Global, liderados pela China, e à qual a Rússia, ferida pelo estatuto de potência perdedora da Guerra Fria, aderiu, para dela retirar benefícios em prol da liderança personalista, autocrática e revisionista de Putin.

A invasão russa da Ucrânia fez ruir os já frágeis alicerces da ONU. A violação da Carta das Nações Unidas e do DI, pela Rússia, a incapacidade da Organização impor a paz e o direito, a complacência de alguns países para com essas violações, a violência perpetrada pelas forças russas e a falta de consenso internacional em torno de uma crise regional que, rapidamente, se tornou global, feriram, de morte, o sistema onusiano. Com esta guerra, a diplomacia foi silenciada pelos bombardeamentos, o multilateralismo universal feneceu, e ressuscitaram velhos fantasmas do imperialismo, da ditadura e da beligerância, com uma nova guerra fria à espreita na Europa e no mundo.

Praticamente todos os conclaves políticos internacionais, que reúnem altas individualidades da política, da economia e das finanças, refletem esses desajustamentos. A contenção nuclear da Rússia e a integridade territorial da Ucrânia, têm merecido unanimidade, mas carecem de consenso a condenação da Rússia pela invasão, as sanções ocidentais contra Moscovo, o apoio militar a Kiev, as condições para o fim do conflito e sua resolução, e o futuro territorial, político e de segurança da Ucrânia (*i.e.* UE e NATO). Tudo confluiu no prolongamento da guerra, numa possível escalada e no desconhecimento de como e quando ela terminará, para que concorrem o auxílio militar ocidental à Ucrânia, a perseverança de Zelensky e a resiliência da população ucraniana, a obstinação do Kremlin, as alianças de Moscovo com a China, o Irão e a Coreia do Norte, a complacência da Índia e do Brasil, e a capacidade relativa dos exércitos dos países beligerantes.

A guerra de Israel contra o Hamas, em Gaza, e o Hezbollah, no Líbano, são novos testemunhos da falência da ONU, como atestam os ataques das forças israelitas contra funcionários de agências especializadas da ONU, naquele território, e da UNIFIL, no Líbano, o tratamento vexatório de António Guterres pelas autoridades israelitas, e as violações de Netanyahu ao Direito Humanitário, apesar dos apelos internacionais e das admoestações de Biden.

Sem o ímpeto tendencialmente nivelador do liberalismo e da globalização, e submetido à competição geopolítica das grandes potências, o multilateralismo esgotou-se nas contradições

e na fragilidade da maioria das organizações internacionais, e na rejeição nacionalista, soberanista e autocrática de certos países, e migrou para novos agrupamentos regionais *ad hoc*, onde se impõe a voz agregadora de uma potência hegemónica.

África, há muito o continente esquecido, continua à mercê dos conflitos étnicos e tribais, da corrupção das elites, do aumento demográfico, dos desastres ambientais, da ajuda internacional e das forças predadoras de algumas potências, sem que as organizações multilaterais tenham favorecido as condições para o seu desenvolvimento e para a paz. A tendência atual é a substituição da influência ocidental, sobretudo europeia, pelas autocracias militarizadas chinesa e russa.

Também na América Central e do Sul, o espírito do “não-alinhamento”, as pulsões nacionalistas e a oposição entre de regimes radicais de direita e de esquerda, em confronto com díspares influências externas, além de enfraquecerem o multilateralismo regional, não contribuíram para a saúde do multilateralismo global. Ao invés, a ordem mundial alternativa chinesa vai aí fazendo caminho.

A Ásia é, hoje, o centro do mundo, onde o multilateralismo renasceu sob diferentes formulações e influências políticas, por ação da China e dos EUA. A multiplicidade nacional, étnica e religiosa, a explosão demográfica e económica, a confrontação ideológica, a presença de duas grandes civilizações rivais (China e Índia), de um Estado-nação indómito (Japão), de uma península cindida entre dois Estados inimigos (Coreias), da maior concentração de armas nucleares pertencentes a diferentes países, e das três potências com maior orçamento de defesa do mundo (EUA, China e Japão), a ausência de convergência político-estratégica e a ameaça da China, obviaram o multilateralismo regional da ASEAN e favoreceram o surgimento de um multilateralismo disperso e alternativo, reflexo das disputas entre as grandes potências. Apesar destas vicissitudes e das próprias vicissitudes da ONU, Xi Jinping proclama-se seu defensor, muito embora pretenda modificá-la à luz dos ideais de soberania da China, dos princípios da não-ingerência e da igualdade.

Este desiderato de Pequim tem sido desenvolvido no âmbito da Nova Rota da Seda, mediante parcerias bilaterais e regionais de vocação essencialmente comercial e económica, segundo os modelos do “minilateralismo” ou multilateralismo *ad hoc*. Na Ásia, o *leit motiv* destas parcerias assenta numa suposta identidade asiática, que, sob influência chinesa e tirando partido da dependência dos países asiáticos relativamente à China, das assimetrias na região e do declínio da hegemonia dos EUA, funcione, no sistema económico internacional, como polo regional alternativo. Essas parcerias procuram ainda responder ao esvaziamento da Parceria Económica Abrangente Regional, que, em 2020, reuniu os países mais importantes da ASEAN (Austrália, Japão, Nova Zelândia, Coreia do Sul e China), mas acabou minada pelas inerentes fragilidades, pelas perceções políticas divergentes dos seus membros, pela instabilidade regional e pelo crescente temor da hegemonia chinesa.

As parcerias da China estenderam-se a outras áreas regionais do chamado Sul Global (África, América Latina, Cáucaso e Médio Oriente), através de uma rede de acordos de cooperação bilateral em diversos domínios, cujo contraforte de segurança é o poderio militar chinês. Em plena guerra na Ucrânia, Xi Jinping anunciou a *Iniciativa de Segurança Global* e

a *Iniciativa Global para o Desenvolvimento*, que, somadas à Nova Rota da Seda, criam uma ordem internacional paralela dentro da ONU e da OMC.

Já com carácter institucionalizado e dizendo-se representante de metade da humanidade, a Organização de Cooperação de Xangai, liderada pela China e pela Rússia, põe acento tónico na segurança e defesa, com uma particularidade: os governos da maioria dos seus membros são autocráticos. Também os BRICS entram nesta equação de uma ordem mundial alternativa, sempre sob liderança chinesa, secundada pela Rússia.

O intuito da China em deslocar o centro de gravidade da política mundial, sob seu domínio, para a Ásia, reflete-se, designadamente, na parceria “sem limites” com a Rússia, e na crescente influência chinesa sobre o Cáucaso, o Médio Oriente e as rotas que ligam o Pacífico ao Ártico.

Na mira de conter o avanço chinês, Biden criou o conceito geográfico alargado do Indo-Pacífico, para albergar a Índia, a Austrália e a Nova Zelândia. Como alternativa à Nova Rota da Seda e em defesa da democracia nesta região, Biden promoveu a criação de novos agrupamentos multilaterais, não institucionalizados, com objetivos eminentemente securitários e ideológicos. Formando um anel de segurança, entretanto reforçado pelo acordo trilateral de cooperação militar e económica entre os EUA, o Japão e a Coreia do Sul, em que a China é o rival oculto, estes agrupamentos não se inscrevem no modelo do multilateralismo universal, nem visam dirimir conflitos fora da sua área geográfica ou contribuir para a paz global. Como tal, não respondem aos problemas globais (alterações climáticas, escassez de água, proliferação nuclear, terrorismo, cibersegurança, pandemias, etc.).

Submetidos à competição geoestratégica entre as duas grandes potências, estes dois modelos de multilateralismo regional polarizaram o mundo, introduziram alterações na diplomacia e nas regras por que se rege, politizaram a economia, o comércio, as finanças e a tecnologia, e puseram ao seu serviço estruturas de segurança e defesa rivais.

Este duplo multilateralismo espelha a rivalidade entre as grandes potências e a sua competição pela liderança do mundo. Transformado em bipolar, este duplo multilateralismo carece de reconhecimento universal.

Tudo concorre para que a diplomacia bilateral, seletiva e ajustada ideologicamente, prevaleça sobre o multilateralismo, sobretudo, sobre o multilateralismo universal institucionalizado.

O conflito na Ucrânia carrou novos problemas relacionados com as sanções ocidentais à Rússia, como a crise energética, os obstáculos à circulação de produtos, a inflação dos preços e a desconstrução da globalização, que prometia a paz, a igualdade e o desenvolvimento do mundo, mas trouxe maiores desigualdades, assimetrias e choques identitários.

A (re)industrialização do Ocidente, o retorno do protecionismo, a autossuficiência económica, o tecno-nacionalismo, a repartição de mercados, as esferas de influência e os estímulos ao rearmamento, puseram fim às promessas de um “multilateralismo renovado”, cujo espírito era a progressiva integração do mundo, negociada e não-imposta, e a multipolaridade, que efetivamente existiu, embora dominada pelo Ocidente, apesar do declínio da hegemonia americana e da importância da UE. O futuro da ONU é, pois, uma incógnita, como incógnita era já também a reestruturação do CSNU.

Atentos ao carácter nacionalista e autocrático do Kremlin, presume-se que a diplomacia bilateral, e o secretismo que lhe assiste, prevalecerá nas relações externas de Moscovo, tanto com os países da sua esfera de influência e seus aliados, como na futura recomposição do seu relacionamento com os países que confrontaram e sancionaram a Rússia, por causa da invasão da Ucrânia.

A guerra na Ucrânia mostrou que Moscovo não confia no multilateralismo, nem lhe reconhece autoridade e competência para intervir em assuntos de Estado, do Estado russo. A primazia dos atributos nacionais da Rússia só é compatível com o modelo da diplomacia “Estado-a-Estado”, visto que decisões coletivas não servem os interesses nacionais e as ambições do Kremlin, mais confortável numa posição de supremacia, que os princípios do multilateralismo não albergam, ou de defesa intransigente dos interesses vitais da Rússia.

A China declarou-se sempre adepta da ONU, de que se serviu para dissipar desconfianças, angariar prestígio e impor-se internacionalmente. Ao contrário da Rússia, refém das suas ambições imperiais e de ressentimentos em relação ao Ocidente, a China, na posse de uma história milenar, de uma civilização singular e de uma experiência de crescimento sem paralelo, mostra-se autoconfiante e detentora de um *modus operandi* próprio face ao exterior, que restringe o uso da força, salvo na salvaguarda do seu território. A liderança de Xi Jinping tornou a China mais ideológica, mais nacionalista, mais crente no determinismo histórico e, internacionalmente, mais assertiva, entrando numa deriva confrontacional com os EUA e o Ocidente, por causa de Taiwan, dos Mares do Sul da China e da competição mundial. Essa deriva traduziu-se num discurso mais crítico do Ocidente e da NATO, sobretudo, quando estão em causa a reunificação do país, o poder do PCC, os DH, a modernização da economia e as exportações chinesas, e a sua segurança. A guerra na Ucrânia só adensou esse clima de antagonismo entre o bloco sino-russo e o Ocidente.

A parceria “sem limites” com a Rússia responde a três grandes objetivos de Pequim: a submissão de Moscovo aos interesses chineses, o alargamento da influência chinesa à Ásia Central e ao Ártico, e o reforço da China na disputa contra o predomínio do Ocidente na ordem mundial. Estes objetivos sobrepõem-se ao interesse pelo fim da guerra na Ucrânia, já que o seu prolongamento desgasta o Ocidente e a NATO. Para Pequim, só o nuclear russo constitui uma linha vermelha.

Ainda que, economicamente, a China possa ter considerado inoportuna a invasão da Ucrânia, ela serviu de “balão de ensaio” para a questão de Taiwan, e permitiu-lhe comprar energia russa a preços de saldo, como contrapartida da venda a Moscovo de tecnologia de duplo uso, contribuindo para a máquina de guerra russa.

Na perspetiva chinesa, a guerra na Ucrânia não põe em causa os objetivos universais de “desenvolvimento pacífico”, de “respeito mútuo” e da “cooperação igualitária”, se geograficamente circunscrita, mesmo em termos de efeitos. Responsabiliza, no entanto, o Ocidente e a NATO, pelo prolongamento da guerra e pelos riscos de escalada, devido ao auxílio militar a Kiev.

Ao rejeitar condenar a Rússia pela violação da Carta das Nações Unidas e do DI, Pequim sinalizou o momento de mudança do sistema liberal mundial.

Sem preocupações democráticas, mas com inquietações sobre o lugar e a imagem da China no mundo, e a eficácia das suas políticas, Pequim quer fazer valer os atributos civilizacionais, históricos, territoriais, demográficos e de governabilidade do país, bem como a legitimidade dos seus direitos no sistema mundial. O discurso chinês, sem o exacerbamento nacionalista do Kremlin, releva de uma diplomacia bem articulada, que, numa análise de custo-benefício, privilegia as ações efetivas da China no terreno da política externa, como a construção de uma rede internacional de interesses mútuos, apoiada no seu crescente poder militar.

O multilateralismo internacional institucionalizado já não serve as exigências de poder da China, nem se coaduna com o secretismo do regime, o seu ideal de soberania e os seus interesses políticos vitais. Entre privilegiar o direito universal consagrado ou o direito do Estado-nação, a China distingue este último, mais conforme à primazia da soberania do Estado e à sua luta contra o liberalismo e o domínio mundial dos EUA. Apoiar o regime de Putin, na sua “cruzada” contra o Ocidente, faz parte da estratégia antiliberal e antiocidental chinesa.

Não obstante a relevância dos instrumentos de diplomacia multilateral que Pequim patrocina nas relações de cooperação sul-sul, designadamente na Ásia ou na África (*i.e.* Fórum Macau/PALOP), a Nova Rota da Seda tornou-se o principal instrumento de afirmação internacional da China e, internamente, de sustentação do regime. Desde o início (2013), esta iniciativa significa uma alternativa à tradicional ordem mundial liberal, liderada pelos EUA, e um meio de comerciar, influenciar e atrair novos parceiros, e de exportar o seu modelo político de desenvolvimento. Envolvendo Estados, governos locais, organizações internacionais, bancos e empresas públicas e privadas, esta iniciativa obedece a uma estratégia de expansão económica, comercial e tecnológica, inicialmente projetada para a conectividade entre a Ásia e a Europa, através da recuperação das históricas “rotas da seda”, mas, também, de expansão político-diplomática chinesa, por via do seu *soft power*, e de projeção de poder, através de garantias militares de segurança. Por essa razão, esta iniciativa passou a incorporar, também, as vertentes militar e espacial, e o seu inicial foco bilateral deslocou-se para o domínio multilateral, como forma de reduzir a desconfiança dos seus parceiros e de incrementar a sustentabilidade dos investimentos chineses. A expansão geográfica, terrestre, marítima e espacial da Nova Rota da Seda, coadjuvada por novas entidades financeiras (*Asian Infrastructure Bank, New Development Bank e Silk Road Fund*) e pelos bancos de desenvolvimento chineses (*CDB e CHEXIM*), permitiu que a China, ao desvalorizar as instituições de Bretton Woods, assumisse a defesa do “desenvolvimento igualitário” e de uma ordem mundial alternativa, “harmoniosa e inclusiva”, contra a velha ordem, “arrogante, impositiva e desigualitária”, de hegemonia norte-americana.

A crescente influência da China em África, na América Latina, no Médio Oriente e em alguns países da sua vasta região, revela que a diplomacia chinesa se modernizou, diversificou e adaptou, tornando-se, simultaneamente, mais interventiva e, no tocante aos EUA/Ocidente, mais assertiva. O seu crescente poderio militar permite-lhe exibir uma nova faceta, a dissuasão.

Fruto da afirmação do liberalismo, da globalização e das exigências democráticas, nos grandes areópagos internacionais (Estado de direito e direitos humanos), intensificaram-se as

críticas ocidentais dirigidas à China sobre a falta de liberdades, as violações dos DH, o desrespeito por acordos internacionais (*i.e.* Hong-Kong e Macau) e o uso de práticas desleais no comércio internacional. Alvo desse ambiente inamistoso, Pequim defendia-se, alegando que, a pretexto de “regras seletivas” e a coberto de um “falso multilateralismo”, as potências ocidentais alimentavam confrontos e divisões, procurando impor a sua vontade e os seus valores, sem respeitar a diversidade e os princípios da igualdade soberana dos Estados. Reprovando o que diz ser um “multilateralismo de pequenos núcleos”, praticado pelos países ocidentais, como forma de priorizarem os seus interesses e valores, a China assumiu-se como arauto do que diz ser o “verdadeiro multilateralismo”, afirmando tratar-se do único país capaz de promover o diálogo, a solidariedade e a cooperação, e de evitar a supremacia, a divisão e a confrontação. Defende, por isso, o que chama de “multilateralismo genuíno”, feito com a contribuição igualitária de todos, vocacionado para um “futuro global compartilhado”. Para Pequim, num mundo de Estados-nacionais soberanos, só o princípio da igualdade garante uma ordem internacional justa e sustentável, onde as Nações Unidas, no respeito por essa igualdade de participação e representação, seriam o centro da nova ordem universal.

Este novo multilateralismo, para além de retratar a crescente influência mundial da China, no mínimo, em pé de igualdade com os EUA, deverá contemplar normas e requisitos políticos acordos aos princípios e valores chineses.

Embora não sejam absolutamente conformes, as perspectivas chinesa e russa convergem na ideia de que só um modelo multilateral alternativo respeita a essência do Estado-nação, a defesa dos interesses vitais e a natureza dos respetivos regimes.

Querendo esquivar-se a qualquer subordinação política, Moscovo postula uma nova ordem mundial multipolar, que espelhe o reconhecimento internacional da Rússia como grande potência, com direito a esferas de influência. Defende, assim, a reestruturação da ONU e do DI dela imanado, que acolha os princípios do Estado-nação soberano e seus interesses vitais, e respeite o direito dos diferentes regimes políticos de exercerem a sua autoridade, sem interferências externas. A invasão da Ucrânia, constituindo uma afronta da Rússia à ONU, pautou-se por nestes princípios.

A orientação política estratégica da Rússia de combate ao predomínio ocidental na ordem mundial reforçou-se com a guerra na Ucrânia e, à sombra de Pequim, tem-se consolidado com a aproximação ao Sul Global, beneficiando da histórica relação com a URSS, da cooperação militar e do multilateralismo alternativo dos BRICS e da Organização de Cooperação de Xangai, em processo de alargamento a outras autocracias.

A DIPLOMACIA NA NOVA ORDEM MUNDIAL EM CONSTRUÇÃO

Perante tais circunstâncias e na perspectiva de os EUA retornarem ao isolacionismo ou se prevalecerem no unilateralismo, podemos interrogar-nos sobre o futuro do multilateralismo universal e do sistema onusiano.

As políticas interna e externa da China conformam um todo indivisível. Nele, a defesa da ideologia comunista, do revigoramento do poder do PCC, das parcerias estratégicas e

da afinidade política com líderes estrangeiros, faz parte dos interesses nacionais chineses. Atentos a estes pressupostos, poderia pensar-se que a defesa do multilateralismo seria um artifício político-diplomático de Pequim, destinado a promover uma nova ordem mundial, assente numa nova hegemonia global, a da China, e no modelo de círculos concêntricos de distribuição do poder a parceiros, adversários e inimigos. Esta hipótese, porém, só se verificaria caso a China estivesse capacitada para disputar esse estatuto aos EUA e para moldar o sistema internacional segundo os seus interesses, valores e influência mundial, o que ainda não acontece.

Nesta conjuntura de mudança, papel da Rússia é secundário, ainda que tenha sido o Kremlin a precipitar os acontecimentos disruptivos do velho sistema, pondo em causa a segurança mundial, desautorizando a ONU e favorecendo a constituição de blocos. Apesar de fundada no comum antagonismo aos EUA e à NATO, a parceria russo-chinesa é, eminentemente, estratégica e conjuntural, e beneficia, principalmente, os desígnios chineses. A sua duração dependerá da estabilidade interna da Rússia, da concretização dos objetivos chineses no Cáucaso e no Ártico, da coesão e força de persuasão do bloco ocidental. Dependerá, ainda, do desfecho da guerra na Ucrânia, do conflito no Médio Oriente e da questão de Taiwan. Para todas estas questões, o horizonte temporal é bastante curto.

Acresce que a Rússia não constitui, para Pequim, um mercado atrativo nas áreas de maior interesse, como a tecnologia, infraestruturas ou *governance*, elementos críticos de poder no mundo atual.

A China, segundo país com maior peso demográfico do mundo, genuinamente asiático, e a Rússia, país com maior território, culturalmente europeu, tornaram-se parceiros, mas não aliados sistémicos, atendendo às diferenças civilizacionais e culturais, e aos contenciosos históricos. Membros permanentes do CSNU, detentores da arma nuclear e de uma extensa fronteira comum, poderão não convergir no que transcenda, politicamente, o seu tacticismo e a afinidade dos respetivos poderes autocráticos. Enquanto a China pretende a revisão do estatuto de grande potência, nos domínios político, económico e tecnológico, a Rússia exige essa revisão, sobretudo, em termos militares, territoriais e de esferas de influência.

Independentemente do que os separa, Pequim e Moscovo acordaram fortalecer a sua cooperação estratégica e aprofundar a coordenação no seio de instituições e cimeiras multilaterais (ONU, G20, BRICS e OCX), contra o sistema liberal ocidental e a favor da criação de um sistema de governação global, alegadamente, mais sustentável e eficaz. Acordaram, ainda, apoiar-se mutuamente em questões de soberania, o que não esconde a desejável revisão territorial e as esferas de influência.

Com conceções históricas, culturais, ideológicas, de sociedade, de direitos humanos e de governação democrática, distintas das ocidentais, tanto a China, como a Rússia, dispõem-se ao aumento da tensão com o bloco ocidental, para o enfraquecer, gerando maior instabilidade e favorecendo a decomposição do multilateralismo institucional vigente.

Enquanto a China de Xi está politicamente empenhada numa ordem mundial alternativa, que assegure o seu regime político, a modernização e reunificação do país, e o estatuto de

grande potência, a Rússia de Putin, no papel de perturbador continental, desencadeou uma ofensiva militar contra as normas de convivência internacional e a segurança europeia e mundial, visando pôr em causa a preponderância universal do Ocidente.

A Covid19 e Trump foram responsáveis, em parte, por minarem as regras da velha ordem multilateral. Aproveitando-se das vulnerabilidades provocadas e da crise das instituições, a Rússia, ao invadir a Ucrânia, pôs em causa o edifício do multilateralismo universal e da segurança mundial, criado pelo Ocidente, doravante obrigado a sustentar Kiev, para evitar o desmoronamento da democracia e do liberalismo.

O enfeudamento da Europa às políticas de Washington e a sua agregação, quer à estratégia mundial dos EUA, quer à vocação global conferida à NATO, bipolarizaram o mundo e aumentaram o nível de ameaças à ordem multilateral liberal, já muito desacreditada desde a guerra contra o terrorismo internacional. A crise financeira, o cansaço face às sanções internacionais, os desaires da democracia americana, o avanço dos populismos e a ambivalência de Washington, quer sobre a utilização de armamento cedido a Kiev, quer nas guerras de Israel em Gaza e no Líbano, constituem caldo de cultivo dessas ameaças.

Apesar de ainda subsistirem as estruturas, normas e conchaves da velha ordem mundial, tanto o CSNU, paralisado por membros permanentes, como a OMC, paralisada também pelos desacordos internos, foram as principais vítimas do ataque ao multilateralismo universal institucionalizado, em risco de soçobrar. As humilhações infligidas ao SGNU refletem bem esse risco.

Na atual conjuntura, observamos um mundo mais multipolar, mas menos multilateral. Existe uma clara cisão de princípios e valores, grandes fissuras em questões de soberania, de governação e segurança, e enormes choques de interesses. A relativização do Estado de direito e dos direitos humanos, o retrocesso da globalização, o parcelamento e ideologização dos mercados e das economias, a valorização da tecnologia, ao máximo expoente do poder, o rearmamento e a nuclearização, expandiram-se universalmente a um ritmo inusitado, criando novas barreiras e formatando novos blocos, que se digladiam pelo domínio global.

É, no entanto, uma multipolaridade complexa, onde a bipolaridade sino-americana se sobrepõe a três distintos polos de poder (China, EUA, UE), seguidos por potências emergentes no domínio político-militar, mas que não dispõem do mesmo peso económico (Rússia, Turquia).

No centro dessa bipolaridade, temos a UE, em busca da sua autonomia estratégica, enquanto no seu seio, se perfilam outras potências, cujo peso económico e militar poderá transformá-las em novos polos políticos de influência (Polónia), capazes de competir com o fragilizado eixo Paris-Berlim, enfraquecendo o multilateralismo regional institucionalizado e concorrendo para adensar o clima de conflituosidade entre blocos.

Face ao declínio da hegemonia americana e do peso político da Europa, e à ascensão da China e de outras potências emergentes, a adaptação dessa multipolaridade complexa, numa nova distribuição global do poder, e a mitigação da fragmentação política do mundo, assente em polos adversários e concorrenciais, são um enorme desafio, tendo em conta as crises que se anunciam (climáticas, sanitárias, demográficas, energéticas, etc.). Além disso, a redistribuição

global do poder e a acomodação da multipolaridade, conflituam, quer com a determinação dos EUA em recuperar a sua hegemonia e reduzir o poder da China, quer com a ambição desta em ocupar um lugar cimeiro na nova ordem mundial, a que diz ter direito.

A confirmação de Xi, no 20º Congresso do PCC, para um terceiro mandato presidencial e para continuar na liderança do partido, sancionou a continuidade da política de Pequim de concretizar o “sonho chinês” de “rejuvenescimento nacional” (reunificação da China, fortalecimento do PCC, modernização e crescimento económico, e restauração do poderio e prestígio internacional do país) e de substituir a “paz americana”. Atributos que se revelam, também, nas parcerias com novos parceiros do chamado Sul Global.

A parceria sino-russa, destinada a minar a ordem liberal e a garantir a respetiva autarcia, tem tanto de natureza política, económica, social e militar, interna, como de imposição dos interesses chineses e russos aos EUA e seus aliados. Politicamente melhor estruturados e mais atrativos para os “deserdados” do atual sistema, do que os do Kremlin, os projetos de Xi Jinping (“Iniciativa de Segurança Global” e “Iniciativa de Desenvolvimento Global”) visam substituir os preceitos da ordem liberal vigente por outros favoráveis à expansão do poder da China. No limite, eles também favorecem as exigências da Rússia.

Contrariamente ao que acontece em países democráticos, com eleições periódicas para renovação dos seus governos, tanto a China, como a Rússia, beneficiam do *continuum* de lideranças fortes e da falta de escrutínio político interno das respetivas decisões, apesar de elas poderem repercutir-se em todo o mundo. Tudo isto se reflete na condução das respetivas políticas externas, na maior ou menor vocação para a cooperação internacional, na maior ou menor valorização do poder militar e, obviamente, na maior ou menor moderação das regras de desempenho da sua diplomacia, que, à imagem dos poderes políticos que representa, será mais rígida, secreta e ideologicamente mais intransigente, menos dialogante, autónoma e consensual.

Enquanto vigorar o atual sistema-mundo, a diplomacia convencional desdobrar-se-á segundo os modelos bilateral e multilateral, com este último a revestir diversa natureza: universal e regional institucionalizado, e regional não institucionalizado, de natureza *ad hoc*. A tendência, porém, é que o bilateralismo prevaleça sobre o multilateralismo, e que este se regionalize e privilegie agrupamentos informais de Estados.

Concomitantemente com a desacreditação da ONU, há um clima de desconfiança política, que não favorece quadros diplomáticos abertos e transparentes, antes reforça o secretismo, a dissimulação e a manipulação, razão pela qual o bilateralismo sairá revigorado. O atual ambiente bélico também reforça o bilateralismo, se bem que o “minilateralismo” e o multilateralismo *ad hoc*, pelas suas características intrínsecas, mereçam maior confiança dos poderes instituídos, sobretudo, quando se trata da política de blocos.

Neste cenário, os líderes autocráticos privilegiarão, certamente, o modelo bilateral, por melhor responder às exigências dos Estados-nacionais na esfera internacional, e por o considerarem mais confiável, pertinaz e ideologicamente menos permeável a pressões externas. Mas não descartarão o “minilateralismo” regional institucionalizado ou o multilateralismo *ad hoc*, desde que sob a esfera da sua hegemonia.

Estas tendências sentir-se-ão tanto mais, quanto maiores as pressões dos Estados-nacionais, das autocracias, do poder dos exércitos, e das tensões e crises internacionais.

O dilema da diplomacia não se encerrou, nem desapareceram as razões da sua sobrevivência, seja qual for o modelo do seu desempenho. A escolha limite será sempre entre a guerra e a paz; só que quando aquela prevalece, a diplomacia, sem desaparecer, quase fenece.

PORTUGAL ENTRE DOIS IMPÉRIOS

Carlos Monjardino

As últimas décadas de Portugal são marcadas por uma grande transformação em que o primeiro e o mais antigo dos impérios ultramarinos ocidentais regressa ao seu ponto de partida para se integrar na construção do último e o mais novo dos impérios europeus.

Esse período crucial representa uma mudança de era histórica com o fim da “era gâmica”, como lhe chamou Arnold Toynbee, em homenagem ao mais notável dos navegadores portugueses que há quinhentos anos inventaram a unidade do mundo.

O ciclo da ocidentalização, que começou com o Tratado de Tordesilhas, termina com a entrada conjunta de Portugal e da Espanha nas Comunidades Europeias, quando o Oriente asiático, desde a Índia à China e ao Japão, se prepara para substituir o Ocidente europeu, pela primeira vez, como o centro de uma nova ordem internacional.

A nova configuração estratégica confirma as previsões de Paul Valéry e do Conde Richard von Coudenhove-Kalergi, enunciadas logo a seguir à I Grande Guerra, a guerra fratricida que acelerou o declínio da Europa. Paul Valéry anunciou que a Europa ia deixar de ser o centro do mundo para voltar a ser um “pequeno cabo da Ásia”, depois de ter aberto as portas do Japão, da Índia e da China à sua modernidade, que conjuga a formação dos Estados nacionais com a dinâmica de industrialização e a emergência de sociedades livres, democráticas e pluralistas. Na mesma altura, o Conde Coudenhove-Kalergi fundou o Movimento Pan-Europeu para reunir todas as forças políticas empenhadas na sobrevivência da Europa e dos seus valores, perante a dupla ameaça da repetição da guerra fratricida entre as potências europeias e das revoluções totalitárias que estão na origem da ressurgência dos imperialismos continentais.

A II Guerra Mundial prolongou a I Grande Guerra para destruir a Europa, cujo espírito renasce no post-Guerra com o Movimento Europeu e o Conselho da Europa, onde os estadistas e os expoentes da cultura europeia convergem para construir uma nova comunidade em que a paz está assegurada nas relações entre as democracias europeias. Depois de 1945, a França, a Alemanha e a Grã-Bretanha desistem de fazer a guerra entre si para federar o conjunto dos Estados da Europa Ocidental, que convergem na construção das Comunidades Europeias, onde se reencontram as três principais potências europeias.

Portugal e a Espanha, os dois Estados peninsulares que construíram o primeiro império global europeu entre o velho e o novo mundo, foram os últimos a transcender a glória do seu passado e a inércia imposta por regimes autoritários tradicionalistas para se reunirem às outras potências europeias num projecto comum de reorganização da Europa como um império federativo.

Não estava escrito que fosse esse o destino de Portugal. Com efeito, a transição entre o fim do império ultramarino e o princípio da integração europeia, paralela à deposição do regime do Estado Novo e à institucionalização da democracia pluralista, é uma aventura extraordinária, que define o tempo da minha geração.

Tive o raro privilégio de conhecer duas figuras maiores que marcaram essa mudança decisiva com as suas ideias, com a sua visão estratégica e com a sua intervenção política. Conheci muito cedo Mário Soares e a sua Mulher, Maria de Jesus, ambos muito amigos dos meus Pais, que partilhavam as suas posições políticas e a sua confiança no futuro e no progresso. Quando fui dirigir a Banque Franco-Portugaise em Paris, pude passar a acompanhar de perto Mário Soares, que tinha sido forçado a exilar-se, e estive ao seu lado durante as décadas seguintes.

Conheci Adriano Moreira mais tarde, no seu casamento com Mónica Lima Mayer, que era muito amiga da minha Mulher, Ana Sofia, mas só passámos a ter uma relação continuada vinte anos depois. Quando o Presidente Mário Soares me pediu para dirigir a Fundação Oriente, convidámos Adriano Moreira, que aceitou pertencer ao Conselho de Curadores e, pouco tempo depois, ele próprio convidou-me para ser membro da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Os Estatutos da Fundação Oriente previam a criação de um Conselho de Curadores, cuja composição era essencial para consolidar a sua identidade como uma instituição nacional, aberta e plural, representativa de um consenso alargado na sociedade portuguesa sobre a nova posição internacional de Portugal, que conjuga o reconhecimento da sua história com o empenho na construção do seu futuro democrático no regresso à Europa. Para poder cumprir a sua missão, a Fundação Oriente devia demonstrar que a defesa do nosso património como uma potência histórica, especialmente importante nas relações entre Portugal, a Europa e a Ásia, era e continuava a ser uma prioridade da democracia portuguesa.

Como Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares tinha sido responsável pela normalização das relações diplomáticas com a Índia, logo em 1974; a assinatura da Declaração Conjunta sino-portuguesa sobre o futuro de Macau, nas vésperas da criação da Fundação Oriente, definiu um quadro de estabilidade nas relações com a República Popular da China; e, com a entrada de Portugal nas Comunidades Europeias, a defesa do direito de autodeterminação de Timor-Leste, voltou a ser uma prioridade nacional. Há muito que a dimensão asiática da política externa portuguesa não tinha uma relevância tão forte, o que aumentava as responsabilidades da Fundação Oriente.

Nesse quadro, a qualidade dos membros do Conselho de Curadores era decisiva para a credibilidade da nova Fundação. A escolha foi feita em conjunto pelo Presidente Mário Soares e por mim próprio, a partir de uma lista de personalidades de alto nível que pelo menos um de nós conhecia razoavelmente bem.

Devo confessar que fiquei surpreendido quando constatei que o nome de Adriano Moreira era consensual entre mim e o Presidente. Bem entendido, as qualidades intelectuais do humanista católico e do professor universitário, o seu conhecimento da cultura portuguesa, o seu estatuto e a sua reputação como dirigente político e como deputado da Assembleia da República, onde era membro destacado da Comissão de Acompanhamento de Timor-Leste, eram indiscutíveis. No entanto, não estava à espera da atitude de Mário Soares.

A minha surpresa deixou de ter razão de ser quando Mário Soares me contou as circunstâncias extraordinárias do seu primeiro encontro com Adriano Moreira quarenta anos antes, quando ambos tinham estado presos no Aljube. Não era a primeira vez que Soares estava detido - foi, provavelmente, o dirigente da oposição mais vezes preso, deportado e exilado, ao longo de mais de trinta anos de luta política contra o regime autoritário. Pela sua parte, Adriano Moreira, se bem que admirador confesso de personalidades da oposição moderada como Azeredo Perdigão, Adelino da Palma Carlos, Ferrer Correia ou Eduardo Correia, era um jovem advogado conservador, preso na sequência de ter acusado o Ministro da Guerra, o Coronel Santos Costa, de homicídio voluntário na pessoa do General Mendes Godinho, morto na prisão onde estava detido sob suspeita de ter organizado uma tentativa de golpe de Estado em conjunto com o Almirante Mendes Cabeçadas e o Brigadeiro António Maya. Obviamente, esse encontro inicial imprimiu carácter a uma relação que só veio a ter continuidade mais tarde.

Em 1947, Mário Soares e Adriano Moreira eram dois jovens intelectuais num tempo de mudança, dois sedutores natos num país puritano e sisudo, formados ambos pela Faculdade de Direito de Lisboa, dominada por figuras gradas do regime salazarista. Mas Mário Soares tinha uma clara vocação política e uma paixão pela liberdade, mais forte do que a sua inclinação para a história, para a literatura ou para a universidade, enquanto Adriano Moreira tinha uma vocação intelectual e universitária evidente e uma paixão pela história de Portugal, mais forte do que a sua inclinação política.

Os seus percursos divergem radicalmente diferentes nas décadas seguintes. Frequentemente isolado, Mário Soares vai construir em Portugal a corrente do socialismo democrático que se separa da hegemonia do Partido Comunista na oposição portuguesa, sem nunca transigir na luta contra o regime autoritário. Passo a passo, na Resistência Republicana e Socialista, na Acção Socialista Portuguesa e, finalmente, no Partido Socialista, fundado em 1973 e filiado na Internacional Socialista, Soares impõe-se como o principal dirigente da oposição socialista. Nas vésperas da revolução, o Secretário-Geral do PS é o único político da oposição democrática portuguesa que tem uma projecção europeia e internacional.

Na oposição republicana, Mário Soares é pioneiro na defesa da necessidade de ultrapassar o impasse das guerras coloniais e da descolonização das colónias portuguesas, nos termos do direito internacional e das resoluções das Nações Unidas sobre a autodeterminação e a independência dos territórios não-autónomos. É também o único dirigente da oposição que defende a integração de Portugal nas Comunidades Europeias e a sua inserção no grande espaço político e económico que pode proteger a futura democracia portuguesa dos riscos de isolamento estratégico e de uma crise de identidade depois do fim do império. Nos tempos duros do seu exílio, pude testemunhar a confiança de Soares na inevitabilidade da mudança democrática em Portugal (e na Espanha), inseparável da sua confiança na força da integração europeia.

Mário Soares é o primeiro dirigente político da oposição a defender a integração da democracia portuguesa nas Comunidades Europeias como alternativa ao fim do império colonial, Adriano Moreira é o último dirigente político do Estado Novo a defender a integração de Portugal e das suas colónias num grande espaço português.

No início das guerras coloniais, Adriano Moreira aceita ser Ministro do Ultramar para reformar as colónias e construir uma nova entidade política à altura dos valores únicos que ele próprio atribui ao colonialismo português, cujo desígnio, nas suas palavras, devia ser “realizar o ideal das sociedades multirraciais paritárias” que, desde Vasco da Gama, procede “da crença de raiz católica, na igualdade dos homens” e do “modo de ser fraternal de um povo directamente herdeiro de iberos, germanos, judeus e árabes, preparado para estar no mundo não em conflito, mas em perfeita cordialidade”. A sua visão, que excede largamente as capacidades políticas de um regime tão exausto como decadente, antecipa a demissão do Ministro, ao fim de poucos meses.

Adriano Moreira escolhe não romper com o regime autoritário, que o vai marginalizar gradualmente. No regresso ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, que vai dirigir nos anos seguintes, combina o seu magistério como professor, com a criação de novas instituições que prolongam a sua paixão pela história e pela cultura portuguesa.

Na Sociedade de Geografia, de que é Presidente, organiza, em 1964, o I Congresso das Comunidades Portuguesas, cujas decisões finais incluem a criação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, da União das Comunidades de Cultura Portuguesa e da Revista das Comunidades Portuguesas. Os sócios fundadores da Academia incluem, além de Adriano Moreira, o Dr. José Azeredo Perdigão, o Professor Armando Cortesão, o Professor Jorge Dias, o Almirante Reboredo da Silva, o General Luís da Câmara Pina, o Arcebispo de Évora, D. Manuel Trindade Salgueiro, o Padre Silva Rego e o Padre Aguiar, o Embaixador José Nosolini e a Professora Virgínia Rau.

A marginalização de Adriano Moreira acentua-se durante o marcelismo, quando foi demitido do cargo de director do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Nesse período, voltou a interessar-se mais pelos problemas da política internacional e da política externa portuguesa. Europeísta de longa data, é Presidente do *Centre Européen de Documentation et Information*, ligado à Fundação Coudenhove-Kalergi, em 1968 e 1969. Admirador assumido e de longa data dos grandes dirigentes europeus do seu tempo, como Jean Monnet, Robert Schuman, de Gasperi, Konrad Adenauer, Churchill e Clement Attlee, assume como referências intelectuais Toynbee, Salvador de Madariaga, Ortega y Gasset ou Luigi Einaudi. Depois do “25 de Abril”, é a vez de Adriano Moreira se exilar, e fica no Brasil até se consolidar a democracia constitucional.

Adriano Moreira e Mário Soares reencontram-se na democracia e na Europa. Mário Soares é o fundador da democracia portuguesa e o primeiro responsável pela integração de Portugal nas Comunidades Europeias. Em plena revolução, mobiliza o País contra os defensores do isolacionismo neutralista, pró-soviético ou terceiro-mundista, e ganha as primeiras eleições para a Assembleia da República com a palavra-de-ordem “A Europa Connosco”. Para Mário Soares, é claro que só a Europa pode ser o destino da democracia portuguesa. Como Primeiro-Ministro, em 1976, apresenta o pedido formal de adesão às Comunidades Europeias e, em 1985, de novo como Primeiro-Ministro, conclui as negociações que asseguram a entrada de Portugal como membro pleno das Comunidades Europeias, nas vésperas da sua eleição como Presidente da República.

Em 1980, Adriano Moreira regressa à política nacional quando é eleito deputado da Assembleia da República nas listas do Centro Democrático-Social. Nos anos seguintes, vai ser Presidente do partido democrata-cristão e, mais tarde, membro eleito do Conselho de Estado. O seu pessimismo sobre as consequências do fim do império, veementemente expresso depois da revolução e da descolonização, não traz consigo nenhum ressentimento e, de certo modo, esbate-se com a consolidação da democracia pluralista e o regresso de Portugal à sua pátria europeia, que vai abrir caminho à construção de uma nova comunidade dos Estados de língua portuguesa, onde a cultura prolonga o universalismo português.

O voluntarismo político não conseguiu vencer os ventos da história na luta final pelo antigo império colonial, mas Portugal conseguiu encontrar o caminho da democracia pluralista para se reinventar e ocupar o seu lugar no moderno império europeu.

CONGRESSOS TRANSMONTANOS

A PRESENÇA DE ADRIANO MOREIRA

António Jorge Nunes

Sáúdo a iniciativa da distinta presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa pela convocatória dirigida aos associados, para participação no número especial do Boletim da AICP em homenagem ao seu fundador, o Professor Doutor Adriano Moreira.

Conheci o Professor Adriano Moreira no III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, realizado em setembro de 2002, na cidade de Bragança. Liderei a Comissão Executiva, na qualidade de presidente da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro. Esta reunião magna dos trasmontanos e durienses, mobilizou cerca de 1200 congressistas, os principais titulares dos Órgãos de Soberania do país, vários membros do governo, de instituições regionais e locais, e autoridades provinciais de Espanha, vizinhas de Trás-os-Montes. Decorreu sob o lema de afirmação da cidadania, de reforço da identidade e promoção da região, rumo á modernidade. Fez-se, passados 61 anos sobre a realização do II Congresso. Adriano Moreira não faltou!

Num dos intervalos do Congresso encontrei o Professor Adriano Moreira, sozinho, à procura de um lugar para almoçar. Nunca nos tínhamos cruzado, disponibilizei-me para lhe fazer companhia, convidando-o para almoçar, o que aconteceu, sozinhos numa mesa, num pequeno bar. Nesse nosso primeiro encontro, a lucidez, a enorme abrangência de conhecimentos, despertou em mim a curiosidade de melhor conhecer este ilustre trasmontano, tão ligado às suas raízes e conhecido por poucos, nesta terra tão esquecida e ainda isolada do país, excluída do mapa ferroviário do mapa de autoestradas do país, em parte abandonada pelo centralismo de muitas décadas.

Este momento aproximou-nos, em encontros no seu gabinete na Academia das Ciências de Lisboa e nos diversos encontros em que passámos a contar com a sua presença e as suas conferências. Nos muitos diálogos alguns incidentes sobre o bom governo das instituições na defesa do bem comum, da primazia dos valores e do conhecimento, da liberdade, dos problemas da interioridade, cresceu a confiança e a amizade.

Adriano Moreira foi um trasmontano notável, as suas raízes foram uma âncora ao longo da vida, nunca delas abdicando, iluminado por valores adquiridos numa humilde família trasmontana, de forte carácter e honradez, como a esmagadora maioria das famílias trasmontanas. Ouvimos-lhe, e escreveu, “Trás-os-Montes é uma província extraordinária, de gente com força, gente que sabe o que quer. Gente formidável.” Com trabalho árduo, lealdade e

sabedoria, conquistou respeito e prestígio. Viveu com um apurado sentido de liberdade e de justiça social, foi protagonista destacado, tanto no regime da ditadura como da democracia, em momentos tão distintos e de rotura política, foi uma voz respeitada e ouvida no país, por homens e mulheres de todas as orientações, assim se ouvia ao cidadão comum. O seu percurso de vida ficou marcado pelo muito que disse, escreveu e ensinou, numa atitude de servir e fazer o bem pelo país.

Foi um grande português, pela grandeza de humildade, de autenticidade, de inteligência, de coragem e de integridade, reconhecido nas dezenas de condecorações, atribuições honoríficas e trajes académicos, expostos na Biblioteca Adriano Moreira em Bragança. A cidade de Bragança acolheu no ano de 2009 importante legado do Professor Adriano Moreira, exposto em Biblioteca com o seu nome, património da Câmara Municipal. Para velar pela integridade e dignidade do legado foi criado um Conselho de Curadores ao qual presido, que tem como atividades de referência o Ciclo Bidual de Conferências “Conversas sobre Valores e o Futuro” e o “Prémio Literário da Lusofonia Professor Adriano Moreira”.

Foi esta boa memória que me levou a, nesta reflexão de homenagem ao Professor Adriano Moreira, escrever sobre os congressos Transmontanos e Durienses, numa síntese sobre a origem dos congressos regionalistas, os seus objetivos, o sentimento de combate ao centralismo, e a liderança dos Congresso. Nesta incluo a participação e intervenção do Professor Adriano Moreira no III Congresso.

A defesa da realização de congressos de âmbito regional foi publicada no jornal “O Século” na edição de 24 de julho de 1913, destacando a necessidade de nas regiões juntar vontades, unir esforços, refletir sobre o estado de desenvolvimento das Regiões e seu futuro, lutar contra o atraso e as difíceis condições de vida, nas províncias do Interior. Eram fortes as aspirações regionalistas e de autonomia municipal.

O Diretório Republicano, a 11 de janeiro de 1981, vinte dias antes da Revolução do Porto, no seu primeiro manifesto consagrou o federalismo do Estado na vertente administrativa e legislativa, concebendo o país dividido em províncias e municípios, propondo-se acabar com os distritos enquanto unidade administrativa. A Constituição de 1911 consagrou a República una e indivisível, tendo como grande fundamento o facto de Portugal ser uma nação estável, sem tradição de divisões religiosas, étnicas ou culturais. No título IV “das Instituições Locais Administrativas”, definiu de forma vaga a sua organização e atribuições, opção de organização do Estado contrária ao ideal republicano de uma República Federal, divergência que deu lugar a um debate intenso que dividiu os republicanos durante a I República. Os congressos regionalistas forma o momento alto da defesa do ideal regionalista e da autonomia municipal.

O Bragançano Alves da Veiga não aceitava a opção constitucional e argumentava que todas as populações têm especificidades que lhe advêm da sua situação geográfica, climatérica e sociológica, defendendo a República portuguesa como uma *«confederação das oito províncias, designadas como Estados provinciais.»* Henrique Trindade Coelho, um dos republicanos mais ativos na discussão das propostas regionalistas e federalistas, apresentou em 1922, um projeto de constituição para uma República Federal, publicado em simultâneo nos jornais “O Primeiro de Janeiro” e “O Século”.

As Províncias, foram criadas no século XVI em substituição das comarcas, então unidades de administração civil e militar. O país foi administrativamente dividido em seis províncias, a Norte: Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes. Desde a época medieval até ao início do século XIX a unidade de divisão administrativa do país foi a província.

A reforma administrativa de 1835, dividiu os reinos de Portugal e Algarve em distritos, estes em concelhos, acabando com a província enquanto unidade administrativa. O Estado Novo inscreveu na constituição de 1933 uma política regionalista, o país foi novamente dividido em províncias (12), que vigoraram entre 1936 e 1959. A configuração territorial de Trás-os-Montes e Alto Douro manteve-se inalterada ao longo de séculos, foi a província administrativa mais estável, permaneceu durante séculos no ordenamento administrativo do país.

Originalmente, o associativismo regionalista surge no contexto de sociedades com forte componente rural, e liga-se amiúde a fenómenos de migração, ou mesmo êxodo rural, para grandes e distantes polos urbanos. A diáspora transmontana cresceu nos períodos de forte migração interna e para outros países, chegando a todos os continentes. De Trás-os-Montes, com longa tradição na emigração, durante décadas, famílias inteiras abandonaram o mundo rural, sobrepovoado e pobre, a caminho das cidades industrializadas à procura de uma vida melhor. No presente são muitos os jovens qualificados que partem por falta de oferta de empregos qualificados e justamente remunerados.

O fervor regionalista, tem sido cultivado à volta das organizações da diáspora, no país e no estrangeiro. Alguns congressos regionais foram a expressão desse entusiasmo político. Em Trás-os-Montes surgiu a primeira tentativa no ano de 1916, sob a iniciativa de Nuno Simões, jovem governador civil de Vila Real, ainda com 22 anos. O Congresso não se realizou por dificuldades diversas e devido à entrada de Portugal na 1.^a Grande Guerra.

Aconteceu em 1920, sob a orientação de corajosos transmontanos, regionalistas dos mais destacados, que no país faziam ouvir a sua voz e afirmavam que o poder central era a fonte de todos os problemas da Província: o senador Lobo Alves; Nuno Simões, foi três vezes ministro do Comércio; José Joaquim Pontes, presidente do Comité Olímpico de Portugal em mais de três décadas, o escultor António Teixeira Lopes, e o grande poeta Guerra Junqueiro, ideólogo do regime republicano, que deveria ter presidido à sessão inaugural, não o fez por razões de saúde. Enviou uma mensagem ao Congresso referindo *“A hora é lígubre, mas a Pátria não morre, porque há-de salvar-se coletivamente e organicamente pela inteligência que a dirige, pelo trabalho que enobrece e pelo esforço que conquista. Transmontanos! Dai alma e glória a Portugal.”* Todos eles foram reconhecidos pelo brilhantismo das suas carreiras:

Os transmontanos, foram pioneiros do associativismo regionalista, em Portugal e na Diáspora. Foi o impulso associativo dos transmontanos e durienses, através da Casa de Trás-os-Montes em Lisboa, fundada a 23 de outubro de 1905, tendo por referência o território de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a designação de “Clube Transmontano”, sob o lema *“um por todos e todos por um”*, a primeira associação regionalista criada em Portugal, a que mais se empenhou na organização e continuidade dos congressos regionais.

Os Congressos regionais transmontanos, realizados ao longo de um século impressionante, de enormes transformações a nível mundial, do país e das regiões, deixam-nos um legado

relevante de informação descritiva e estatística sobre a região, parte da nossa história, imagem real da vida na Província, do caminho que nos trouxe ao presente, fruto do intenso labor de transmontanos de valor, dos mais humildes aos mais brilhantes, dos campos à cidade. Representam uma viagem de esperança, parte da caminhada do heroico povo transmontano e duriense nas suas preocupações e realizações, de entusiasmo e de esperança na luta incansável por um futuro melhor.

O I Congresso foi organizado pela Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro de Lisboa. A sessão inaugural e de encerramento foram presididas pelo primeiro-ministro António Granjo, natural de Chaves, decorreu no mês de setembro de 1920, após a I Guerra Mundial e uma forte pandemia conhecida por gripe espanhola, com o país numa situação social, económica e financeira muito difícil, inflação das mais elevadas da Europa, a maioria da população sem saber ler nem escrever. Portugal vivia uma situação de radicalização, próxima da rotura, que veio a ocorrer em 1926, com a ditadura militar.

Em 1920 o analfabetismo era de 70,9%, nos distritos de Bragança, e de 78,6% no de Vila Real. Apesar disso e de tantas outras limitações, muitos transmontanos de grande mérito ascenderam no país, aos mais altos cargos da ciência, da política, da cultura, do ensino.

O congresso durou 10 dias, o número de congressistas foi limitado, a maioria vindos da diáspora, as atividades foram concentradas na vila de Vila Real, iniciou na vila da Régua e terminou na vila de Chaves. O ambiente deste congresso foi marcado pelo fervor regionalista. Na imprensa encontramos títulos como “Transmontanos, todos de pé e por Trás-os-Montes!” ou, “o congresso transmontano foi um verdadeiro trabalho de civilização e progresso ... Quando há que tratar e estudar no interesse de todos! Precisamos de procurar na vida regional uma correção aos desmandos do organismo central.”

Em termos políticos, o Congresso estava dividido quanto à organização administrativa do Estrado, de um lado a corrente republicana radical que dominou a Primeira República representada pelo presidente da Comissão Executiva do Congresso, o flaviense Cândido Lobo Alves, que defendeu que a constituição deveria abandonar o espírito unitário e consagrar a República Federativa, de outro lado Nuno Simões, regionalista e não federalista, que incentivou o congresso a afirmar uma opinião regionalista capaz de se opor à ação centralizadora do Terreiro do Paço.

Divergência de fundo resolvida com as intervenções do primeiro-ministro António Granjo, do partido Conservador Liberal, que destacou o papel dos municípios, e a divisão administrativa do país em províncias, em detrimento dos distritos. A questão foi resolvida na moção final aprovada por unanimidade, apresentada por Lobo Alves, que conciliando posições do congresso referiu *“ser adepto do Estado unitário, desde que à província não tirasse alguma coisa do que ainda tinha, que já tinha tirado muito do que ela teve.”*

Foi afirmada a unidade e integridade nacional, proclamada a necessidade de urgente substituição da divisão administrativa, com base nos distritos pela divisão provincial, dando-lhe, assim como aos municípios, uma “maior autonomia, liberdade, independência e prestígio”, e a agregação dos municípios de acordo com os seus interesses e relações económicas. Passado um século continuamos com este mesmo debate, sim ou não, à criação de regiões

administrativas, previstas na Constituição Democrática de 1976, continuando Portugal a ser um dos países mais centralistas da Europa.

O Congresso foi um momento alto de reflexão sobre o estado da região e o seu desenvolvimento. A imprensa regional e nacional fez eco positivo desta grande iniciativa. Foram apresentadas 21 teses, de elevada preparação académica e experiência profissional dos oradores, no conhecimento da região e do país. Identificaram os recursos e oportunidades, os muitos problemas da província que consideravam a mais pobre de entre as oito de Portugal. Foram apontadas soluções relativas ao potencial hídrico, à mecanização da agricultura, à reflorestação das serras, ao desenvolvimento industrial; á viação; á cultura; ao ensino; à saúde e proteção das crianças. para uma região em que as duras condições de vida marcavam a ruralidade, o isolamento e a perda de recursos humanos. Algumas intervenções foram visionárias. Referia-se “*os anos que vão decorrer, hão-de assistir à formidável expansão da indústria que se convenionou chamar de “estrangeiros ... há-de chegar um dia em que as viagens estarão ao alcance de todas as bolsas e em que todo o mundo viajará*”.

Foram realizadas atividades complementares, de animação cultura e desportiva, a exposição industrial e a exposição agrícola, esta foi referida como exemplo de *«lição á maioria dos lavradores do Norte, ainda fazendo a sua lavoura como ha seculos a faziam os romanos.»* A liderança do I Congresso foi muito forte, no congresso prevaleceram vozes firmes e esclarecidas, apresentando propostas bem estruturadas. O governo tinha significativa representação transmontana, pelo menos o primeiro-ministro o flaviense António Granjo, o ministro do Comércio Nuno Simões, e o ministro da Justiça, Artur Lopes Cardoso, moncorvense que muito fez pelo distrito de Bragança.

O II Congresso realizou-se, passados 21 anos, feitas duas tentativas falhadas no meio de lutas partidárias. A 6 de fevereiro de 1941, em Lisboa, na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, em reunião presidida pelo bragançano Domingos Ferreira Deusdado, foi dado o primeiro impulso à iniciativa, estava acompanhado do Governador Civil de Bragança, Morais Campilho, natural de Montalegre; pelo Governador Civil de Vila Real, Assis Gonçalves, natural de Vinhais, pelo mirandense Trigo de Negreiros, pelo moncorvense Águedo de Oliveira, e pelo flaviense Carlos Moreira, ilustres transmontanos, alguns desempenharam dos mais elevados cargos no país, incluindo o de ministros.

Ferreira Deusdado presidiu ao Congresso, afirmando que tinha em vista *dois* pontos fundamentais: “mostrar aos congressistas as paisagens mais belas e grandiosas da Província, e chamar a sua atenção para as necessidades locais, a fim de que, pelo exame direto, melhor pudessem estudar os problemas que interessavam à Província de Trás-os-Montes, aquela que mais precisava – talvez por ter sido a que menos pedia ao poder central e por estar tão afastada da capital. E acrescentou: os três fatores que impelem os congressistas a deslocar-se até ao extremo norte de Portugal, até Bragança, são: o pensamento, a curiosidade e o coração.”

Numa das sessões de propaganda do congresso realizada no Porto, o freixenista, Adriano Rodrigues, catedrático da FEUP, foi vice-reitor e reitor da Universidade do Porto, referiu “... *é preciso cuidar das províncias, animar a vida municipal e regional, descentralizar a administração, criar responsabilidades e orgulhos, estimular iniciativas fecundas, não confiando a Lisboa a resolução de tudo.*”

Na época, as carências da população eram muitas, as intuições eram frágeis, tinham poucos recursos e pouca autonomia. Viviam-se tempos difíceis, houve quem não achasse oportuna a realização do congresso, porque decorria a Segunda Guerra Mundial e pela situação de pobreza da Província.

Os congressistas inscritos foram em número de 200, destes 130 transmontanos residentes fora da Província, limite imposto por não haver meios para alojar todos. O programa Itinerário do Congresso realizado de 6 a 13 de setembro de 1941, incluía vários concelhos da Província, ao integrar um programa de inaugurações de obras públicas.

“A caravana dos romeiros da saudade à Terra Santa de Trás-os-Montes” foi nos trabalhos e no programa do congresso acompanhada pelo Presidente da República, general Óscar Carmona filho de transmontanos, que se fez acompanhar pelo ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco. O Chefe de Estado presidiu à sessão de abertura em Bragança e de encerramento em Vila Real, presidiu a inaugurações de obras públicas com destaque para a nova ponte na Foz do Rio Tua, aguardada durante várias décadas. A sua presença deu um grande folego ao congresso. Bragança não era visitada por um chefe de Estado desde 1483, ano em que D. João II, atento aos problemas da fronteira se deslocou com o seu exército a Bragança para repor a sua autoridade na fortaleza de Bragança. Foram quase cinco séculos! E apesar disso, Bragança cidade fortaleza resistiu a frequentes investidas de exércitos inimigos, defendendo a fronteira do Reino, com sacrifício de vidas humanas e da sua economia.

A execução do programa teve o apoio de comissões locais e do Secretariado de Propaganda Nacional e da Sociedade de Propaganda de Portugal. A imprensa nacional, destacou doze jornalistas e dois fotógrafos para acompanhar os congressistas, que desde o Porto se deslocaram em três autocarros e alguns automóveis, que foi designada de *“... caravana de romagem à Terra Sagrada dos seus maiores, verdadeira Romaria da Saudade”*. Desde o Porto, ao longo das principais localidades do Itinerário, a comitiva dos congressistas foi recebida com elevado entusiasmo, em cortejos, com foguetes, bandas de música, discursos etc.

Referiu o ilustre Conselheiro Fernando de Sousa, diretor do jornal *A Voz*, o de maior assinatura em Portugal, o mais velho dos congressistas ao II Congresso, *“Não seria um congresso, que, ao modo ordinário, se reuniria num centro escolhido de antemão, e sim uma expedição de cavaleiros andantes do progresso regional transmontano, que levariam aos principais centros da província o ardor do seu entusiasmo.”* Foi numa das sessões culturais do congresso, que Miguel Torga apresentou a sua evocação a Trás-os-Montes intitulada *“Um Reino Maravilhoso”*, síntese da ligação à terra, aos costumes e aos valores, também a expressão da profunda e sufocada interioridade e do esquecimento pelos poderes centrais.

A primeira sessão de estudos decorreu em Bragança no Museu Abade de Baçal, os trabalhos prosseguiram no Casino das Pedras Salgadas, que segundo Ferreira Deusdado, *“se transformou em Academia de Altos Estudos. Ali deram lições professores universitários, engenheiros, médicos, advogados, arqueólogos, lavradores, a fina flor da intelectualidade.”*

No Congresso abordaram: a florestação das serras, os baldios, a pecuária, a agricultura, de que saíram importantes orientações, como a produção de batata da semente nas serras de Montalegre, Nogueira e Montesinho, a produção de cereais e a construção de infraestruturas

de armazenamento, a organização da lavoura através de cooperativas, a produção, transformação e comercialização, numa visão que acelerava a mudança nas práticas agrícolas ancestrais, de que veio a ser exemplo o Complexo Agroindustrial do Cachão que, segundo Camilo Mendonça, pretendia transformar o Nordeste Transmontano num dos mais produtivos e modernos centros agrícolas na Europa.

Deram grande relevo à construção de barragens e de regadios, aos pomares e ao vinho do Douro, aos recursos mineiros. O problema nacional do Ferro foi abordado pelo professor catedrático, Adriano Rodrigues, natural de Lagoaça, concelho de Freixo de Espada à Cinta, foi reitor da Universidade do Porto, defendeu a exploração mineira, a criação da indústria siderúrgica em Portugal, a extração de ferro das minas de Moncorvo e a instalação da Siderurgia Nacional neste concelho, tema que se arrastava desde meados do século XIX, só em 1954 foi atribuída licença a António Champalimaud, inaugurada no ano de 1961. Defendeu-se a construção de barragens hidroelétricas no Douro internacional, para eletrificação de Trás-os-Montes, dos caminhos de ferro, e da industrialização do país, construídas entre 1954 e 1964. Foi a partir de 1944, que Portugal se lançou num programa de eletrificação nacional, com preferência pela hidroeletricidade.

Mereceu a atenção dos congressistas a construção de hospitais públicos, a maioria na região foram construídos nas três décadas seguintes; a criação de museus regionais; a criação de uma rede regional de pousadas; as creches, os asilos, as obras de beneficência, as escolas, os centros de educação profissional, as Casas do Povo etc. Henrique Barahona Fernandes, professor catedrático, natural de Vinhais, foi reitor da Universidade de Lisboa, foi um dos congressistas que apresentaram comunicações sobre estes temas.

Foram muitos os congressistas, saídos de terras tão pobres, isoladas e esquecidas, que com mérito alcançaram dos mais altos cargos na Academia, nas Universidades, na medicina, na engenharia, no jornalismo, na magistratura, na carreira militar, na escrita, nas artes da pintura e da escultura, na administração pública, na indústria, na agricultura. Com regularidade exerceram cargos governativos, ganhando voz e presença política no poder central.

Uma década depois de realizado o II Congresso registou-se a presença mais significativa de transmontanos nascidos no distrito de Bragança num mesmo governo, ocupando pastas das mais relevantes: o ministro do Interior, Trigo de Negreiros; o ministro da Justiça, Cavaleiro de Ferreira; o ministro das Finanças, Águedo de Oliveira; o ministro das Colónias, Sarmento Rodrigues; o Subsecretário de Estado do Ultramar, Trigo de Moraes. Nesta década e seguinte, outros transmontanos ocuparam cargos ministeriais, caso do professor Adriano Moreira, que em 1959 assumiu o cargo de Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina e o cargo de Ministro do Ultramar de 1961 a 1963.

O atraso da Província era grande, fizeram o possível, talvez pudessem ter feito mais, ainda assim, é de salientar: os novos Liceus e Escolas Industriais; a construção de uma rede de hospitais públicos; de edifícios de tribunais e de casas de magistrados; na agricultura, o complexo agroindustrial do Cachão, uma rede de armazéns e silos de recolha de cereais, cooperativas, escolas de formação, florestação das serras; edifícios dos correios, pousadas turísticas, a construção de barragens e a eletrificação etc. O II Congresso teve resultados sociais e económicos positivos na Região.

A liderança do III Congresso coube à AMTAD. Realizou-se em setembro de 2002, na cidade de Bragança, decorridos sessenta e um anos sobre o II Congresso. Ao longo de vinte anos, foram feitas sete tentativas para a sua realização. Sabíamos ser necessário unir a Região, que o êxito do Congresso assentava na participação alargada a toda a Região e a todas as perspetivas, e o envolvimento dos 36 municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro.

“Rumo à Modernidade” foi o lema do Congresso. Referi, na sessão de abertura, “...trata-se de um congresso voltado para o futuro, e não de um congresso voltado para o passado (...) um congresso de afirmação da cidadania dos transmontanos, a luta pela afirmação e modernidade da região, assente numa estratégia de desenvolvimento sustentado e na convergência de boas vontades pessoais e institucionais”.

A organização reuniu as Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro e a sua Federação, as instituições mais relevantes da região, do Ensino Superior, da área empresarial, agrícola, cooperativa e social. Foi a maior Assembleia magna de sempre na Região, com mais de 1200 congressistas, uma rara manifestação de unidade e de vontade coletiva pelo seu futuro, onde marcaram presença ou presença o Presidente da República, Jorge Sampaio, o primeiro-ministro, Durão Barrosos, o Ministro das Obras Públicas, Valente de Oliveira, Ministro da Saúde, Ministro do Ambiente e outros membros do Governo, autoridades religiosas, políticas e administrativas, representação de governos provinciais e regionais da região de fronteira com esta região.

Amadeu Ferreira disse: “Um congresso para que? Para dizer que existimos, certamente, mas sobretudo para dizer que não nos resignamos (...) e este congresso deve ser um grito e não um muro de lamentações.” (...) É altura de o Estado cumprir com Trás-os-Montes e Alto Douro e saldar a sua dívida. Estamos a falar de direitos, não estamos a falar de esmolas. E os direitos exigem-se, não se pedem.”

Foram muitas a intervenção feitas ao longo de três dias, em plena sintonia na defesa do desenvolvimento da Região, envolveu: as Câmaras Municipais, artistas da região, Instituições de Ensino Superior, Associações Empresariais e Agrícolas, Instituições representativas da Região como a Casa do Douro, o Instituto do Vinho do Douro, as Regiões de Turismo, bancos, empresas patrocinadoras, entidades Religiosas, partidos políticos, entidades públicas diversas: CDRN, Institutos Regionais, Serviços Desconcentrados da Administração Central, Governo, Presidência da República, Diáspora e órgãos de comunicação social regional e nacional. Mereceu destaque a presença e intervenção do Primeiro-ministro e do Presidente da República. Adriano Moreira foi um dos oradores convidados. Apresentou a comunicação “A Emigração dos Cérebros”.

Escreveu: «O conceito do Reino Maravilhoso, a síntese da ligação à terra, às gentes, aos costumes, e aos valores, que se ficou devendo a Torga, também por outro lado é a expressão da mais profunda e sufocada interioridade.

“Um ambiente imune às agressões externas, valorizado como um templo pelos mais afetados pela saudade quando longe das origens, lamentado como uma privação imutável pelos diferenciados que não conseguiram ultrapassar as barreiras, físicas e sociais, que os prenderam aos lugares do nascimento, da vida sofrida, e da morte. ... No plano do saber fazer, são inumeráveis os exemplos do triunfo individual nas comunidades portuguesas do Brasil, em ambas as costas dos EUA, no mais recente destino europeu, nas Áfricas do último império português.



Mas sempre, no Reino Maravilhoso, o quadro da interioridade, da vida habitual, das carências, do esquecimento pelos poderes centrais, e até, como regra, da resistência dos transmontanos, eventualmente participantes da gestão política, a usarem a influência no sentido de beneficiarem as pobres terras de origem.

Digamos que um traço permanente da interioridade é o da emigração dos cérebros, dos diferenciados, que vão servir outra circunstância dentro e fora do país, desejando em regra voltar à terra de origem para o descanso final, a terra onde não fizeram carreira, que trouxeram no coração, mas para cujo desenvolvimento não tiveram oportunidade de contribuir. Trata-se de um dos identificadores do subdesenvolvimento, o facto de os técnicos serem indispensáveis, mas sem que existam circunstâncias materiais e culturais que os fixem, que os envolvam no processo de agressão à habitualidade, agressão sem a qual a habitualidade permanece.

De tudo mais uma vez resulta, como imposição da longa experiência, que a educação entregue a instituições regionalizadas, próximas das populações, tornadas parte da circunstância, é o fator primeiro capaz de inverter a situação. Foi ultrapassada a doutrina que relacionava a sede das instituições do ensino superior com a densidade populacional, critério que condenava a interioridade a manter-se desguarnecida desses instrumentos, e a ver o desenvolvimento a aprofundar a fronteira entre o litoral que se move e o interior que define.

Ao contrário dessa doutrina puramente economicista, é necessário valorizar a função agressiva das instituições de ensino superior, capazes de despertar a passividade das regiões paradas no tempo, mas também desafiadas a organizar a investigação e o ensino no sentido de fixar os cérebros, de os envolver no círculo do desafio e resposta, encontrando nessa circunstância a perspectiva de uma vida justificada e realizada.

Não menorizando outras instituições que nasceram com o desenvolvimento desta perspectiva, é apropriado destacar a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e o Instituto Politécnico de Bragança. Na avaliação do serviço prestado à comunidade, que é um dos deveres fundamentais do ensino superior, será necessário aprofundar a metodologia e resultado dessa política de fixação dos cérebros, sobretudo na vertente do desenvolvimento nas atividades da sociedade civil, e no dos aparelhos estaduais.

O facto da existência das instituições de ensino superior, em si mesmo atenua o pessimismo corrente sobre as deficiências do aparelho do ensino, porque uma primeira mudança positiva, no que toca à fixação dos cérebros, é a existência de um corpo docente que se debruça sobre a problemática da região, que anima e enriquece as atividades de observação, investigação, prestação de serviço à comunidade, agredindo assim a habitualidade do interior, uma das razões pelas quais não é o critério da densidade da procura que deve exclusivamente ditar o desenho da rede, é também o objetivo de despertar as regiões submetidas à habitualidade.

Por outro lado, as nossas interioridades transmontanas, em consequência do projeto da União Europeia, são hoje as mais próximas do centro do modelo, e também objeto das propostas e objetivos transfronteiriços da política das comunidades.”

O III Congresso, a cuja Comissão Executiva tive a que tive a honra de presidir, afirmou ser a região credora de uma dívida histórica de que é sujeito passivo o Estado Português, ser necessária uma discriminação positiva para os jovens do interior; dever ser a agricultura e os recursos florestais encarados como um potencial da região e condição da sustentabilidade do seu desenvolvimento; de entre várias propostas defendeu-se: a criação de uma Agência de Desenvolvimento Regional; a criação de uma marca de identidade para toda a região sinónimo de alta qualidade dos produtos, defendeu-se a construção dos Museus do Cão e do Douro; a construção de eixos viários: IP3, IC34; IC5, IC26, e IP2 com ligação a Puebla de Sanabria, a construção da autoestrada de Amarante a Quintanilha, a construção de uma nova ligação ferroviária a ligar o litoral a Vila Real, Bragança e à Alta Velocidade em Espanha, a consolidação das ligações aéreas na região. Reivindicou-se a celebração de um Pacto de Desenvolvimento Estratégico para a Região; a criação da NUT II Trás-os-Montes e Alto Douro, dividindo em duas a NUT II Norte.

A sessão de abertura foi presidida pelo primeiro-ministro Dr. Durão Barroso, que referiu: “A um Portugal mais justo, impõe-se, um Portugal mais equilibrado, onde cada um, independentemente do lugar onde nasça, viva e trabalhe, tenha as mesmas oportunidades de desenvolver o seu projeto de vida, em liberdade, em segurança, e em prosperidade (...) as acessibilidades continuam a ser uma questão de estratégia em Trás-os-Montes. Não apenas através da promoção de melhores ligações desta região ao resto do país, mas também de uma mais fácil ligação desta região às vizinhas regiões de Galiza e de Castela e Leão, em Espanha.”

A sessão de encerramento foi presidida pelo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, que referiu “... é estimulante verificar o entusiasmo com que um grupo de cidadãos ligados, pelos afetos, à região de Trás-os-Montes e Alto Douro decide confrontar experiências, conhecimentos e perspetivas sobre o futuro. Une-os a finalidade comum de ultrapassar as desvantagens económicas e sociais que, durante décadas – durante séculos –, afetaram esta terra e as suas gentes. (...) A realização deste Congresso constitui uma oportunidade singular de os Transmontanos e Alto-durienses fazerem ouvir a sua voz. E como é importante ter voz! Uma voz clara e consistente, sólida e autorizada, como é a deste Fórum que articulou tão diversas e significativas organizações.”

A presença e compromissos do Governo, apoiados pelo Presidente da República permitiram o impulso necessário ao desencravamento rodoviário do Interior Norte. Logo no mês seguinte, outubro de 2002, iniciamos um ciclo de reuniões, a primeira com o Ministro das

Obras Públicas, Prof. Valente de Oliveira, realizada na sede da AMTAD, em Murça. A 11 de novembro de 2004, reunia o Conselho de Ministros em Bragança, dia em que, em Diário da República foi publicado o concurso para o Estudo Prévio de construção da Autoestrada Transmontana A4, entre Vila Real e Bragança, do IC5 entre o IP2 e o IP4 e decidida a construção da ponte internacional de Quintanilha, com perfil de autoestrada. A 9 de maio de 2016 abriu o túnel do Marão, dando por concluída a autoestrada transmontana. Pouco mais de uma década foi necessária para concretizar a maior reivindicação feita no III Congresso, uma revolução que abriu novas vias para o desenvolvimento da Região.

O III Congresso teve liderança regional forte e abrangente, presença dos principais titulares dos órgãos de Soberania, impacto mediático no país. Escreveu-se sobre os recursos da região, sobre a História, a identidade e a cultura, as carências e as oportunidades, falou-se das pessoas. Os recortes de imprensa de 28 jornais da imprensa regional e nacional, constituem três volumes com cerca de novecentas páginas, uma importante fonte para estudos futuros.

O IV Congresso, decorreu em maio de 2018, no pavilhão do Conhecimento em Lisboa, sob o lema “*Agir no presente, alcançar o futuro*”. Foi organizado pela Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, sem nenhuma entidade da região ligada à organização. Foi também o primeiro que decorreu fora da região, com a justificação de se tratar de terreno neutro sob o ponto de vista político, quebrando a regra dos anteriores. Participaram cerca de centena e meia de pessoas, obteve a colaboração de algumas entidades da região, que colaboraram com intervenções e na mostra de produtos regionais, e em atividades culturais. Foi presidido pelo presidente da CTMAD, Dr. Hírdino Isaías.

Na sessão de abertura, presidida pelo Professor Adriano Moreira, estiveram presentes seis presidentes de Câmara e o reitor da UTAD. O Presidente da República enviou uma mensagem. A sessão de encerramento foi presidida pelo presidente da mesa da assembleia geral da CTMAD. As conclusões do congresso foram apresentadas sob o formato de pontos fortes, pontos fracos e propostas. Foi reduzido o impacto mediático. Teve o mérito de ter sido realizado, na ausência de iniciativa da região.

Está prevista a realização do V Congresso, para final de outubro de 2024, foi apresentado a 28 de outubro de 2023 na vila de Mogadouro. É liderado pela Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, com fraco envolvimento regional, sendo de lamentar o facto de não terem sido as Comunidades Intermunicipais de Terras de Trás-os-Montes, do Alto Tâmega e do Douro, a assumir a direção política, organizacional e financeira do congresso, perspetivando desafios e soluções transformadoras, em momento único de ajudas comunitárias, juntando poder e influência para concretizar um programa integrado de investimento para a Região. Na atual organização administrativa da região só as três Comunidades Intermunicipais, podem agregar os setores representativos de atividade na região e a diáspora.

O que tem acontecido não tem ajudado o suficiente à coesão territorial, acentuando o centralismo, temos bem presente o exemplo atual de aplicação de fundos do Plano de Recuperação e Resiliência, que concentra o investimento nas Áreas Metropolitanas, esquecendo totalmente o investimento no Interior. A gestão dos fundos europeus para a coesão a partir de 2028, poderá ser ainda mais centralizada e com menos verbas, agravando as desigualdades territoriais.

No V Congresso é obrigatório destacar o progresso e as conquistas, os muitos ativos, e a enorme evolução da região ao longo de um século, em particular após o 25 de Abril de 1974. Não esqueçamos os enormes benefícios que o ensino superior trouxe à região, a requalificação e infraestruturação de cidades e vilas, hoje com elevada qualidade de vida e atratividade urbana, a rede de equipamentos culturais, a forte rede social que, com humanidade apoia a população frágil, a moderna rede de estradas, e tantos outros benefícios.

Apesar disso, não podemos deixar de colocar no outro prato da balança, problemas da interioridade, em particular o resultado da ação centralizadora das últimas décadas, em que a região tem sido espoliada de muitos dos serviços públicos e de infraestruturas essenciais, ficando os dois distritos fora do mapa ferroviário do país, ter perdido representação e voz política, e estarem ameaçados por um longo e trágico ciclo de declínio demográfico e de despovoamento, com impacto direto negativo na força laboral, na produtividade, no crescimento e na desigualdade intergeracional.

Apesar das fragilidades, os transmontanos e durienses não podem coloca-se de joelhos, esquecer que deram o que a solidariedade nacional lhes pediu em cada momento da história, o que nos permite falar de direitos, de solidariedade nacional, de justiça devida à região. Valorizamos as realizações do passado, o ciclo longo da história transmontana, a realidade presente, nas suas limitações e oportunidades por um futuro melhor.

A voz necessária da região, exige-nos visão de futuro, união que faz a força, conhecimento e formação mais avançada, bom governo das instituições, cooperação alargada no plano da iniciativa pública e privada, maior representatividade e reforço da cidadania. Queremos percorrer os caminhos do futuro, continuando o caminho traçado por gerações que neles inscreveram as suas pegadas e legado, aperfeiçoando-o, na base do conhecimento, da sustentabilidade, deixando um legado respeitado e valorizado por gerações futuras. Os Congressos transmontanos devem unir, apontar caminhos, mobilizar vontades e recursos, fazer-se ouvir, na Região e no poder Central.

A região de Trás-os-Montes e Alto Douro tem de pensar por si própria de construir, atualizar e liderar a sua estratégia de desenvolvimento, isso significa um nível de cooperação regional no plano social, económico e político abrangente. A discussão do Estado da Região, o seu futuro e políticas prioritárias no médio e longo prazo, deve ser tratado de forma bem organizada e competente, com liderança política, e organizativa, e com objetivos e resultados bem clarificados.

Uma reunião magna de Trás-os-Montes e Alto Douro, tem de ter impacto mediático e político, de assegurar a presença dos principais órgãos de soberania, de trabalhar previamente alguns temas, para que nesse Fórum se assumam compromissos efetivos de mudança de políticas públicas que contrariem e acelerem o combate às desigualdades territoriais, contrariem o despovoamento, fixem empresas e oferta de emprego qualificado, adequadamente remunerado. Se assim não for, perdemos tempo e oportunidades.

A terminar, uma reflexão necessária, a de que dispomos de ativos poderosos na luta por um futuro melhor, que nos permitem encarar o futuro com esperança no confronto das novas grandes fragilidades: i) O despovoamento, com perda de cerca de 50% da população em meio

século; ii) O Centralismo que enfraquece a qualidade das lideranças regionais, com perda de representação e de voz, no governo, no parlamento e nos partidos; iii) A crise climática que nos confronta com a urgência da transição para a economia verde e do conhecimento, e que tem custo elevados.

Neste contexto, só uma reunião magna da Região, liderada pelas CIM, mobilizadora dos atores regionais, consegue eficácia na discussão de soluções e medidas para promover o desenvolvimento da agricultura do futuro e dos recursos hídricos na região; os centros de conhecimento e de tecnologia; os desafios para a descarbonização da economia e a industrialização. Debate em que deve ser retomada a discussão da criação da NUT II Trás-os-Montes e Alto Douro, e da criação da Região Administrativa.

Não tenhamos ilusões, o centralismo acentua-se, temos bem presentes as dificuldades que têm conduzido ao despovoamento e abandono da área rural, da falta de políticas de discriminação positiva que vão ao encontro do desenvolvimento do Interior, aproveitando o seu potencial de riqueza para o país, e de rendimento para a população residente. As ajudas da União europeia atribuídas para a coesão são sistematicamente desviadas para investir nas grandes cidades, é exemplo recente o Plano de Recuperação e Resiliência que concentra investimento nas Áreas Metropolitanas, esquecendo totalmente o investimento no Interior. A gestão dos fundos europeus para a coesão a partir de 2028, poderá ainda ser mais centralizada e com menos verbas, agravando as desigualdades territoriais. São grandes os desafios, muita a esperança. Caminhamos em frente! Estou certo de que, o muito saudoso Professor Adriano Moreira subscreveria qualquer iniciativa de combate à interioridade, na defesa da “Pátria pequenina” de Trás-os-Montes.

A LUSOFONIA SEGUNDO ADRIANO MOREIRA

José Filipe Pinto

Resumo

Adriano Moreira faz parte de um leque de pensadores que concebem a Lusofonia como um projeto de futuro e com futuro. De futuro, uma vez que as reminiscências de um relacionamento desigual não se apagaram quando o ciclo colonial se encerrou. Com futuro, pois só a aposta na Lusofonia permitirá que os países lusófonos, enquanto comunidade, possam vir a ter uma voz ativa na arena global onde se está a instalar um Mundo de Múltiplas Ordens. No entanto, convirá dizer que Adriano Moreira vislumbrou a pertinência de uma comunidade lusófona ainda na fase que antecedeu o encerramento do Império. As visitas que fez, primeiro para estudar o problema prisional no Ultramar, depois, na qualidade de Ministro do Ultramar e, em seguida, enquanto organizador dos Congressos das Comunidades, representaram quedas na realidade. Permitiram-lhe constatar *in loco* a enorme diferença que separava a «verdade oficial» da realidade, mas também perceber que esse passivo vinha acompanhado de um ativo que era pertinente valorizar. Este artigo reflete sobre a forma como Adriano Moreira imaginou, viveu e teorizou a Lusofonia.

Palavras-chave: Adriano Moreira, Lusofonia e CPLP.

Abstract

Adriano Moreira is part of a range of scholars who conceive Lusophony as a project for the future and with a future. For the future, since the reminiscences of an unequal relationship were not erased when the colonial cycle came to an end. With a future, because only the bet on Lusophony will allow the Portuguese-speaking countries, as a community, to have an active voice in the global arena where a World of Multiple Orders is being formed. However, it should be said that Adriano Moreira understood the relevance of a Lusophone community still in the phase before the end of the Empire. The visits he made, first to study the overseas prison problem, then as Minister of the Overseas Territories and finally as organizer of the Congresses of the Communities, represented a fall in the reality. They allowed him to see *in loco* the enormous difference that separated the “official truth” from reality, but also to realize that this liability was accompanied by an asset that was pertinent to value. This article reflects on the way Adriano Moreira imagined, lived and theorized Lusophony.

Keywords: Adriano Moreira, Lusophony, and CPLP.

À GUISA DE INTRODUÇÃO

Nos ensaios que fazem parte da obra *El Espectador*, Ortega y Gasset refletiu sobre a «circunstância» enquanto conceito fundamental, ou seja, como parte da realidade pessoal presente na frase que o viria a celebrar: «Eu sou eu e a minha circunstância». O trajeto de vida de Adriano Moreira, ao estender-se por um século, permitiu-lhe viver uma circunstância feita de muitas conjunturas, não apenas na dimensão temporal e geográfica, pois não se podem ignorar os trajetos académico e político.

Daí que alguns dos conceitos que criou e/ou teorizou tenham sido objeto de um aprimoramento faseado antes de atingirem a plenitude concetual. O conceito de Lusofonia é um desses casos, sendo que o mesmo se poderia aplicar, ainda que com diferentes graus de profundidade, a conceitos como: Euromundo, Internacionalização da Vida Privada, Tempo Tríbulo, Estados-Párias, Estado Exíguo, Soberania de Serviço, Estado Gendarme, Poder Funcional e Poder Errático, Povos Mudos ou Dispensáveis, País de Articulação e Fronteira, Oceano Moreno, Nação Peregrina em Terra Alheia, Política Binária, Guerras por Procuração, Congregação das Comunidades de Cultura Portuguesa, Comunidades Transfronteiriças ou Colónias Interiores...

Adriano Moreira foi sempre ele e a sua circunstância. Uma personalidade singular – cada homem é um fenómeno que não se repete –, mas com marcas da regularidade socio-cultural porque nunca abandonou os valores telúricos transmitidos, sobretudo, pelo avô Valentim na aldeia transmontana de Grijó de Vale Benfeito e consolidados pela mãe Leopoldina na cidade grande no beco de Estevão Pinto, no modesto bairro de Campolide. Como o próprio reconheceria com frequência, os valores devem ser como o eixo da roda que acompanha o movimento, mas não gira. Por isso aceitava “a doutrinação de Kant sobre a dignidade humana e a racionalidade dos princípios morais”, segundo a qual “cada um deve procurar que a sua conduta deva ser uma regra universal” (Moreira, 2019, p. 224). Daí a sua opção pela Doutrina Social da Igreja e o cultivo diário do princípio de que todo o homem é pessoa que não convém confundir com as suas ações quando estas caem na alçada da lei.

Este artigo debruça-se sobre as reflexões de Adriano Moreira no que concerne à Lusofonia e o papel que esta poderá vir a desempenhar na Nova Ordem Mundial. Reflexões ao longo das quais o autor passa do elemento teórico, a Lusofonia como utopia criadora, para o caso prático, ou seja, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), uma organização que identifica como a materialização da Lusofonia. Um caso que Adriano Moreira considera único porque “falhou a iniciativa francesa de uma articulação Euroafricana, com uma cooperação que desapareceu sem certidão de morte”. Depois, “falhou o projeto da União Francesa, ambição do General De Gaulle, que se assumiu desconsiderado pelo voto negativo da Guiné”. Mais ainda, também falhou “o projeto inglês de manter unido o Império da Índia, que originou três países”. No meio de todos estes fracassos, “Portugal foi o único Estado que conseguiu, com o apoio decisivo do Brasil, organizar a CPLP e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa” (Moreira, 2019, p. 123).

Adriano Moreira não ignorava a existência dos projetos da *Commonwealth* e da *Francofo-
nia*, mas considerava que a CPLP remetia para uma dimensão superior, pois sabia que numa

“área cultural, de dimensão multicontinental, e da qual a soberania foi retirada” não se podia esquecer que “a experiência ensina que esses povos regressarão inevitavelmente às raízes” por conta “da mobilização da memória”. Por isso, “preservar a memória desta vasta comunidade de povos e culturas” acabava por ser “um serviço indispensável” cuja recompensa se materializaria “nos progressos da cooperação pacífica e criativa dentro das normas da nova ordem em progresso” (Moreira, 2005, p. 20). Dito de uma forma mais clara: para Adriano Moreira havia «espaço» para (re)construir uma comunidade.

Comunidade que, pelo menos no que diz respeito ao aspeto emocional, não andaria longe do modelo teorizado por Ferdinand Tönnies na obra *Gemeinschaft und Gesellschaft*. Uma visão para a qual não parece abusivo afirmar que muito contribuiu o elemento telúrico recebido na aldeia de Grijó de Vale Benfeito através dos conselhos e avisos de avô Valentim e do contacto com pessoas de que não se esqueceria quando decidiu escrever as suas memórias, ainda que optando por outro título. Uma decisão explicável pela modéstia que o levava a evitar o protagonismo a não ser quando tal se prendia com a assunção da responsabilidade, tanto por aquilo que fez como por aquilo que considerava que deveria ter feito e não efetuara. A sua formação católica e humanista encarregava-se de lhe lembrar que o homem peca por pensamentos, palavras, atos e omissões. Além disso, Adriano Moreira tinha a perfeita convicção de que o culto da personalidade não servia a perenidade dos valores e que a tónica deveria ser colocada não num homem, mas nas instituições. Daí a sua ligação umbilical à Universidade e à Marinha, força que viria a reconhecer essa dedicação quando o respetivo Chefe do Estado-Maior lhe entregou a espada de Almirante, apesar de um problema de saúde o ter considerado inapto para todo o serviço militar. Uma prova de que se pode servir uma instituição sem nunca a ter integrado no sentido habitual da palavra, pois não se deve esquecer a valiosa colaboração de Adriano Moreira enquanto docente no Instituto Superior Naval de Guerra.

UMA CURTA ANALEPSE: OS ANTECEDENTES DA CPLP

Em 1964, dois anos após ter deixado de ser ministro do Ultramar, cargo que exerceu desde abril de 1961 até 4 de dezembro de 1962, ou seja, até os interesses instalados terem falado ao ouvido do Presidente do Conselho, solicitando a mudança da política ultramarina, Adriano Moreira organizou em Lisboa o primeiro Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa. Um evento sediado na Sociedade de Geografia, de que era Presidente, e que contou com uma visita a vários pontos do país, designadamente a Guimarães, o berço da nacionalidade.

À primeira vista, o congresso pode ser encarado como um marco relativo à portugalidade. No entanto, o elevado número de participantes – 192 – e os locais da sua proveniência – Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Espanha, Filipinas, França, Hong Kong, Malawi, Japão, Malaia, Paquistão, Rodésia do Sul, Singapura, Suécia, África do Sul, Turquia, Uruguai e Venezuela –, bem como as temáticas de várias comunicações, apontam num sentido que, embora não enjeitando as raízes, transcende os limites da portugalidade.

Por isso, este congresso, a exemplo da segunda edição, realizada a bordo do *Príncipe Perfeito*, “navio que partiria no dia 18 para Nacala, onde chegaria a 19, aportando à Ilha de

Moçambique no dia 20 para, à noite, o Ministro dos Negócios Estrangeiros presidir à sessão de encerramento, sendo as conclusões lidas no dia seguinte, às 15 e 30, de novo a bordo do *Príncipe Perfeito*” (Pinto, 2007, p. 139), talvez deva ser encarado como o berço da Lusofonia. Um espaço de partilha de experiências por parte das comunidades filiadas na cultura portuguesa, mas com indisfarçáveis marcas dos novos locais por onde tinha passado a colonização portuguesa. Daí que durante o segundo congresso, a 1.ª secção se tivesse debruçado sobre a «Convergência étnico-cultural» e a 4.ª sessão se tivesse intitulado «África-Oriente».

Nessa altura, como Adriano Moreira reconheceria em 2015 na conferência intitulada «A Evolução da CPLP», “a estrutura do Império Euromundista da frente atlântica europeia, esperava já pela certidão de óbito na ONU”. Uma realidade que o regime teimou em ignorar.

Na obra *Adriano Moreira: uma visão humanista*, inventariei os principais elementos desses congressos, tendo como fonte principal o abundante acervo existente na biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, embora não dispensando várias consultas às hemerotecas para consultar os jornais da época, designadamente o *Diário de Notícias*, o *Século* e o *Diário Popular*, que enviou Francisco Pinto Balsemão para fazer a cobertura do segundo congresso. Uma cobertura profunda do evento que o jovem jornalista batizaria como «O Congresso Flutuante».

Uma consulta que teve sempre presente a circunstância dessas publicações serem sujeitas a exame censório prévio e, como tal, não mencionarem elementos passíveis de contrariar a verdade oficial. Aliás, a posição assumida por Adriano Moreira de não permitir qualquer aproveitamento político do evento por parte do regime estaria na base da não realização do terceiro congresso que chegou a estar previsto para o real forte Príncipe da Beira, no Brasil.

Quanto ao segundo antecedente, trata-se da criação, em 1989 em São Luís do Maranhão, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) que, desde o X Conselho de Ministros realizado em Luanda em 2005, passou a ser um dos órgãos da CPLP. Um Instituto que ainda não conseguiu assumir por completo a missão para que foi criado. A exiguidade de verbas de que dispõe são reveladoras da fraca aposta oficial. Não foi por acaso que a sua primeira diretora, Amélia Mingas, se referiu ao IILP como «esse grande desconhecido».

É habitual mencionar – e muito justamente – o papel do Brasil na criação do IILP, designadamente do Presidente José Sarney e do Embaixador José Aparecido de Oliveira. No entanto, nem sempre é referida a ação de Adriano Moreira. Como há esquecimentos muito bem lembrados, talvez seja tempo de recordar que Adriano Moreira alertou para a pertinência de tal ato em várias ocasiões de que menciono duas: em 1988, no Recife, no Instituto Joaquim Nabuco e o discurso de receção ao então Presidente do Brasil José Sarney, em Lisboa, na Assembleia da República, em 7 de maio de 1986 na IV Legislatura, 1.ª e 2.ª sessões legislativas.

Que o IILP ainda continue aquém daquela que deveria ser a sua missão é matéria para outra investigação, embora não possa deixar de citar o testemunho de Lauro Moreira, então Embaixador do Brasil junto da CPLP, quando reconheceu que “durante anos talvez tenhamos todos cometido o equívoco de considerar a língua como uma finalidade em si mesma e de considerar o IILP como uma espécie de conservatório, quando não é nada disso, a meu ver”. Mais acrescentou que, na sua opinião, “a língua é um instrumento de comunicação e

quanto mais nos comunicarmos mais estaremos promovendo a língua portuguesa”, sendo que “comunicar não é apenas falar um com o outro ou publicar um livro, mas promover todo tipo de eventos no âmbito da cultura, da apresentação de um concerto de música ou um recital de poesia à organização de simpósios, seminários e concursos sobre temas de interesse do universo lusofônico, sem esquecer naturalmente a publicação de uma revista periódica que possa contar com a colaboração de grandes autores de nossos oito países” (Pinto, 2009, p. 248).

A DEFINIÇÃO (INDEFINIDA) DE LUSOFONIA

Como decorre da regra nas Ciências Sociais, o conceito de Lusofonia está longe de consensual. Aliás, ainda hoje se desconhece o criador da palavra, pois “o *Dicionário Houaiss* da língua portuguesa, edição de 2005, não menciona o criador do vocábulo nem adianta o título da publicação onde o mesmo teria surgido pela primeira vez em 1950” (Pinto, 2016, p.2). Essa circunstância não obsta a que, por exemplo Venâncio (1996, pp. 59-60) considere que o grau zero da Lusofonia deva ser procurado em José Lins do Rego, uma vez que a sua obra representou “o primeiro passo para o reconhecimento das afinidades que existem entre aqueles que têm a língua portuguesa como língua de comunicação e de cultura” (Pinto, 2005, p. 293). Aliás, Fernando dos Santos Neves, o primeiro reitor da então Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias não enjeita a possibilidade de ter sido ele o criador do vocábulo, tendo em conta as dificuldades que enfrentou para a aceitação oficial da designação daquela que é hoje a maior unidade privada portuguesa, a Universidade Lusófona.

Mais consensual é a posição de Epifânio (2017) quando menciona o contributo de Agostinho da Silva para a construção da via lusófona, ao escrever: “em muitos textos seus, pelo menos desde os anos 50, Agostinho da Silva antecipou, com efeito, a criação de uma verdadeira comunidade lusófona”¹, designadamente num texto datado de 27 de outubro de 1957, publicado no jornal brasileiro *O Estado de São Paulo*, e no qual defendeu a criação de uma Confederação dos povos de língua portuguesa.

Uma proposta que deixa claro dois elementos. Primeiro, o uso de confederação e não de federação aponta para uma construção plural. Aquela que não confunde a unidade criadora com a uniformidade redutora. Segundo, a referência aos povos e não aos países mostra que Agostinho da Silva percebia bem a diferença entre o Estado, uma criatura político-jurídica, e a Nação, uma entidade sociológica. Uma forma de antever uma comunidade dinâmica, assente na ideia de que a construção do futuro não dispensa – bem pelo contrário – os contributos de todos os povos e regiões onde a língua portuguesa é uma realidade quotidiana ou, pelo menos, deixou marcas.

En passant, diga-se que José Aparecido de Oliveira, enquanto Embaixador Plenipotenciário do Brasil em Portugal, percebeu que não bastaria entregar em mão as cartas do seu Presidente aos restantes presidentes lusófonos visando a criação da CPLP. Por isso envolveu várias organizações da sociedade civil no processo. Uma estratégia que tem implícita a constatação de

¹ Cf. <https://www.iimacau.org.mo/index.php/pt/artigos-revista/172-o-legado-de-agostinho-da-silva-e-o-futuro-da-lusofonia>.

que nem sempre as vontades políticas dos Estados refletem os interesses das respetivas Nações. Uma realidade que se mantém na atualidade, sobretudo nos países lusófonos onde o caminho para a democracia está cheio de obstáculos plantados por elites com visões patrimonialistas que confundem, intencionalmente, o país com o Estado, este com o Governo, que, por sua vez, é indissociável do partido cuja bandeira é o rosto do líder. Daí que Braga (1996) tenha dado ao livro dedicado ao Embaixador o título de *José Aparecido de Oliveira: O Homem que Cravou uma Lança na Lua*. Um título que coloca o enfoque na dificuldade que representou a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Dificuldade que não terminou quando, em 17 de julho de 1996, se realizou em Lisboa a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que marcou essa criação.

De facto, a circunstância de Angola ter imposto o critério alfabético para a nomeação do Secretário-Executivo, como forma de solucionar o problema interno que representava Marcolino Moco, não possibilitou que o verdadeiro criador tivesse oportunidade de acompanhar, enquanto tutor, o crescimento da criatura. Uma situação que não deixou de incomodar Adriano Moreira. A exemplo dos quatro pontos críticos que, em 23 de julho de 2009, numa comunicação apresentada à Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, identificaria na CPLP: a liderança; a múltipla pertença; a língua e os centros de formação.

AS DUAS VISÕES SOBRE A LUSOFONIA

O conceito de Lusofonia foi, desde o início, objeto de duas conceções completamente opostas. Por um lado, os críticos viam nela uma manifestação neocolonialista, levando Alfredo Margarido (2000, p. 12) a defender que “a criação da Lusofonia, quer se trate da língua, quer do espaço, não pode separar-se de uma certa carga messiânica que procura assegurar aos portugueses inquietos um futuro”. Uma forma de dizer que o desmantelamento do Império tinha sido acompanhado de um movimento pretensamente assente na língua e na cultura, esquecendo que os povos e culturas não estavam em pé de igualdade, sendo evidente, por parte do colonizador “a negação da história dos Outros” (Margarido, 2000, p. 47). Uma posição que coloca o enfoque apenas no passivo – que existiu – da colonização e desvaloriza as novas emergências que, por exemplo, Gilberto Freyre julgou vislumbrar em Luanda, embora convenha reler a controvérsia em que se envolveu com o comandante Ernesto Vilhena, presidente do Conselho de Administração da Empresa Diamang, vulgarmente conhecida como Companhia dos Diamantes, pois “Gilberto Freyre manifestara interesse em visitar a Companhia dos Diamantes de Angola e o ministro não quis contrariá-lo” (Polónia et. al, 2021, p. 39). Como a avaliação por si feita não agradou ao regime, em geral, e ao administrador da Diamang em particular, a controvérsia arrastou-se por várias edições do *Diário de Notícias*.

No outro lado da barricada, surgem as vozes que veem na Lusofonia um projeto de futuro, embora colocando o enfoque em diferentes valências. Na verdade, se há autores que valorizam prioritariamente a dimensão linguística ou cultural, também há quem considere o elemento económico que provém da existência de uma língua oficial comum e quem reconheça o valor geoestratégico dos países lusófonos.

Adriano Moreira faz parte dos pensadores que colocam o enfoque no elemento geoestratégico. Daí a sua criação do conceito de um Oceano Moreno a funcionar como ponto de articulação e fronteira entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul e entre a Europa, a América e a África. Uma importância geoestratégica crescente face às ameaças que a globalização tem vindo a exponenciar e que colocam em causa a segurança dessas regiões, nas quais “o triângulo estratégico português não pode ser ignorado” (Moreira, 2005, p. 178)

Uma realidade tanto mais preocupante quando o fim da hegemonia norte-americana cedeu lugar a um Mundo de Múltiplas Ordens que se encontra na fase final de construção, ainda em busca de possíveis pontos de equilíbrio, situação que explica a existência de conflitos nas zonas de confluência das ordens, como é o caso da guerra que grassa na Ucrânia devido à invasão perpetrada pela Rússia, a potência liderante da Ordem Eurasiana. Um conflito que, em solo europeu, poderá não se quedar pela Ucrânia, uma vez que Moscovo luta pelo seu espaço vital e, como Putin reconheceu, “rodeado de generais, à sombra de imagem da Águia Bicéfala reproduzida, a sua fronteira de interesses é superior à fronteira geográfica” (Moreira, 2018, p. 7)

Não parece abusivo dizer que se o tráfico humano para exploração laboral ou sexual e o tráfico de estupefacientes há muito que alimentam redes de crime organizado ativas nestas regiões, a ameaça cresce de tom num Mundo em que cada ordem reivindica o direito à interpretação própria de valores ditos universais. Daí que a China de Xi Jinping e a Rússia de Putin acusem o Ocidente de querer impor a sua interpretação sem ter em conta a visão das outras partes do Mundo. Algo para que Adriano Moreira (2019, p. 41) vinha alertado há muito quando não se cansava de dizer que, nos escombros da II Guerra Mundial, a criação da ONU obedeceu ao desejo do «nunca mais», mas “a Carta foi redigida exclusivamente por Ocidentais” numa altura em que todas as partes do Mundo começavam a falar em voz própria. Por isso, na conferência «Vésperas de que Tempo? O que fica para além dos dias?». Adriano Moreira lembrou que “a Assembleia da ONU toma decisões de orientação, um modelo talvez inspirado por ser a primeira vez na História da Humanidade, que todas as áreas culturalmente diferenciadas da Humanidade se encontram a falar livremente sobre o globalismo a que chegou a Terra, sem certeza sequer de igual significado dos mesmos textos que os obrigam, e que foram obra exclusiva de ocidentais”. Uma realidade que retratei na obra *O Fim da Hegemonia Norte-Americana. Um Mundo de Múltiplas Ordens*, para desgosto do Mestre com o qual debati, insistente e demoradamente, a questão que colocava em causa um dos seus princípios-base no que concerne às relações internacionais: o «Mundo Único».

Uma tristeza que se prende com a quase certeza de a sua geração não ter cumprido o desiderato de deixar aos descendentes um Mundo melhor. Na realidade, como defendeu na conferência «Teilhard de Chardin: a Missa sobre o Mundo» se “a guerra de 1939-1945, na qual o homem conseguiu obter o poder de destruir a terra, casa comum do género humano, pelo fogo da energia atómica, foi a maior das catástrofes que marcam as diferenças de interesses culturais, étnicos, e crenças das espécies em que se dividem o género humano”, o perigo colocado pelo cisne negro da globalização pode exponenciar a ameaça. Afinal, como diria na conferência «Um Legado a Combater», “a herança que vai ser deixada à futura geração, usando a

palavra no sentido mais abrangente, não será correspondente aos dois grandes princípios que orientaram os fundadores da ONU, e que eram o «mundo único», isto é, em paz, e «a terra casa comum dos homens», isto é, com o respeito substituindo a simples tolerância para com os diferentes”. Respeito que, como gostava de dizer, guardava para aqueles de quem gostava, deixando a tolerância para os restantes.

Adriano Moreira gostava de lembrar que um dos quatro papas convidado a discursar na Assembleia-Geral da Organizações Unidas, Paulo VI, tinha aí afirmado que o desenvolvimento era o novo nome da paz. Desenvolvimento que, segundo Agostinho da Silva (2001, p. 171), “só há um real, o da felicidade do povo, no que pode, não o esqueçamos, ser mais importante uma vaca sagrada ou uma igreja do que a Coca-Cola e o camião da Lua, tudo dependendo do que deseja o povo e não do que pretende o sacerdote, o capitalista ou o físico, com a implicação de haver para o povo, para dizer o que quer”. Algo que os governantes, raras vezes se alguma, cumprem no sentido integral, sendo bem mais frequentes aqueles que se queixam do povo que lhes coube ou aconteceu governar, pois é saber antigo que “os políticos não gostam de aceitar culpas” (Moreira, 1977, p. 42).

A LUSOFONIA SEGUNDO ADRIANO MOREIRA

Os pontos anteriores mostraram que a Lusofonia é um conceito com várias concepções e cuja avaliação oscila entre duas posições completamente antagónicas e incompatíveis e permitiram perceber a opinião de Adriano Moreira sobre o assunto. No entanto, importa aprofundar a forma como via a Lusofonia.

Assim, importa dizer que Adriano Moreira, malgrado não desvalorizar a importância da língua portuguesa, como comprova o intenso e persistente esforço que desenvolveu visando a criação do Museu da Língua Portuguesa na sua Bragança natal, concebeu a Lusofonia muito para além da língua. Não porque ignorasse o potencial económico que subjaz à língua, mas sim porque entendia que, a exemplo do que se passava na Grécia clássica, a língua era apenas um dos elementos de união. Língua que sempre considerou não ser monopólio ou pertença portuguesa, pois via Portugal na qualidade de apenas um dos seus condóminos, uma vez que a língua pertence a quem a fala.

Na sua ótica, a Lusofonia implicava perceber a importância das culturas e das expressões lusófonas visando a criação de uma cultura miscigenada que diluísse ou afastasse a dicotomia colono-colonizado. Uma ampliação do raio do segundo círculo da Lusofonia. Uma cultura que ajudasse a descolonizar as mentalidades e contribuísse para a edificação de um projeto comum. Cultura percebida não apenas como manifestações ditas de prestígio e ligadas a uma elite, mas numa dimensão muito mais ampla.

Para Adriano Moreira, a cultura não andava longe daquela que era a visão de Manuel Antunes (1999, pp. 40-41), que explicava que o conceito de cultura se diversificava “em duas linhas principais: a) subjetiva-ativa e b) objetiva-passiva”, sendo que “em a), cultura significa a formação do homem, homo (grego: paideia) alemão: Bildung), a educação das suas faculdades: corporais, intelectuais, morais ou religiosas”, enquanto que “em b), devem ainda

distinguir-se dois significados principais: o primeiro, participando de a), designa o conjunto de meios para atualizar ou realizar as potencialidades humanas, sendo o principal as grandes produções espirituais do passado (tradição); o segundo (significado etnológico-etnográfico), encontra-se assim definido na síntese de Kröber-Kiuckhohn: «um conjunto de atributos e de produtos das sociedades humanas e, por conseguinte, do género humano, extrassomáticos e transmissíveis por meios diferentes da hereditariedade biológica e que faltam essencialmente nas espécies sub-humanas tanto quanto são característicos da espécie humana enquanto esta se agrega em sociedades». Dito de uma forma mais simples: cultura é tudo o que se opõe a natureza e que decorre do pensamento e da ação humana.

Quanto ao projeto, importa dizer que a sua dimensão geopolítica e geoestratégica esteve, desde cedo, mais no horizonte do que no imaginário de Adriano Moreira. Como adepto confesso da esperança concreta, sabia que o tempo não perdoava que as ideias, depois de amadurecidas, demorassem excessivamente a concretizar-se. A ação era a consequência lógica e necessária do pensamento. A esperança tinha de ser trabalhada, como defendia José Barata Moura, um amigo de longa data, porque as opções ideológicas não devem servir para afastar quem está interessado no bem comum.

Uma materialização que Adriano Moreira sabia destinada a enfrentar muitos obstáculos, conhecida que é a tendência – não apenas lusófona – de privilegiar a construção de muros em detrimento de pontes. Importava, por isso, seguir o exemplo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o arquiteto dos impossíveis, nas palavras de Adriano Moreira e acreditar na teoria do «milagre da multiplicação dos corpos» de Agostinho da Silva, “uma semente de esperança” que “luta para germinar e crescer num terreno onde abundam os pessimismos esdrúxulos” (Moreira, 2009a, p. 81).

Um dos obstáculos que não demorou a ser levantado prendeu-se com as integrações regionais a que os países lusófonos decidiram aderir, não tendo em conta que, como Habermas (1990, p. 122) reconheceu, “les sociétés modernes disposent de trois ressources à partir desquelles elles peuvent subvenir à leurs besoins en régulations: l’argent, le pouvoir et la solidarité”. Solidariedade que constitui, ainda que com o nome de cooperação, um dos pilares da integração regional, ou, como ensina um provérbio africano, «na lareira uma pedra só não aguenta a marmitta». Na verdade, “a curta experiência já mostrou que a convergência dos países culturalmente solidários, prestando uma sólida homenagem a iguais valores da paz e do desenvolvimento, tornaram mais forte e mais escutada a voz com que afirmam a presença na ordem internacional em mudança” (Moreira, 2009a, p. 149).

Os estatutos dessas comunidades ou organizações foram apresentados como limitadores ou inibidores do projeto lusófono. Uma dificuldade que persiste, como se comprova pela dificuldade na montagem jurídica do estatuto de Cidadão da CPLP. Um assunto que ultrapassa largamente a questão da abolição dos vistos, uma vez que remete para o direito de deslocação e de fixação no espaço lusófono. Algo que, efetivamente, ainda não existe em plenitude. Daí as barreiras erguidas ao Estatuto de Cidadão da CPLP, a nova versão do inicialmente denominado Estatuto de Cidadão Lusófono. Um sonho que Cabo Verde chegou a acolher na Constituição, mas que se viu forçado a deixar cair face à falta de entusiasmo manifestado pelos restantes países lusófonos.

António Machado defendia que o caminhante não tem caminho e faz caminho ao caminhar. Adriano Moreira colocou a tónica na segunda parte da afirmação e recusava que a parte inicial pudesse ser usada como justificação para a inação. Por isso, defendia que, devido à múltipla pertença, o desafio que se coloca à CPLP é o de “elaborar políticas coerentes sem experiência passada, em vista de um futuro sujeito a condicionamentos de terceiros, futuros abertos a uma complexidade que torna frágeis todas as prospetivas”, ou seja, “ensaiar uma visão integrada, que assegure o eixo articulador da CPLP sem ferir nenhum dos interesses vitais do conceito estratégico de cada um dos Estados-membros”. Algo que implica “um exercício que exige método, persistência, organização, recursos e razoabilidade” (Moreira, 2009b, p. 256).

O tempo está a encarregar-se de mostrar a reduzida vontade política para a realização – efetiva e não apenas retórica – desse exercício.

No que concerne à integração regional europeia, a união política ou supranacional, a forma mais adiantada dos cinco níveis de integração previstos por J. Viner (1950) e B. Balassa (1961), como Kopecky & Mudde (2002, p. 302) defendem, a questão deve ser dividida em duas partes. A primeira diz respeito ao grau de apoio ao fenómeno de integração europeia e dá origem a duas posições: os eurófilos e os eurófobos. A segunda refere-se ao apoio à forma como tem vindo a evoluir a União Europeia e também traz no bojo duas posições: euro-otimistas e europessimistas. O cruzamento das duas variáveis conduz ao quadro que se segue:

Apoio à União Europeia	Apoio à Integração Europeia	
	Eurófilos	Eurófobos
Euro-otimistas	Euroentusiastas	Europragmáticos
Europessimistas	Eurocéticos	Eurorejeitantes

Adriano Moreira, embora estivesse longe de ser um euroentusiasta, face à forma como Bruxelas tem vindo a impor, ao arrepio da vontade dos povos, a soberania de serviço aos Estados-membros, sobretudo aos periféricos, e por conta da opção pelo alargamento a Leste em detrimento do aprofundamento, não comungou da ideia de que as integrações regionais, designadamente a pertença de Portugal à União Europeia, representasse uma ameaça para a Lusofonia. A exemplo de Santos Neves, considerou que Portugal representava uma mais-valia para a União Europeia enquanto lusófono e uma mais-valia para o Mundo Lusófono devido à condição de membro da União Europeia. Por isso, Adriano Moreira defende que a Lusofonia representa uma janela de oportunidade, tanto para Portugal como para os restantes países lusófonos. Uma janela que exige vontade política, assente na unidade e que respeite a diversidade.

Um desejo a roçar a utopia, na perspetiva de um número considerável de lusófonos de várias latitudes. Talvez por isso uma das suas conferências, proferida no Palácio da Independência no dia 11 de maio de 2016, se intitulasse «A Lusofonia como Utopia Criadora». Nessa altura comemoravam-se os 500 anos da publicação da obra *A Utopia*, da autoria de São Thomas Morus, o padroeiro dos parlamentares e Adriano Moreira não perdeu o ensejo de colocar a tónica na necessidade da criação de uma unidade lusófona, pois, numa longa história de relacionamentos

desiguais, havia, também, espaço para um ativo, com o conseqüente respeito pela diversidade, mas assente na ideia de que “os componentes juntam, apertam, não separam”.

Voltando ao valor geoestratégico da Lusofonia, como Adriano Moreira afirmou na conferência «A Evolução da CPLP», “existe um domínio onde todos têm o mesmo interesse e a solidariedade ativa é indispensável”, pois “todos os países da CPLP são marítimos e todos têm interesse na definição das plataformas continentais”. Como tal, “uma ação conjunta na ONU seria certamente uma defesa mais segura dos interesses de todos contra ambições que não faltam”. Além disso, face ao “evidente e crescente o interesse mundial pelo transporte marítimo”, como “nenhum dos países da CPLP poderá talvez ter uma frota comercial que responda à concorrência”, não parece utópico admitir que “todos juntos, não seria impossível criar uma frota da CPLP, com a sua bandeira”. A única forma de rentabilizar o «Oceano Moreno» de Adriano Moreira. Um desiderato que implicará, como defendeu Santos Neves (2013), ir além «Mar Português» para chegar ao «Mar Lusofonês».

Como ficou patente desde o I Congresso das Comunidades, para Adriano Moreira a Lusofonia transcendia em muito a dimensão dos países lusófonos. De facto, a sua ideia aproximava-se muito dos três círculos da Lusofonia traçados por Fernando Cristóvão em 2002. Por isso, o círculo de raio menor, apesar de não se quedar pelos países lusófonos e englobar regiões como a Galiza, Goa, Damão e Diu, na Índia, Macau e Casamansa, era insuficiente, deveria ser completado pelas outras línguas e culturas de cada um dos países lusófonos e por um círculo de raio muito amplo constituído “pelas instituições, pessoas e grupos alheios aos países lusófonos, mas que mantêm com a língua e com as culturas lusófonas um diálogo de erudição, de amizade, de simpatia e de interesses vários” (Pinto, 2016, p. 6).

O «Ecumenismo Moreiriano» revê-se nessa proposta e obedece ao ditado que manda receber quem vier por bem. Um ecumenismo que, a exemplo da «Mensagem de Assis», decorrente da «nova evangelização» de João Paulo II, representa um apelo para que os lusófonos, independentemente das suas convicções religiosas e das vicissitudes económicas e das realidades político-sociais, “se reencontrem numa oração comum, capaz de dinamizar uma comum ação destinada a implantar a concórdia” (Moreira, 2005, p. 196). Oração que tenha em conta que são os atos e não as palavras que rezam por nós.

À GUIZA DE BALANÇO

A Lusofonia ocupou, desde cedo, um lugar de destaque no pensamento de Adriano Moreira. A sua doutrina, aquilo que designo como «Ecumenismo Moreiriano», não esquece que a colonização, por muito que tenha envolvido uma dimensão de cariz humanitário, deve ser vista à luz da ideia segundo a qual o Poder é uma relação desigual. Por isso, querer passar a ideia de que a colonização portuguesa não obedeceu a esse ditame representa uma falácia.

No entanto, como Adriano Moreira não se cansava de enfatizar, há que levar na devida conta a maneira portuguesa de estar no Mundo. Algo que desafiou as decisões provenientes da Metrópole. A forma como os marinheiros, os soldados e os colonos portugueses se relacionaram com «O Outro», mesmo que numa situação de superioridade, não difere muito daquele

que foi o modo da diáspora portuguesa, quando colocada numa situação de dependência.

A meu ver, foi nesse facto que Adriano Moreira vislumbrou a possibilidade da Lusofonia. Não como uma forma de branquear o passado, mas como um meio para potencializar o futuro. Uma posição que bebeu influência em Agostinho da Silva, o sonhador do «Quinto Império». Uma ideia em que muitos viram, de forma apressada e ideológica, o desejo de um neocolonialismo. Algo que não estava no horizonte tanto de Agostinho da Silva, quando disse que “Portugal só será quando for o mundo inteiro e o mundo inteiro o for” (Silva, 1992, p. 23), como de Adriano Moreira.

Em vários livros e conferências, Adriano Moreira fazia questão de recordar que o reitor marxista de Brasília, Darcy Ribeiro, insistia em dizer que Portugal seria diferente sem Camões, a Espanha não seria a mesma sem Cervantes, tal como o Brasil sem Gilberto Freyre.

Na minha opinião, mesmo descontando o peso de um quarto de século de convivência, aprendizagem e amizade com o Mestre, acredito profundamente que a Lusofonia seria outra sem Adriano Moreira.

REFERÊNCIAS

- Antunes, M. (1999). *Téoria da Cultura*. Lisboa: Edições Colibri.
- Balassa B. (1961). *The theory of Economic Integration*. Homewood, Illinois: Richard Irwin.
- Braga, J. (1996). *José Aparecido: o homem que cravou uma lança na lua*. Lisboa: Trinova.
- Cristóvão, F. (2002). Os Três Círculos da Lusofonia, *Revista Humanidades*, n.º de setembro, 18-22.
- Habermas, J. (1990). *Écrits politiques: culture, droit, histoire*. Paris: Les Éditions du Cerf.
- Kopecky, P. & Mudde, C. (2002). The Two Sides of Euroscepticism. Party Positions on European Integration in East Central Europe. *European Union Politics*, vol. 3 (3): 297–326.
- Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Lusófonas.
- Moreira, A. (2019). *A Nossa Época. Salvar a Esperança*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Moreira, A. (2018). Portugal no Mundo. A arena global. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Moreira, A. (2009a). *A Circunstância do Estado Exíguo*. Loures: Diário de Bordo.
- Moreira, A. (2009b). Pontos críticos da CPLP. In *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Tomo XL, pp. 253-259.
- Moreira, A. (2005). *Notas do Tempo Perdido*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Moreira, A. (1977). *O Novíssimo Príncipe. Análise da Revolução*. Lisboa/Braga: Intervenção.
- Neves, S. (2013). *A Hora da Lusofonia. Para uma crítica da razão lusófona*. Lisboa: Edições Lusófonas.
- Ortega y Gasset, J. (1998). Sobre la expresión fenomeno cósmico. El espectador VII. *Obras completas*, Vol. II. Madrid: Alianza.
- Pinto, J. (2005). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- Pinto, J. (2007). *Adriano Moreira: uma visão humanista*. Coimbra: Almedina.
- Pinto, J. (2009). *Estratégias da ou para a Lusofonia? O Futuro da Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio.
- Polónia, A., Ribeiro, F., Pereira, G., Nunes, H., Alves, J., Capela, J., Alves, L. & Pereira, M. (coord.). (2021). *Não nos deixemos petrificar: reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- Silva, A. (2001). *Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*. Lisboa: Âncora.
- Silva, A. (1992). Identificação de um país ...chamado Portugal: quinze princípios portugueses. In F. Santos Neves (org.). *O Lugar e o Papel das Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Edições Lusófonas.
- Venâncio, J. (1996). *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias*. Lisboa: Vega.
- Viner J. (1950). *The Customs Union Issue*. New York: Carnegie Foundation for International Peace.

ARTIGO DE HOMENAGEM AO SENHOR PROF. ADRIANO MOREIRA, FUNDADOR DA AICP POR OCASIÃO DO SEU 60º ANIVERSÁRIO

*António Rebelo Duarte*¹

V/Alm. REF

(Académico de Número da AICP)

O presente texto decorre da circunstância de o Prof. Adriano Moreira, presidente por largos anos da SGL, ter escolhido esta prestigiada instituição para sede da AICP – por si criada em 1965 –, razão para uma justa homenagem, em boa hora decidida pela presidente do Conselho Académico, Prof.^a Maria Regina Mongiardim, num simples propósito de enaltecer a indelével marca académica e cultural deixada pela figura impar do seu “*founding father*” e impulsor nessas vertentes, como em muitas outras da sua vida dedicada ao serviço do País e da causa pública da Pátria que tanto amou e defendeu.

Crente da vossa indulgência, permitam-me uma simples declaração de interesse, perante possíveis derivas provocadas pela relação umbilical que o fundador da AICP também criou com a MGP e de que eu próprio fui regular testemunha e privilegiado beneficiário.

As Forças Armadas (FA’s), mas muito em particular a Marinha lembrar-se-á, sempre, da ligação mantida desde 1956², com o inspirador de tantos e tantos oficiais, seus alunos e auditores dos cursos do extinto³ Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG), nos domínios da Defesa Nacional, Estratégia e RI’s. Anotaria ainda que essa relação, diria mesmo afeição, por parte do Senhor Professor à Marinha, viria a ter um incremento muito significativo, nos tempos atribulados que se seguiram à revolução de 25ABR74, quando, na decorrência de muitos desmandos e afrontas gratuitas, o ISNG foi – nas palavras do próprio – “*a única instituição*

¹ Director do Instituto Dom João de Castro (2009-2021); presidente (2019-2022) e vogal (2023-) do Conselho Académico da AICP. Membro da Direcção da SGL. Membro Emérito da Academia de Marinha;

² Foi nessa data que o Director do ISNG, Almirante Marques Esparteiro, convidou o então jovem Professor para proferir uma conferência subordinada ao tema “*Política Ultramarina Mundial – A Conjuntura Colonial Mundial*”, iniciando-se, assim, um relacionamento amistoso e colaborativo com a Marinha, a que não foi alheia a influência do Almirante Sarmento Rodrigues, como ele orgulhoso transmuntano e a ele ligado pela partilha de convicções comuns, como aliás ressalta em muitos escritos e afirmações que ao longo da vida foi produzindo;

³ Em SET2005, integrando-se em 2006 no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), denominado, desde 2014, Instituto Universitário Militar (IUM);

que o poupou à injustiça, desconsideração e dano de um saneamento político e forçado exílio, que escapavam a qualquer normal entendimento”.

POR TUDO, OBRIGADO MESTRE.

Não é tarefa fácil recordar alguém que se revelou personagem tão ímpar da nossa história contemporânea, como homem livre e convicto, receptivo a correntes e movimentos que marcaram a sua vida, sem negação ou subordinação; desse alguém que pautou uma intensa intervenção social, cultural, científica e política, pelos preceitos da liberdade e patriotismo e os caminhos e cânones cristãos, com uma participação constante nos mais variados tempos, contextos e circunstâncias, reveladora, em toda a sua plenitude, de uma exemplaridade de vida cívica só ao alcance de figuras de estatura e luminosidade próprias, e, por isso, merecedoras de lugar cativo no virtual Senado da República e, naturalmente, nas nossas memórias e afectos.

Falamos, obviamente, de uma personalidade com enorme e reconhecida reputação pública, científica e humanista, cuja obra mereceu e granjeou profundos admiradores, constituindo um legado e contributo de enorme magnitude, que não se apagará, porque só ao alcance dos mestres e principais pensadores do conservadorismo europeu, da segunda metade do século XX: prudentes, avisados e sabedores, em palco público, onde também ganhou lugar de honra Adriano Moreira.

Nessa perspectiva, foi um reformador da antiga Escola Superior Colonial, que transformou no ISCSPU - actual ISCSP, da Universidade de Lisboa –, direccionando-o para as Ciências Sociais, RI's e Estratégia, e de que foi mestre e director emérito, para além de inspirador e artífice da referida formação dos quadros superiores das FA's, em cujas instituições de ensino superior leccionou, por várias décadas, timbrando uma inesquecível posição intelectual sobre os destinos da Europa e do seu amado país e povo.

No primeiro caso – Europa –, avaliou-a com expectativas favoráveis, mas prudentes, provavelmente por temer o domínio dos poderes centrais sobre os Estados mais pequenos e periféricos, tal como hoje se verifica relativamente às projectadas novas adesões à União e às alterações nos Tratados, designadamente, no que respeita à regra da unanimidade.

Já quanto ao seu país, Adriano Moreira sempre o olhou na óptica do humanismo cristão, sem esconder especiais preocupações acerca da sobrevivência da secular Nação portuguesa, empenhando-se em prolongá-la culturalmente, através da lusofonia e da acção diplomática, concertada entre os diversos Estados saídos do antigo império lusitano, e vigiando as condições internas e externas das nossas instituições (políticas, mas também sociais, económicas e espirituais), face às actuais “*circunstâncias do Estado exiguo*”, que tão brilhantemente conceptualizou à luz da “*teoria da complexidade crescente*”.

Já nesta III República, viria a assumir funções parlamentares como deputado e presidente do CDS e, posteriormente, Membro do Conselho de Estado. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e Professor Catedrático do ISCSP, exerceu outros variados cargos administrativos e científicos na academia, recebendo numerosas condecorações do Estado Português e de instituições estrangeiras, incluindo importantes títulos honoríficos, nomeadamente de Professor Emérito e Doutor *Honoris Causa*, por mais de uma dúzia de Universidades.

Adriano Moreira, acima de tudo e recorrendo aqui ao oportuno e incisivo enaltecimento por parte do Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que passo a citar: “... *teve, no princípio e no fim, o patriotismo, a crença num Portugal de plataformas entre culturas, civilizações, oceanos e continentes ... (patriotismo esse) ... incompatível com a distração, o descaso ou a minimização do papel das Forças Armadas ...*”.

Compreender-se-á melhor agora, o quão difícil é uma modesta tarefa *laudata in memoriam* de um português de excelência, nascido na terra que não escolheu, mas onde, por acto de amor, decidiu ficar ligado até ao fim, numa opção e atitude que nos convida a classificá-lo como um transmontano de gema.

Vou aliviar um pouco essa tamanha responsabilidade pessoal, cingindo-me àquilo que foi idealizado e concretizado pelo Prof. Adriano Moreira, como a criação da AICP, naturalmente sem deixar de a inscrever no respectivo contexto histórico e político, assumindo a sua ininterrupta presidência até 2010 e depois da presidência do Dr. Carlos Monjardino (2010-17), até OUT2019, altura em que cedeu o lugar a um novo Conselho Académico então eleito sob a presidência do fundador, e a que tive a honra de pertencer e de ser tão magnificamente sucedido pela actual presidente, a diplomata jubilada Prof. Maria Regina Mongiardim.

À dificuldade, e também responsabilidade, de evocação de uma figura como a do Prof. Adriano Moreira, acrescenta-se uma outra dupla razão: uma plêiada de figuras públicas e académicas já o distinguiram e exaltaram; depois, porque nunca se consegue abranger a plena dimensão de uma personalidade que o já falecido Almirante Vieira Matias chegou a classificar como “*um português de ouro*”.

De facto, foi um homem convicto dos seus valores, fundados nas suas raízes e pensamentos densos e profundos, também um verdadeiro institucionalista e patriota, para quem Portugal esteve sempre acima de tudo, a razão simples e total para dedicar toda a sua vida à causa pública, num desinteressado serviço ao país.

Recordamos uma pessoa, sem dúvida, de uma inteligência superior, de enorme coerência e de um trato de reconhecida afabilidade e elegância. Cultivava uma serenidade que se diria mais própria de um místico do que de um político e de um obreiro, sem deixar de ser firme e determinado na defesa das suas convicções, sempre preocupado em reflectir sobre a posição de Portugal na Europa e no mundo.

Humanista, servidor incondicional da causa pública, é também recordado pela sua actividade política, antes e depois do 25 de Abril.

Quando, em 1961, o Professor Adriano Moreira tomou posse da pasta governativa dedicada ao Ultramar, iria encontrar um adverso cenário internacional e ver-se confrontado com um desafiante quadro situacional a nível da política nacional⁴. Foi, então que, contra ventos e marés, avançou com a célebre revogação do Estatuto dos Indígenas Portugueses das

⁴ Recordar-se o assalto ao Paquete “Santa Maria” por Henrique Galvão (JAN61), a tentativa de libertação dos presos das cadeias de Luanda e os massacres orquestrados pela UPA no Norte de Angola (FEV), o golpe militar do General Botelho Moniz (MAR) e a ocupação de Goa, Damão e Diu pela União Indiana (DEZ)

Províncias da Guiné, Angola e Moçambique⁵, numa tentativa de alavancagem para a constituição de sociedades multirraciais e a intensificação do povoamento europeu.

Uma colonização portuguesa em África que ganhou uma emigração mais expressiva na parte final da nossa presença de cinco séculos. De facto, só depois da concretização das designadas “campanhas de pacificação”, que se estenderam de finais do século XIX até à I Guerra Mundial, é que foi possível começar com a ocupação efectiva dos territórios coloniais, através da administração civil e do estabelecimento de colonos, ainda que só depois da década de 50 do século passado se possa falar com mais critério de uma política sistemática de incentivos à fixação de portugueses especialmente em Angola e Moçambique, retornados ao território de partida na decorrência do 25ABR74 e consequente reconhecimento pelo Estado português do direito à autodeterminação e independência das respectivas populações autóctones.

Ao invés do pensamento partilhado pelo Governo de que fez parte, a sua consciência instou-o a promulgar, por sua própria iniciativa, um extenso pacote de medidas visando eliminar as formas mais arcaicas de exploração colonial, como os contratos e as culturas obrigatórias, e de discriminação racial (a referida revogação do indigenato), legislação que veio consagrar a extensão da cidadania portuguesa aos locais daqueles territórios e, consequentemente, impulsionar a constituição de sociedades multirraciais no Ultramar, por via da intensificação daquele povoamento europeu. Foi por aí que os seus colegas do executivo mais conservadores começaram a pressionar o chefe do governo com vista à anulação das referidas medidas, culminando com o seu célebre despacho no Forte de Santo António da Barra, em S. João do Estoril, com Salazar a aproveitar para o aconselhar à mudança de tais políticas causadoras de incomodidade nas figuras mais radicais do regime, tendo, então, tranquilizado o seu interlocutor com a conhecida resposta de que “*seria mais fácil e operativa a mudança de ministro*”.

Depois de deixar a política activa, já à frente da SGL, continuou a defender a lusotropicalidade, com a realização de dois Congressos das Comunidades Portuguesas no Mundo, e a quem se ficou a dever, na altura, a inspiradora ideia e brilhante iniciativa de promoção da Congregação Geral das Comunidades Portuguesas, com inauguração da Sala Algarve da SGL, de onde saíria a União das Comunidades de Cultura Portuguesa – e a própria AICP –, registando-se o seu 1º Congresso em Lisboa e Guimarães (em 1965) e a 2ª edição em 1967, desta vez repartida por Angola e Moçambique (Ilha de Moçambique), desenvolvimentos estes que nos levam a admitir a sua crucial e prematura influência na posterior edificação da CPLP, em 1986, sob os auspícios do Embaixador brasileiro, Aparecido de Oliveira. Precisamente por se tratar das comunidades e cultura portuguesas, não será despidendo recordar a ideia insuflada pela obra de Gylberto Freire e tida em consideração por Adriano Moreira, no que concerne à singular concepção temporal, de fusão do passado, presente e futuro, a destapar as ambiguidades e contradições de uma época falante de comunidade lusotropical, enquanto realidade pretérita herdada dos séculos XV e XVI, ou também como contemporânea realidade viva em termos de futuro, destino e idealização.

Foi, sobretudo, como projecto que aquela ideia de comunidade lusotropical sobreviveu ao seu autor, após o fim do império português, transmutada agora na CPLP e na narrativa

⁵ Decreto-Lei n.º 43893, de 06SET1961;

política e ideológica mais consensual e actualizada sobre a posição de Portugal no mundo que ajudou a descobrir, tendo por base os valores comuns que foi semeando nos vários trópicos em que desenvolveu a acção colonizadora, a qual, com todos os seus activos e passivos, é o que está na origem das afinidades existentes, com o possível e inerente activo de peso patrimonial. Pena foi que essa ideia de integração das diversas comunidades e sua descendência, espalhadas pelo mundo, tivesse sido desperdiçada em 1974, inviabilizando a formação de um bloco supranacional tão forte como o da Comunidade Britânica, tese, aliás, defendida em Lisboa, em 1980, durante um outro Congresso das Comunidades, inspirado precisamente em Adriano Moreira e dirigido pela Secretária de Estado da altura, Prof.^a Maria Manuela Aguiar.

A ganhos ou perdas de inventário, o facto é que foram séculos de convívio e partilha de culturas, para além da língua portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, por esse idioma comum e por uma visão partilhada do desenvolvimento e da democracia –, um sonho também ele ambicionado por muitos ao longo do tempo. Esta ideia foi bem clarificada pelo então MNE, Dr. Jaime Gama, no decurso de uma visita oficial a Cabo Verde, em 1983, ao afirmar, cita-se: *“O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América, seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado e de Governo, promover encontros anuais de Ministros dos Negócios Estrangeiros, efectivar consultas políticas frequentes entre directores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar”*.

Pena que a realização prática nem sempre materialize as refulgentes ideias. Talvez tivesse merecido ouvidos mais crentes e apurados! Apesar de tudo, ganhou terreno o referido processo da década de 90, pugnado pelo Embaixador brasileiro em Lisboa, com o primeiro passo concreto de criação da CPLP culminado em São Luís do Maranhão (NOV1989), por ocasião do 1º encontro de chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe), a convite do então Presidente brasileiro, José Sarney, um encontro de onde sairia a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com a finalidade de promoção e difusão do idioma comum da Comunidade.

Em consonância com as avaliações sobre as iniciativas realizadas na década de 60 do século passado pelos participantes estrangeiros nos referidos congressos das Comunidades Portuguesas, incluindo a fundação da União das Comunidades Portuguesas e da AICP, poder-se-á afirmar que o seu inspirador, o Prof. Adriano Moreira, deixou um riquíssimo e indelével legado pessoal, só ao alcance de quem serve patrioticamente o país, com a sabedoria e a simplicidade de um visionário com lucidez prospectiva no acompanhamento de um mundo, já naquela altura, em transformação acelerada. A AICP representou, sem dúvida, mais um marco do percurso por si empreendido, abrangendo diversos domínios da exemplar e profícua intervenção cívica, nomeadamente no que respeita à cultura e marca portuguesas que o mundo vinha vislumbrando.

Compreender-se-á, assim, o aproveitamento da AICP de todas as oportunidades para cumprir um dever e responsabilidade de reconhecer todo o eminente empenho, saber e notoriedade

só ao alcance de poucos como o apelidado “*português de ouro*”. Entre as sessões de homenagem que lhe foram dedicadas, realçaria: NOV2019, pouco tempo antes do confinamento imposto pela pandemia da Covid-19, com outorga do título de Académico de Mérito da “sua Academia”, contando com a comunicação do seu grande amigo e nosso Vice-presidente, Prof. José Filipe Pinto, sob o título “*Adriano Moreira: o Homem, o Pensamento e a Obra*”, traços que o autor deduziu da privilegiada convivência que foi mantendo ao longo dos anos com o Professor, considerado pelo seu amigo e antigo Presidente da Assembleia da República, António Almeida Santos, um verdadeiro “*pensador, pedadogo, político e um raro ser humano*”; também de marcante simbolismo foi a homenagem póstuma que lhe foi dedicada em sessão especial, logo no início de 2023 (24FEV), decorridos cerca de 4 meses após o seu falecimento em 23OUT22, convidando para o efeito um conjunto de individualidades de relevo da vida pública, a começar pela sua filha e nossa Académica, Dr.^a Isabel Moreira, o antigo Chefe do Estado-Maior da Armada, Alm. Macieira Fragoso, o Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor Luís Ferreira, a Prof. Doutora Alice Trindade, Vice-presidente do ISCSP, e o Prof. Doutor José Carlos Gentili, Presidente Perpétuo da Academia de Letras de Brasília e Membro Correspondente desta Academia. Neste calendário de homenagens, de referir ainda a atribuição, por decisão do Conselho Académico de OUT2020, do prémio “*Pro-dignitate Maria de Jesus Barroso*”, aliás, criado pelo próprio Prof. Adriano Moreira em honra da prestigiada personalidade e sua amiga, entregue pela sua filha, Dr.^a Isabel Barroso Soares, juntando-se, assim, mais este prémio às muitas distinções que o laureado recebeu ao longo da sua vida pública e académica.

Foi, pois, no decurso desta sua vida de plenitude e exemplaridade, que fez nascer, em 1965 a AICP, cujo diploma fundador realça, como objectivo, a salvaguarda da herança cultural, partilhada pelas comunidades portuguesas dispersas por um mundo que, nessa década e já nas anteriores, se vinha descentrando das, até então, prevaletentes visões eurocêntricas ou ocidentalistas. De facto e como já referido anteriormente, o aparecimento da AICP foi fruto da Congregação Geral das Comunidades Portuguesas, realizada dois meses antes (DEZ1964), projecto que se consolidou com a coadjuvação do seu íntimo amigo e vice-presidente, Padre Joaquim Aguiar, cujo dramático falecimento, em 01OUT2004, também acompanhou. Uma dupla que evidenciou um enorme grau de empreendedorismo cultural, onde se inclui também o estabelecimento do Instituto Dom João de Castro e do Colégio Pio XII, que o Padre Joaquim Aguiar constituiu como um porto seguro para estudantes universitários provenientes de todas as parcelas do país de então.

O Prof. Adriano Moreira associou também à fundação da AICP, uma reputada pleiade de membros constitutivos e figuras de inequívoco brilhantismo científico e cultural, designadamente António da Silva Rego, Armando Cortesão, Armando Gonçalves Pereira, Reboredo e Silva, Costa Freitas, Jorge Dias, Azeredo Perdidão, José Nosolini da Silva Leão, Luís da Câmara Pina, D. Manuel Trindade Salgueiro e Virgínia Rau, com os quais mantinha uma relação de cúmplice proximidade e sólida amizade.

E porque estamos em momento de homenagens e recordações, é justa uma referência a outra personalidade da vida académica e universitária já também desaparecida e a quem a AICP muito deve a esse seu Membro Emérito (empossado na sessão de 26FEV2020), como,

reconhecida e regularmente, o Prof. Adriano Moreira o distinguia pela sua dedicação às duas instituições. Falamos do antigo vice-presidente e Secretário-Geral Perpétuo da SGL, o Prof. Pereira Neto, que infelizmente também já nos deixou.

Voltando ao legado do Prof. Adriano Moreira na AICP, é imperioso mencionar o sentido certo da sua percepção e visão acerca da necessidade de promoção dos valores culturais e científicos em prol da salvaguarda das heranças junto das comunidades da diáspora espalhadas pelo mundo, a finalidade última e propósito da criação da AICP, fazendo com que pautasse a sua actividade por uma judiciosa e continuada programação das suas iniciativas e sessões durante estas seis décadas de existência.

Ao longo desse tempo, muito beneficiou a AICP da intervenção cívica e do papel inovador do seu fundador, ao introduzir, no ano lectivo de 1955/56, o estudo do luso-tropicalismo no programa da cadeira que ministrava – Política Ultramarina –, no 2º ano do curso de Altos Estudos Ultramarinos, mais tarde ISCSP e adstritos Centro de Estudos Sociais e Políticos (CESP) e Junta de Investigações do Ultramar, onde aquela doutrina de Gylberto Freire não passou em claro, inspirando numerosos trabalhos teóricos e de campo, incluindo dissertações de licenciatura e doutoramento.

Na sua continuada e profícua reflexão geopolítica do Sistema Internacional, dedicou especial atenção à valorização das remanescentes expressões culturais de um tempo passado, que deveriam sobreviver a um conceito por si desenvolvido e a não olvidar, baptizado de “*tempo tribulô*”, caracterizado como aquele que: “... *exige simultaneamente a preservação da memória, a percepção da conjuntura e a intuição dos valores, para não acontecer que se viva e decida fora do tempo ...*”.

Também por isso, a salvaguarda de uma herança cultural, implícita nesta celebração, é um indubitável exercício de preservação de memória, que, por sua vez, induz a defesa dos valores, símbolos e expressões de uma cultura, naturalmente coabitante com outras culturas, que têm, elas também, o mesmo repositório de elementos materiais e imateriais para preservar.

Não admira que tenham sido múltiplas as suas actividades públicas, nomeadamente, de estadista, políticas, académicas e culturais, como foi o caso da Academia que hoje o volta a homenagear. Foi uma vida muito longa com algumas vicissitudes e plena de desafios, mas sempre firme na fidelidade aos seus valores figurados pelo “*eixo da roda*”, às suas raízes, que o mesmo é dizer à família que o viu nascer e àquela que veio a criar, à sua Fé cristã, ao cuidado com os outros, em especial os mais necessitados, e à promoção da concórdia e da paz.

O facto de estar permanentemente à frente do seu tempo, aliado a uma extraordinária capacidade de mobilização de vontades e à tenacidade trasmontana que o caracterizava, suportadas pela bênção de uma longevidade lúcida, tornaram-no um interveniente privilegiado na transformação do País, um participante activo, com grande sentido de missão, um pedagogo, um político, um europeísta, que foi crescendo como “*voz autorizada e respeitada*”⁶.

Por todo este reconhecimento da entrega e contributo de um gigante e exemplar senador da República, compreender-se-á facilmente o porquê de mais esta homenagem promovida

⁶ Como referiu o catedrático do ISCSP, Prof. Ramos Pinto (2022);

pela AICP, cuja presidente, a Prof.^a Maria Regina Mongiardim, em boa hora, decidiu enaltecer o pai e mentor desta casa aberta a todos, uma Academia cujo objectivo se fixou na salvaguarda da herança cultural portuguesa espalhada pelo globo, rememorando justamente um grande português, um cidadão do Mundo, de visão muito clara sobre a forma como os passados constroem os presentes, e como estes os recordam de formas tão diversas, dependendo da geografia e do momento onde a memória é exercida, uma tarefa nada simples, mas imprescindível.

Esta celebração tem também como objectivo a necessidade de manter viva a chama inspiradora do seu criador, o Professor Adriano Moreira, que a lançou e acarinhou, albergando-a fisicamente na sua outra casa, a SGL, uma Instituição que ele também apoiou e para a qual trabalhou ao longo da vida, fazendo-o porque, como descreveu o seu amigo de longa data, Prof. José Carlos Gentili, já referenciado como presidente perpétuo da Academia de Letras de Brasília e Académico Correspondente da Academia, e passo a citar: “*Adriano Moreira foi um integrador de pessoas e mundos. A lucidez, aliada à extraordinária vastidão de seus conhecimentos, permitiu que o longevo transmontano, em seu recolhimento de vida, continuasse, qual oráculo grego, a espargir ensinamentos a todos aqueles que o circundaram, fascinados com a sua extraordinária capacidade de antevisão geopolítica, aliada a um invejável tirocínio mundial, abarcando o período de esbatimento do relevante papel da ONU, na decorrência da II GM*”.

Ainda hoje os seus livros, nomeadamente “*Este é o tempo*” e a “*Circunstância do Estado extinguido*”, constituem a eloquência e antevisão certa do prolífico escritor, autor de obras que o tempo não destrona, para além da “*Espuma do tempo*” e a “*Nossa Época*”, pontificando os seus pensamentos e perspectivas geopolíticas e fazendo das suas reflexões e escritos um acervo literário extremamente valioso e impreterível.

Perto do fim desta singela, mas sentida homenagem, em que se procurou trazer à colação o imenso legado de uma vida de plenitude e eleição, como foi a do nosso fundador, o que só pode trazer uma profunda razão e incomensurável responsabilidade a abater-se sobre os continuadores da AICP, em ordem à preservação de tamanha herança e prossecução da tarefa de valorização da herdada arquitectura histórica e cultural, enquanto matriz identitária portuguesa, por via de parcerias e plataformas de cooperação, com as dificuldades próprias fáceis de imaginar por conexão com a sensível exiguidade dos recursos orçamentais atribuídos pela tutela ministerial da Cultura.

Apesar destes constrangimentos, a AICP continuará a pugnar por honrar a obra deixada pelo Prof. Adriano Moreira, através de um cuidado planeamento de actividades centradas no reforço do acervo representado pela herança social e cultural, incluindo a da língua, no âmbito das comunidades espalhadas pelo mundo e nas relações com os países de origem ou acolhimento, como é o caso dos membros da CPLP, tudo isto com o indefectível e precioso apoio, funcional e de secretariado da nossa casa-mãe, a SGL.

Nesse propósito de acção estratégica inscreve-se a cooperação com as congéneres instituições culturais e académicas, nacionais e estrangeiras (com especial ênfase nos países membros da CPLP), através, nomeadamente, de iniciativas conjuntas, a nível de colóquios, conferências, permuta de trabalhos e publicações, apresentação de livros, com especial destaque para

a obtenção do Estatuto de Observador Consultivo na CPLP (em 2022), Comunidade que apadrinhou a recente programação da AICP para a rentrée de 2024, de colóquios alargados aos seus membros mais distanciados, Brasil e Timor-Leste.

Terminamos esta sentida evocação da figura fundadora da AICP, sublinhando mais uma vez a sua exemplaridade cidadã e de serviço público, apenas ao alcance de quem se elevou ao patamar do patriotismo, nos diversos domínios do saber e da política, mas que estas simples e curtas linhas se quedam muito aquém da cobertura em toda a sua dimensão e volumetria e que naturalmente vai para além da importância da AICP criada pela sua mão, vontade e visão.

Porque foi por sua mão que tomei posse como académico da AICP e pelo privilégio de me ter considerado seu amigo, e por todas as demais razões – que os colegas académicos também, certamente, sublinharão –, que eu tentei exteriorizar sincera e francamente, que me perfilo em sentido e arrebatção perante o patriota, partido desta vida não descontente consigo e amado pela prestigiada família que ajudou a criar, realçando a exemplaridade e elevada e ímpar craveira de Português que o Prof. Adriano Moreira bem personificou e representou como referência de vida, a todos os níveis, pelos seus dotes de agregador da família e de fer-vilhante curiosidade intelectual, própria dos espíritos inquietos que não se conformam com os limites do horizonte, na busca incessante de todos os recantos do saber, em permanente dedicação à causa pública, ciência e ensino, oferecendo-nos as suas lições, com persistência e devoção, como no primeiro dia em que deu aulas, e, aqui, aproveitando para recordar o “seu instituto”, o Instituto Superior Naval de Guerra, extinto ainda em sua vida, em 2005.

Certamente que muito mais haveria a dizer, mas pelo muito pouco que acabei de exteriorizar, sincera e francamente, acerca do meu saudoso amigo Adriano Moreira, lhe ficarei eternamente grato e envaidecido, por me ter classificado como seu bom amigo.

Obrigado Professor e parabéns pela sua exemplar caminhada ao serviço da Pátria e do País.

BEM-HAJA, ontem, hoje e sempre, inesquecível amigo, Prof. Adriano José Alves Moreira, ilustríssimo compatriota e orgulhoso transmuntano de Grijó de Vale Benfeito, Macedo de Cavaleiros!

SOBRE ADRIANO MOREIRA

FIGURA DE EXCELÊNCIA – EXEMPLO DETERMINANTE

Maria Beatriz Rocha-Trindade
Professora Catedrática / Universidade Aberta
Presidente da Comissão de Migrações / SGL

Adriano Moreira, figura de eleição no âmbito do panorama intelectual português, cujo profundo conhecimento científico e qualidades pedagógicas na área da ciência política projetaram justamente o seu nome, tanto ao nível nacional como internacional, constitui marca inesquecível que mantém até hoje o mesmo brilho.

Será, pois, sobre este mestre ímpar, a quem devo uma influência altamente positiva, realizada de forma discreta e a distância, com quem adquiri a postura que passou a acompanhar o desenvolvimento do todo o meu percurso profissional, que dirijo agradecimentos reconhecidos.

Quem o conheceu, por ter sido seu discípulo, os que tiveram oportunidade de trabalhar sob sua orientação, de o contactar ou de com ele conviver, lembram a inigualável carreira académica que, encetada na juventude, o conduziu a um encaminhamento de natureza política. Nesse âmbito, não só tendo deixado lembranças em todo o longo caminho de vida percorrido como tendo imprimido marcas visíveis na vasta obra de que é autor e se encontra publicada, exerceu reconhecida influência sobre sucessivas gerações.

Ao nível universitário, no complexo mundo académico que todos conhecemos, personalidades que merecem reconhecida projecção pública e que, pelos lugares que ocupam ou pela qualidade do desempenho de funções exercidas com reconhecido êxito, parecem inatingíveis e, seja qual for o motivo, cortam qualquer tentativa de aproximação ou relacionamento pessoal; poucos, como ele, se tornam próximos sem deixar de manter o espaço que o respeito impõe.

A constatação e reconhecimento da qualidade pessoal e profissional, por mim sentidos, relativamente à influência que o Professor Adriano Moreira exerceu ao longo de toda a minha vida, tanto enquanto estudante universitária como ao nível do exercício profissional que daí decorreu, encontra nesta altura em que justamente lhe é dedicada a manifestação de uma muito particular referência, lugar próprio para exprimir um público testemunho.

Descrita em etapas de vida ligadas à frequência e desempenho profissional ao nível universitário, ao longo do espaço de vida considerado, segue-se a enumeração da influência direta por ele prestada, enquanto meu inspirador pelo exemplo e, como colaborador, pela forma como foram partilhadas as funções.

Um olhar retrospectivo sobre mim própria recorda alguma desmotivação perante um ensino primário despojado de interesse, a que se seguiu por estrita obrigação, a frequência do curso liceal, igualmente desencorajador, ensinado de forma tradicional, sem que nenhuma expectativa tivesse surgido sobre um devir académico atraente.

Os anos que foram passando, com planos estritamente centrados sobre a constituição de uma vida familiar própria, muitos interesses de outra natureza foram despertando, surgindo. Todo um conjunto de novas descobertas e agradáveis vivências que se seguiram, vieram então a cumprir os projetos transportados desde a adolescência.

Um intervalo de alguns anos interpôs-se entre o finalizar de um período de estudo naturalmente seguido por imposição familiar e o surgir de posição própria, tomada por interesse estritamente pessoal. Espaço em que foram usufruídas as novidades de uma vida a dois, as preocupações quase exageradas de uma maternidade vivida intensamente, como «mãe de família» em dedicação exclusiva, entre muitas outras atividades características da «dona de casa». Embora deixando boas recordações, esgotou por completo o tempo disponível, inviabilizando qualquer outro projeto.

O intervalo de tempo que se interpôs entre uma quase inexplicável vontade de adquirir novos conhecimentos – o que então se designava como aumentar a «cultura geral» – e a frequência universitária realizada em Portugal e mais tarde em França, deram tempo a que tivesse amadurecido a idade e nascido a vontade de encetar novos desafios.

O curso de Administração Ultramarina aberto no próprio ano (1962-1963) em que a ele tivesse sido possibilitada a frequência, permitia a inscrição de um público feminino, o que até aí não acontecera.

Sendo curricularmente muito rico na área disciplinar das Humanidades e das Ciências Sociais, em que as matérias lecionadas por professores de altíssima craveira científica (alguns deles tendo obtido formação no estrangeiro – Bélgica, Espanha, EUA, Reino Unido...)¹ atraía o interesse e a atenção de quem o procurava frequentar; fazia compreender e valorizar a riqueza da diversidade social e cultural.

A descoberta ocasional de uma formação superior com a duração de três anos, pela leitura ocasional de um jornal diário que dava a conhecer ao grande público os elementos necessários à candidatura de potenciais alunos que pretendessem vir a frequentar um dos cursos oferecidos pelas faculdades portuguesas levou-me a descobrir, sem que tivesse esperado, não só o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina /ISCSPU como o curso de Administração Ultramarina.

Este Instituto resultou da mudança de nome, em novembro de 1962, do anterior Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU) cuja integração na então Universidade Técnica de Lisboa (UTL) em 1961, sob a dupla tutela dos Ministérios da Educação e do Ultramar, se

¹ Sem preocupações de exaustão e apenas a título de exemplo cita-se o nome de: Maria Raquel Soeiro de Brito / França - Université de Clermont-Ferrand (Geografia); Abílio Lima de Carvalho / EUA - Columbia University (Antropologia - ramo principal e Sociologia - ramo complementar), Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, Nova Iorque; Vitorino Magalhães Godinho / França - Faculté des Lettres, Université de Paris (História); Óscar Soares Barata / Bélgica - Université Catholique de Louvain (Demografia); Narana Sinai Coissoró / Reino Unido - University of London (Ciências Jurídicas); António Jorge Dias / Alemanha - Universität Rostock, Ludwig-Maximilians-Universität München, Humboldt-Universität zu Berlin (Antropologia Cultural).

deveu ao Professor Adriano Moreira, figura de relevo na academia portuguesa, no âmbito da qual desempenhou um papel de transformação assinalável promovendo a expansão das Ciências Sociais e Políticas no país.

A duração relativamente curta – apenas três anos – com um currículo disciplinar que integrava matérias diversificadas e atrativas no campo da formação jurídica, da História e da Geografia, com uma abrangência significativa nas áreas da Antropologia Física e Cultural, em que a Etnografia assumia um papel importante, criou a motivação para que realizasse as necessárias provas de admissão à sua frequência, que assim foi conseguida.

O leque de ensinamentos facilmente enquadrados numa extensa abóbada do saber antropológico, contemplando a orientação descritiva (Etnografia), a perspetiva social (Sociologia) e cultural (Antropologia), constituíam um terreno fértil e totalmente inovador, ao nível da academia portuguesa. Por outro lado, a licenciatura em Ciências Antropológicas e Etnológicas, um dos cursos que se lhe seguia e ao qual dava acesso, constituiu à época total inovação, não só pode como deve ser referido, nem que seja por essa única razão.

Tendo em conta que muitos dos que frequentavam o curso provinham (enquanto bolseiros) do Ultramar ou para ele tinham sido conduzidos enquanto funcionários responsáveis pela administração de muito extensos territórios aí situados, a preparação ministrada intencionalmente tocava temas, em que uma qualificação especializada para tal era requerida. De entre as várias saídas profissionais deste curso destacava-se o acesso à carreira diplomática.

Os dados que se seguem em anexo, respeitantes ao conjunto das cadeiras lecionadas em cada um dos anos que integrava o Curso de Administração Ultramarina, fornecem claro testemunho do que acima é referido.

No quadro do exercício profissional, perspetivar o conhecimento do território e da climatologia característicos de cada uma das províncias dos continentes africano e asiático revelava tanto o conjunto de riquezas naturais que as caracterizavam, como eram apontadas as dificuldades, as precauções a ter e os cuidados a tomar que deveriam ser considerados. Tudo era articulado sob uma perspetiva teórica de natureza descritiva em associação a resoluções aplicáveis, de natureza prática.

A possibilidade encontrada de realizar a matrícula no curso de Administração Ultramarina, lecionado no ISCSPU, enquanto mulher²; a concretização de projetos universitários realizados em França; o exercício do primeiro trabalho remunerado em Portugal, por convite para exercer funções docentes como assistente no mesmo Instituto universitário; a sua colaboração como professor prestada, por sua vez, no âmbito do Mestrado em Relações Interculturais, fundado na Universidade Aberta (1992)³, constituem programas, em que as decisões por

² ISEU – Organização Atual e Condições de Admissão – 1962: “Podem matricular-se no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (Universidade Técnica de Lisboa) os indivíduos de ambos os sexos que reúnam as condições legais de admissão”, p. 5.

³ O Mestrado em Relações Interculturais que, pela primeira vez, foi lecionado em Portugal na Universidade Aberta (UAb) procurou criar um programa de formação que, visando não só abordar a compreensão da diversidade social e pluralidade cultural, também pretendia conferir uma formação profissional orientada pela filosofia intercultural.

ele tomadas e envolvimento pessoal assumido, de forma direta ou ainda que indiretamente, exerceram uma forte influência, através da prática letiva exercida e dos conselhos prestados.

A clareza de um discurso atrativo, muito próprio, espelhou desde sempre a certeza das convicções que mantinha, pelo que o legado dos valores éticos que em permanência foi transmitindo, conseguiu atingir muitas das sucessivas gerações entre as quais me incluo.

Ao longo do decorrer dos anos, o relacionamento que ocorre em qualquer dos espaços de interação e de convivência não só influencia a nossa própria maneira de pensar como condiciona a correspondente maneira de ser e de estar.

E, nessa perspetiva, a proximidade tanto da família de nascimento e de criação como a das pessoas com quem se convive e, nesse âmbito, particularmente a dos docentes que conosco interagem regularmente, desempenha um papel fundamental.

O processo de socialização iniciado ao nascer, que se desenvolve pelo crescimento físico e intelectual até ser atingida a idade adulta, caminha lenta e progressivamente para o envelhecer de cada um de nós, atravessando diversas etapas de aprendizagem, cujo volume de aquisição de conhecimentos varia de forma e intensidade diferentes, assumindo um crescendo que se estabiliza e, posteriormente, enceta uma continuada regressão.

O meio envolvente ao longo do crescimento de qualquer um de nós proporcionando, dificultando ou mesmo impedindo estabelecer contactos que modelam formas de vivência e de interação, regula os relacionamentos entre quem convive, constituindo um pano de fundo onde se desenvolve a nossa maneira de pensar e capacidade de agir.

Neste âmbito, torna-se imprescindível considerar, entre muitas outras e diversas situações, a existência de dois espaços institucionais de inserção social que, pela sua importância devem ser obrigatoriamente evocados – o familiar e o académico – qualquer deles assumindo um papel decisivo, enquanto realidades determinantes no processo em que atuam e lideram.

Quer ao nível da formação individual da personalidade como na construção da própria maneira de ser e modo de se comportar em sociedade, ao nível individual e coletivo, todos os elementos intervenientes em articulação ou em conjunto influenciam o produto final.

A permanência dos dois quadros anteriormente referidos, enquanto realidades existentes, reconhecidas como necessárias e insubstituíveis, assumem um papel determinante na formação da personalidade individual e potenciam qualidades próprias que individualizam cada ser humano, através das atitudes de passividade e aceitação, de resiliência ou de formas de luta pela aquisição de novos bens materiais e intelectuais.

Ao nível da educação formal, que atravessa vários níveis de aprendizagem, tanto em espaço público como privado, professores de formação disciplinar diferente são conduzidos a enfrentar públicos discentes de auditores situados em várias idades – crianças, adolescentes, jovens e adultos.

A forma de contornar eventuais dificuldades e a capacidade de conquistar os estudantes, embora muito dependa do exercício das qualidades letivas adquiridas por quem ensina é muito individualizada.

A relação entre cada docente e os seus estudantes que, naturalmente, se equaciona e desenvolve de maneira distinta, assumindo configurações próprias em cada nível de ensino, não raras vezes desempenha um papel determinante na orientação e encaminhamento de vida

académica. Entre a diversidade que caracteriza cada uma das situações existentes, distinguem-se os que permanecem, por bons e maus motivos, na recordação dos que foram alunos.

Nem sempre se procura adquirir conhecimentos em função de um objetivo bem definido ou de um tema bem preciso, que constitua o alvo que possibilitará vir a conseguir uma especialização, um aprofundamento ou o exercício de uma dada atividade profissional, em que o objetivo prosseguido traduza simplesmente a procura de uma multiplicidade de informações.

Identificando o que vulgarmente se designa como “cultura geral”, o caminho a percorrer na aprendizagem, podendo ser diversificado, conduz à reunião de informações que se acumulam, articulando saberes numa tessitura de elementos de natureza variada.

A expressão de um reconhecimento positivo por parte dos elementos que integram o envolvimento familiar ou pelos docentes que seguem o “aproveitamento” individual em cada situação em apreço, opõem-se à desvalorização personalizada que não só empobrece como tantas vezes retira totalmente a confiança a quem é avaliado.

A relação docente-discente que naturalmente equaciona e se desenvolve de forma diferente em cada caso e assume características próprias em cada nível de ensino é determinante no processo de crescimento individual, não raras vezes, na determinação da vida académica como na qualidade da sua futura vida profissional.

As chamadas de atenção pelo que não foi realizado ou não foi conseguido atingir, semeiam amiúde a falta de confiança e, se repetidas, retiram progressivamente a vontade de continuar ou de progredir, por parte de quem delas constitui objeto de análise.

Recentremos a atenção sobre o Professor Adriano Moreira, transmontano centenário⁴, que ao correr da sua longa vida teve a oportunidade de atravessar diversos espaços sociais, defrontou regimes políticos antagónicos (ditadura e democracia) e atuou como estratega de ensinamentos inovadores que se adequaram ao tempo em que se encontrava.

O reconhecimento pela diferença social, e consequente respeito pela diversidade das formas de viver características de outros povos, constituiu a permanência do seu interesse. Fator que se repercutiu na manifesta luta revelada pelo respeito que por essa situação procurou toda a vida assegurar.

As colónias, que constituíram território físico situado em continentes dissociados do europeu em que o país se situava, também aí exercendo o seu poder político, foram até certa data local para onde a deslocação era juridicamente considerada emigração, exigindo o cumprimento de condições e formalidades previamente estipuladas.

A cidadania então atribuída aos nascidos nas colónias substituiu a condição de nacionalidade própria conferida aos nascidos na Europa. Lutou contra a diferença que oficialmente distinguia, de forma chocante, cidadãos de segunda e de primeira, revelando a preocupação por uma paridade e igualdade de direitos.

A complexidade profissional que sempre manteve, assente na orientação moral da doutrina social da Igreja, conduziram-no a combinar a intervenção política e a vida no espaço universitário, não só como docente, mas também desempenhando funções de topo na direção institucional.

⁴ Nascido em Grijó no dia 6 de setembro de 1922, veio a falecer em Lisboa a 23 de outubro de 2022.

A universidade portuguesa deve-lhe o especial e qualificado interesse que manteve pela Ciência Política, cuja lecionação formal introduziu e veio a desenvolver, através da investigação.

Merecem especial menção não só as intervenções públicas realizadas nessa mesma área, como todos os livros e artigos publicados em revistas especializadas e na imprensa. Podem, a justo título, ser evocados como trabalhos de referência.

Distinguiu-se em todas as facetas da sua vida: enquanto intelectual e pensador, ao nível da prática profissional exercida ao longo de um continuado percurso universitário, em que ocupou os mais diversos cargos, foi uma figura marcante. No âmbito da atividade política, a vários níveis e em diversos espaços mereceu, pela qualidade da sua presença o respeito tanto dos correligionários como dos adversários.

Professor de civis e de militares, dentro e fora do país, consegue aliar a inspiração cristã que orientou toda a sua vida ao reconhecimento da pluralidade social própria das pessoas, dos grupos e das comunidades existentes que a integram.

A motivação que conseguiu provocar em mim própria, enquanto jovem adulta, estudante do primeiro grupo feminino a frequentar o curso de Administração Ultramarina no ano de 1962/63, alimentou a minha sede de aprender, reforçou a confiança que, sobretudo por sua influência, fui assumindo, me caracteriza e considero dever-lhe.

A ele se deve ter sugerido o meu nome, para um contrato como assistente do ISCSPU em 1972-1973. A forma como superiormente fui tratada durante esse período quase constituiu a única razão que aí me fez permanecer mais tempo do que planeado.

Posteriormente, o ter aceite lecionar como regente a cadeira de Ciência Política - que integrava o curriculum do totalmente inovador Mestrado em Relações Interculturais, por mim fundado em 1992 na Universidade Aberta (universidade pública de ensino a distância) que então era ministrado na modalidade de ensino misto – constituiu uma surpresa e uma honra.

Subsequentemente, a sua inesperada sugestão para assumir a presidência da Comissão de Migrações na Sociedade de Geografia de Lisboa, que ainda hoje mantenho, consagrou uma ligação sustentada com a instituição, iniciada a 5 de dezembro de 1969. Foi-me grato assinalar e recordar com reconhecimento que, na regularidade mensal das iniciativas culturais desta Comissão, o Professor Adriano Moreira aceitou intervir por várias vezes, tanto presencialmente, quando lhe era possível, como a distância.

E, por fim, foram por ele relatadas as diligências desenvolvidas para que me fosse dirigido o convite para correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa⁵, cuja fundação lhe é devida (6 de fevereiro de 1965) e que reuniu pela primeira vez em Lisboa em maio desse mesmo ano⁶.

⁵ Tal só viria a acontecer após a partida do Professor em 2022.

⁶ Esta associação, enquanto órgão associativo, de natureza cultural, com propósitos de natureza consultiva foi designada por Manuela Aguiar (uma das Secretárias de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas, que mais anos manteve funções e melhor conhece o assunto, como instituição precursora do que mais tarde viria a ser criado como Conselho das Comunidades (1979).

ANEXO

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO ULTRAMARINA – DISCIPLINAS

1º ano

Princípios Gerais de Direito
Geografia do Ultramar Português
História do Ultramar Português
Etnografia do Ultramar Português
Introdução à Sociologia
Saúde Pública
Uma Língua Africana
Inglês
Educação Física e Desportos

2º ano

Direito Público e Administração Ultramarina
Economia Política
Política Social Ultramarina
Economia Agrária do Ultramar Português
Estatística
Contabilidade
Linguística Geral
Uma língua Africana Oriental, à escolha.
Inglês
Educação Física e Desportos

3º ano

Instituições Fundamentais de Direito Privado
Finanças
Migrações e Povoamento
Missionologia
Direito Processual
Direito Aduaneiro
Direito Criminal
Metodologia das Ciências Sociais
Noções Práticas de Obras Públicas, Construções e Topografia
Campismo (sábado)

BIBLIOGRAFIA

s.a., 1962, Instituto Superior e Estudos Ultramarinos - Organização Atual e Condições de Admissão, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa

MOREIRA, Adriano, 1979, Ciência Política, Lisboa, Livraria Bertrand

MOREIRA, Adriano, 1989, Comentários, Lisboa, Academia Internacional de Cultura Portuguesa

PACHECO, José Alves, 1963, Alguns Factos Históricos dos Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa, ISCSPU (datilografado)

VVAA, 1995, Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira, Lisboa, ISCSP, (2 volumes)

HISTÓRIA E CRIATIVIDADE ARTÍSTICO-LITERÁRIA

CONSIDERAÇÕES EM TORNO DE UMA ESTÉTICA DA LUSOFONIA

José Carlos Venâncio

O Professor Adriano Moreira atribuiu grande importância à cultura como vetor de aproximação de povos e Estados. Particularmente significativa, a esse respeito, foi a atenção que dispensou à lusofonia. Foi por sua iniciativa, como Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, que se realizaram, em 1964 e 1967, os congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa, a semente dessa comunidade imaginada a que damos o nome de lusofonia e que tem na CPLP a sua expressão institucional. Não será, pois, exagero afirmar-se que, a Adriano Moreira, devemos, hoje, uma significativa parte da nossa pós-colonialidade.

PALAVRAS INICIAIS

Um dos conceitos mais controversos a marcarem a contemporaneidade dos falantes de língua portuguesa é, certamente, o de lusofonia, que, identificando-os perante a diversidade do mundo, igualmente os separa. Construído sobre os escombros de um império colonial que, tendo sido seguramente diferente dos seus congêneres, não foi nem mais nem menos desumano que estes. Prevaecem, em consequência, injustiças e ressentimentos que não se desvanecem de um dia para o outro, mas que também não obstam a que se estabeleça entre os que assim se expressam um contínuo identitário que se traduz numa proximidade cultural e estética. Entenda-se, a este propósito, estética num sentido alargado, dando conta da percepção sensorial e afetiva da realidade pelos sujeitos cognoscentes (Reckwitz, 2014, pp. 20 e segs.) e não tanto como o poder de julgar ou decidir sobre o belo, como a filosofia alemã a consagrou.

Há anos que venho trabalhando e refletindo (Venâncio, 1996b;1998; 2015)¹ sobre estas matérias, ou seja, sobre o que subjaz de cultural e antropológicamente comum ao chamado

¹ Parte do material empírico, nomeadamente excertos de textos, que serviram de suporte à análise e às conclusões então tiradas, é reproduzido no presente ensaio com propósitos nem sempre coincidentes com os defendidos naqueles textos.

mundo de língua portuguesa, sobretudo no que à estética diz respeito. Pude verificar ao longo do referido processo de investigação que três regiões do então império desempenharam um papel primordial no que hoje se entende por mundo lusófono, constituindo como que o seu núcleo duro. Refiro-me ao Nordeste brasileiro, às ilhas de Cabo Verde e às cidades de Luanda e Benguela com os respetivos *hinterlands*. São regiões e/ou áreas culturais que perfazem, utilizando um conceito de Norbert Elias (1986)², uma configuração (social), cuja formação, no âmbito da expansão ou colonização portuguesa, se processou entre os séculos XVI e XIX, aquando da vigência do mercantilismo, conjuntura que, na terminologia marxista, corresponde ao capitalismo comercial.

CRUZANDO FRONTEIRAS

As três regiões em atenção são banhadas pelo Oceano Atlântico, onde se concentraram os interesses expansionistas portugueses após a perda da hegemonia de que usufruíram no Índico. Inaugura-se, com esta mudança de foco, o que alguns historiadores, numa leitura cíclica da expansão ultramarina portuguesa, entendem ser o II Império, tendo o Brasil como pano de fundo³. O ciclo coincide, por sua vez, com o início da IV dinastia, instaurada em 1640, a qual, se, por um lado, consolidou definitivamente a independência de Portugal no contexto ibérico, não deixou, por outro, de representar a perda da sua posição central no mundo de então (leitura de I. Wallerstein) e, em termos de dinâmica interna do império, o declínio de Lisboa enquanto centro de decisão. Esta última parece ter sido, com exceção do consulado pombalino, a característica dominante do II Império, evidenciada, desde logo, pela reconquista de Pernambuco aos holandeses por iniciativa e ação de forças vivas locais e pela reconquista, igualmente aos holandeses, da cidade de Luanda, em 1648, por uma armada custeada por homens de negócios brasileiros e comandada pelo que será o futuro governador de Angola, Salvador Correia de Sá e Benevides.

A ação destes e doutros agentes de uma colonização que assim se processou muito ao ritmo de interesses e vontades locais, não deixou, porém, de dar continuidade e sentido

² Norbert Elias entende a configuração como um conjunto de interdependências humanas contextualizadas no tempo (e, obviamente, no espaço), conquanto não fechadas em si. As interdependências podem ser de dois níveis: as que se desenrolam numa relação de face a face (que assumem, por isso, uma dimensão interativa) e as que acontecem num plano macro (a nível da 'tribo', da sociedade-estado, da civilização, etc...), em que a ligação se manifesta apenas através da adesão (individual) a símbolos comuns. É com este sentido que utilizo o conceito no presente ensaio, evidenciando, nomeadamente, a proximidade antropológica e histórica entre as regiões ou áreas culturais em apreço, num dado momento histórico (Elias, 1986, pp. 141 e segs.).

³ Corresponde esta nomenclatura a uma visão cíclica do império colonial português. O I Império foi o do Oriente, centrado no Índico e com a Índia por pano de fundo. Circunscreveu-se, em grande medida, ao século XVI. O II Império, centrado no Atlântico Sul e tendo o Brasil como principal objetivo, vai, pelo menos, até 1822, *i.e.* até à independência daquela colónia em 1822. O II Império, virado para África, começou em meados do século XIX e só terminou em 1975, quando as colónias africanas atingiram a independência. Cf. a este propósito, entre outros, o livro de Gervase Clarence-Smith (1990).

sistêmico a um império que, funcionando fundamentalmente como veio de transmissão entre as economias centrais da Europa ocidental e as zonas tropicais do Atlântico Sul, ligava comercial e humanamente três continentes: a Europa, a África e a América.

Nesta confluência de interesses, o Nordeste brasileiro [mais a sub-região do litoral, uma faixa de cerca de 50 km para o interior, designada por Darcy Ribeiro (1995, pp. 276 e segs.) por área cultural crioula]⁴ produzia e exportava açúcar, Luanda, Benguela e respetivos *hinterlands* exportavam mão-de-obra escrava e Cabo Verde, inicialmente com a ajuda dos “lançados”⁵, serviu de entreposto comercial desse mesmo tráfico. Assim, as três regiões em apreço partilharam, entre outras, duas características primaciais: em termos económicos, a dependência de mão-de-obra escravizada e, no que à reprodução social respeita, a sua efetivação por via da mestiçagem, fenómeno que implicou quase sempre a submissão das mulheres, reduzidas a objetos sexuais, relações que, como tal, têm sido objeto das mais diversas teorizações e apreciações no seio das Ciências Sociais (Young, 2005.; Venâncio, 1996a; Moreira, 2007)⁶. A razão principal dessa mestiçagem foi a escassez de mulheres brancas no empreendimento colonial deste período. Tal empreendimento estava, pois, fundamentalmente direcionado para exploração direta e imediata dos recursos das regiões em apreço e não propriamente para o povoamento. As relações sexuais havidas proporcionaram, em tais circunstâncias, o incremento da mestiçagem, fenómeno que, de qualquer modo, não foi nem territorial, nem temporalmente igual a si mesmo. Foi mais evidente nas regiões marginalizadas, no seio de comunidades entregues ao seu próprio destino, onde, por essas mesmas razões, os mestiços puderam granjear a obtenção de estatutos sociais melhorados. Foi o caso de Cabo Verde, onde cedo se verificou, nas palavras de Gabriel Mariano (1991, p. 71), a (...)” instalação do mestiço em áreas ou classes de preponderância social”.

⁴ Administrativamente, o Nordeste é hoje composto por nove estados federados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía. Acrescente-se o território do arquipélago de Fernando Noronha, parte do Estado de Pernambuco. A sua população é de cerca de 57 milhões de habitantes.

⁵ Portugueses e descendentes de portugueses que, por livre iniciativa e entregues à sua própria sorte, se dedicavam, na costa ocidental africana, ao comércio de escravos e de produtos locais, num período que se estende do século XVI ao século XIX, *i.e.* durante o período mercantilista e a vigência do sobejamente referido II Império. Usufruíam geralmente das melhores relações com as chefias locais, sendo que, em contrapartida, nem sempre eram bem vistos pelas autoridades portuguesas. Cf. Jean Boulègue (1989).

⁶ O registo em apreço está inserto num Parecer do Conde de Oeiras dirigido ao Rei D. José I (AHU, Angola, cx. 43, doc. 11 de 20.11.1760), em que dá conta da preferência dos poucos brancos residentes em Angola, em meados do século XVIII, por mulheres negras. (...)”os poucos Brancos, que existem olham para as Mullheres da Europa com estranheza, como extraordinarias, preferindo por quaze geral abuzo o consorcio das Negras”. Esta preferência do homem branco pela mulher negra revestida de erotismo, parece não ser exclusiva dos navegadores e colonizadores portugueses. Terá ocorrido noutros espaços colonizados pelos europeus, como é o caso da Jamaica na descrição de Edward Long na sua *History of Jamaica* (1774). Long, de origem britânica, para além de escritor e historiador, foi proprietário de uma plantação. Cf., a respeito, Young (2005, p. 184).

A ASSUNÇÃO DA DIFERENÇA

A partir dos anos 20 do século passado, o modernismo brasileiro, mormente a sua versão nordestina, o chamado Regionalismo Nordestino⁷, o Modernismo cabo-verdiano, protagonizado por escritores e intelectuais ligados à revista *Claridade* (1936) e o Modernismo angolano, já dos anos 40, marcam o início da consciencialização desta particularidade cultural.

É bem provável que a região que os intelectuais e escritores nordestinos tomaram como referente para as suas reflexões e descrições não fosse além do *hinterland* de Pernambuco e do sul da Paraíba, de onde era originário José Lins do Rego, a par de Gilberto Freyre, uma das figuras mais representativas do movimento. Os seus escritos remetem para a aceitação do que seria a (sua) região nordestina como um todo. Têm perante ela uma atitude ambígua e nostálgica. Tanto lamentam o fim do patriarcalismo vivenciado na infância (cf. o romance *Menino de Engenho* de Lins do Rego) e adolescência, como celebram o advento da nova ordem social, mais democrática e, seguramente, menos injusta, em que os velhos engenhos centrais são substituídos pelas usinas, tecnicamente mais avançadas. Este processo de mudança não foi propriamente isento de dramaticidade e sofrimento, como José Lins do Rego igualmente soube descrever com mestria no romance *Usina*.

Uma das explicações possíveis para tal ambiguidade residirá na origem social dos seus protagonistas, filhos e netos de donos de engenho (Garcia Jr., 1993, p. 32), sabendo, de qualquer modo, (...) “transformer en capital spécifique (simbólico e literário) toutes les connaissances acquises pendant l’enfance”, como, num registo bourdiano, aponta Afrânio Garcia Jr. (*Ibidem*). Este aparte é tanto mais assertivo quanto o facto de terem identificado o fim da era patriarcal com o fim da sua infância, recordada como um tempo mitológico, de equilíbrio social e, mesmo que implicitamente, de justiça.

A Manuel Bandeira, poeta nascido no Recife (a capital do Estado de Pernambuco e principal centro difusor do regionalismo nordestino), mas considerado geralmente como um representante do modernismo de São Paulo na sua versão carioca, deve-se um interessante poema a respeito, “Evocação do Recife” (in *Libertinagem*, 1930):

“Recife...

Meu avô morto.

Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro como a casa de meu

Avô”.

(Rio, 1925).

⁷ Quer para Gilberto Freyre, quer para Lins do Rego, importantes referências do Regionalismo Nordestino, este movimento nada teve a ver com a Semana de Arte Moderna, evento que foi, por sua vez, marcante no Modernismo paulista. “Para nós, do Recife, essa Semana de Arte Moderna não existiu”, escreveu José Lins do Rego (citado por Montello 1976, p. 26).

Os escritores cabo-verdianos dos anos 30 do já referido movimento da *Claridade* tiveram um percurso semelhante ao dos seus colegas brasileiros, mormente ao dos escritores nordestinos, em quem se inspiraram explicitamente, como se verifica nas palavras de um dos seus promotores, Baltasar Lopes:

“Há pouco mais de vinte anos, eu e um grupo reduzido de amigos começámos a pensar no nosso problema, isto é, no problema de Cabo Verde. (...) Ora aconteceu que por aquelas alturas nos caíram nas mãos (...) alguns livros (...) que considerámos essenciais pró domo nostra. Na ficção, o José Lins do Rego do Menino de engenho e do Banguê, o Jorge Amado do Jubiabá e do Mar morto (...) [e] em poesia foi um ‘alumbramento’ a ‘Evocação do Recife’, de Manuel Bandeira”. (Lopes, 1956: p. 5)⁸

A *Claridade* e o livro de poemas de Jorge Barbosa, intitulado *Arquipélago*, publicado um ano antes, em 1935, marcam o início da consciencialização literária e cultural em Cabo Verde. Como é deduzível do excerto, o principal objetivo do grupo era produzir uma literatura que olhasse para os verdadeiros problemas de Cabo Verde, tais como as suas limitações climáticas, responsáveis pelas constantes e prolongadas secas. Os escritores e poetas cabo-verdianos deparavam-se, nesta medida, com um quadro geoclimático idêntico ao dos seus precursores nordestinos, também eles a braços com uma sub-região, a do sertão, onde as secas eram, e continuam a ser, constantes. Neles, encontramos a mesma atitude ambígua dos escritores e intelectuais nordestinos perante uma organização social (colonial, neste caso) incapaz de socorrer os mais indigentes. A poesia de Jorge Barbosa, o romance *Chiquinho* de Baltasar Lopes (Lisboa 1947), os romances de Manuel Lopes [*Chuva Braba* (1956, 1.^a ed.) e *Flagelados do Vento Leste* (1960, 1.^a ed.)] são, entre outras, as obras que mais consubstanciam esta atitude *evasionista*, que tanto tem de ambígua, como de impotente, diferenciando-se da dos seus colegas brasileiros apenas por remeterem para um mundo extra-arquipélago e não para o tempo da infância, o reencontro consigo mesmo.

“Este convite de toda a hora
que o Mar nos faz para a evasão!
Este desespero de querer partir
e ter que ficar!”

⁸ A proximidade antropológica entre o Nordeste brasileiro e Cabo Verde, reconhecida pelos intelectuais cabo-verdianos, não foi reconhecida por Gilberto Freyre, na viagem que fez ao arquipélago a convite do então Ministro do Ultramar português, Sarmiento Rodrigues, inserto no livro *Aventura e rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção* (cf. bibliogr.). As suas observações sobre o arquipélago suscitaram, por parte de Baltasar Lopes, uma resposta, de que foi publicado um opúsculo intitulado *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre* (cf. bibl.), onde expressa a sua desilusão ou, nas palavras de Gabriel Fernandes (2002, p. 105-6), (...)”crise de referências” (...), na expressão “O Messias desiludiu-nos”.

escreve Jorge Barbosa num dos seus mais conhecidos poemas, “Poema do mar”, inserto no volume *Ambiente*, publicado em 1941. Mais tarde, Osvaldo Alcântara, pseudónimo de Baltasar Lopes, inspirado em Manuel Bandeira, chamará a esse lugar mítico de Pasárgada⁹:

“Na hora em que tudo morre,
esta saudade fina de Pasárgada
é um veneno gostoso dentro do meu coração”.

Diferente da experiência cabo-verdiana foi a angolana; mas não ao ponto de se revelar como um processo de consciencialização cultural tipicamente africano, *i.e.*, igual aos que aconteceram em grande parte do que na tradição académica e política francesa se continua a designar por África Negra. Uma das razões deste facto residirá na especificidade da relação colonial que aí se instaurou. Na verdade, a presença portuguesa na região recua ao século XV, sendo Luanda fundada em 1576. Diferentemente do que havia acontecido na colónia do Cabo, fundada umas décadas depois, em 1652¹⁰, não só os portugueses desenvolveram contactos com o povo africano que habitava a região, os *ambundu*, como os foram paulatinamente integrando na vida económica e social da colónia quer como escravos, quer como soldados (a chamada *guerra preta*), quer ainda como mulheres ou concubinas. Destes contactos nasceu uma sociedade que, sendo escravocrata e patriarcal (Venâncio, 1996a: p. 52), foi igualmente mestiça. Benguela, fundada em 1617, seguiu a mesma tendência de cruzamento de pessoas e culturas, configurando experiências que vão estar na base das primeiras manifestações modernistas e nacionalistas. Três revistas deram a conhecer estes propósitos: *Cultura* [(I) 1945-51], *Mensagem* (1951-52) e *Cultura* [(II) 1957-61]. A primeira registou, nos últimos números, a colaboração, entre outros, de Agostinho Neto e Mário António. A segunda congregou nomes como os de Viriato da Cruz, António Jacinto, Mário António, António Cardoso e Maurício de Almeida Gomes. *Cultura* (II), por seu lado, teve, entre os seus colaboradores, aquele que se veio a revelar como um dos grandes romancistas angolanos, José Luandino Vieira (pseudónimo de José Vieira Mateus da Graça).

Eram os chamados “filhos da terra”, sendo que, entre eles, muitos eram brancos e mestiços, constituindo, nessa qualidade, uma minoria privilegiada, quando comparada com a situação

⁹ E caso existisse, seria em Cabo Verde. Este paradoxo parece não ter sido entendido, nesta medida, pelas gerações vindouras, mormente por Ovídio Martins, autor do poema “Antievasão”, uma crítica explícita ao evasionismo da geração da *Claridade*.

O poema de Manuel Bandeira, em que se terá inspirado O. Alcântara, tem por título “Vou-me embora pra Pasárgada”, em *Libertinagem* (1930); “Itinerário de Pasárgada” é o título do poema de Osvaldo Alcântara, publicado pela primeira vez em 1955 (?).

¹⁰ Esta colónia, por razões que se prendem com a disposição histórico-cultural dos colonizadores e com o grupo humano local, os *khoikhoi* (pejorativamente designados pelos holandeses de *hotentotes*), manteve-se no registo do que se entende por colónia de povoamento, estatuto que, embora estivesse contemplado na Carta de Doação de Paulo Dias de Novais, não pôde ser implementado em Angola. Cf. a este propósito, W. J. de Kock (1972).

da maioria da população angolana da altura. Embora a sua postura política fosse claramente anticolonial, não deixaram de sentir a mesma angústia dos intelectuais nordestinos e, como os intelectuais cabo-verdianos, viram espelhada na nordestina a sua própria experiência social:

“Quando li Jubiabá
Me cri António Balduíno.
Meu primo, que nunca o leu,
Ficou Zeca Camaráo.
Eh, Zeca!”

diz-nos Mário António num poema intitulado “Canto de ferra”, escrito em 1952¹¹.

Da mesma forma que os poetas e escritores nordestinos, elegeram os angolanos a infância como um tempo mítico, um tempo de igualdade, como António Jacinto, entre muitos outros exemplos passíveis de ser convocados em abono desta argumentação, deixou registado no poema “O grande desafio”, publicado, em 1962, na antologia *Poetas angolanos* da Casa dos Estudantes do Império (Lisboa):

“Oh, como eu gostava!
Eu gostava qualquer dia
de voltar a fazer medição com o Zeca
o guarda-redes da Baixa que não conhece mais a gente
escolhia o Velhinho, o Mascote, o Kamauindo, o Zé
o Venâncio, e o António até
e íamos fazer um desafio como antigamente!”

Em termos muito semelhantes aos dos regionalistas brasileiros, lamentam os angolanos o fim da sociedade da sua infância, a sua *Makulusu*¹², que sucumbe ao progresso, ao crescimento urbano, ao avanço da cidade de asfalto, consequência, entre outras, do aumento do preço do café nos mercados internacionais e da chegada de novos imigrantes. Doravante, tornou-se mais significativa a diferenciação social a partir da cor da pele. A sociedade angolana abria-se, assim, aos benefícios e aos malefícios da modernização capitalista.

O MODERNISMO NA CONJUNTURA NACIONALISTA

Embora os modernismos sejam sobretudo entendidos como movimentos de índole cultural, tiveram o nacionalismo como pano de fundo, que sendo válido para Cabo Verde e,

¹¹ Publicado primeiramente em 1962, in *Chingufô: poemas angolanos* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar); republicado, um ano depois, em *100 poemas* (1963, Luanda: ABC).

¹² Bairro luandense e parte do título da obra *Nós, os do Makulusu* (Lisboa: Sá da Costa 1974) de José Luandino Vieira.

sobretudo, para Angola, tal conotação não deixou de ser igualmente verificada no Brasil, que, atingindo a independência política um século antes, logrou alcançar a chamada independência cultural um século depois, precisamente com o modernismo¹³.

Diferentemente do que acontece em Cabo Verde, o modernismo em Angola é acompanhado, se não absorvido, por um processo mais vasto, o da consciencialização da condição de negro que, a partir dos anos 30, percorre o continente. Começa por manifestar-se no chamado nativismo, passando depois ao pan-africanismo e, por fim, à negritude. Poetas como Agostinho Neto e Manuel dos Santos Lima acrescentarão, assim, à sua índole modernista, uma motivação de raiz pan-africanista.

“Ainda o meu canto dolente
e a minha tristeza
no Congo, na Geórgia, no Amazonas
....
o meu Desejo
transformado em força
inspirando as consciências desesperadas”

escreveu, a comprová-lo, Agostinho Neto, no poema “Aspiração”, inserto no *Caderno de poesia negra de expressão portuguesa*, editado, em 1953, por Mário Pinto de Andrade, segundo a crítica, o primeiro grito negritudinista nas letras africanas a exprimir-se em língua portuguesa.

Um apontamento a propósito: o compromisso com o pan-africanismo, o alinhamento do nacionalismo angolano com o quadro nacionalista prevalecente na África Negra, identificando a condição de colonizado com a de negro, numa associação que remonta, pelo menos, à Conferência de Bandung (1955) (Wright, 2008), não obstante as fricções havidas, não desmereceu, mesmo em termos políticos, a experiência modernista e o legado cultural que a suportou. O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) dos primeiros tempos, antes e depois da independência, comprovam-no. Hoje será, porventura, diferente. A economia, o paradigma neoliberal que, na sua versão periférica, redundou muitas vezes num capitalismo selvagem, apoderou-se das mentes...

UM PERCURSO À PARTE: AS ARTES PLÁSTICAS

O título deste ensaio refere, para além da criatividade literária, a artística. Esta designação, de teor genérico, restringe-se, no contexto da argumentação que pretendo continuar a desenvolver, às artes plásticas (e visuais) que, embora em patamares de menor evidência, não deixaram de dar corpo às três experiências modernistas em apreço.

¹³ Veja-se, para tanto, o programa cultural inserto no *Manifesto Antropófago* (1928) de Oswald de Andrade, para além, claro, de outras importantes peças do modernismo brasileiro, tal como o romance *Macunaima* de Mário de Andrade (1928).

No que se refere ao regionalismo nordestino, impôs-se, entre outros, um nome incontestado: o de Cícero Dias (1907-2003). Este foi, nas palavras de Dalmo Souza e Silva, “um pintor das ‘coisas da terra’ (Recife), mas que nem por isso deixou de aderir às vanguardas europeias” (p. 130). Como aconteceu com os escritores e poetas do modernismo nordestino, os seus trabalhos reproduziram as cores do Nordeste, mormente as do canavial. A sua longa estada em Paris, contactando com nomes maiores da vanguarda artística francesa, como André Breton ou Henri Matisse, não esmoreceu o seu compromisso com o Nordeste, aplicando, ainda segundo Dalmo Silva (p.132), os recursos técnicos do surrealismo e do abstracionismo aos elementos pictóricos nordestinos (Silva, 2015, p. 132; Dimitrov, 2018, p. 734). Tal como acontecera com Gilberto Freyre, nomeadamente na construção da matriz teórica de *Casa-Grande & Senzala* (1933), também em Cícero Dias é notória a influência de José Lins do Rego, o autor de *Menino e engenho* (1932), de todos, provavelmente o que melhor conhecia o canavial e o sertão nordestinos. Aliás, Gilberto Freyre foi um apreciador e um dos críticos primaciais da obra do pintor, chamando, precisamente, a atenção para as cores por ele utilizadas, fruto da luz tropical que pôde até então vivenciar. Com o seu posicionamento, deu voz a uma tendência crítica que, para além dos autores já citados, conta ainda com nomes como o de Ricardo Fabbrini, Celita Procópio de Carvalho e Mário Hélio, igualmente seu biógrafo (Hélio, 2001).

O modernismo cabo-verdiano começou por prestar pouca atenção às artes plásticas pelas razões que a seguir se apresentarão. A ter em conta as declarações de um dos “claridosos” de maior relevo, o escritor António Aurélio Gonçalves, no âmbito de uma mesa-redonda dedicada ao Homem cabo-verdiano, organizada por Almerindo Lessa (cf. entrevista a Manuel Figueira, em Venâncio, 1996b: p. 83), a aridez do terreno, a ausência de paisagens verdejantes terá sido, porventura, a razão mais significativa. Outras, naturalmente, haverá. O não investimento do poder colonial na educação das artes plásticas, a exiguidade financeira para aquisição de materiais de pintura serão, porventura, razões de grande peso. O estado de sobrevivência em que viviam as populações do arquipélago é outra razão importante, que explica, aliás, o pouco empenho que foi votado ao artesanato, situação para a qual Gilberto Freyre chamou a atenção aquando da sua passagem pelo arquipélago, no âmbito da viagem que fez pelas possessões coloniais portuguesas, a convite do então Ministro do Ultramar, Almirante Sarmento Rodrigues.

Após a independência do país, as artes plásticas passaram a merecer a atenção dos poderes constituídos, tendo, para o efeito, contribuído de forma significativa, entre outros, os pintores Manuel Figueira, Isabel Queirós e Bela Duarte, que iniciaram dois projetos marcantes para o panorama das artes plásticas no arquipélago: a Cooperativa Resistência e a galeria Azul+Azul=Verde. Igualmente marcante para a consolidação das artes plásticas cabo-verdianas foi a passagem de Manuel Figueira, como diretor, pelo Centro Nacional de Artesanato (CNA). Outro momento importante deu-se ainda com a criação da Urdi – Feira de Artesanato e Design de Cabo Verde, em 2015, por iniciativa de Irlando Ferreira, então responsável pela direção do Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design de Cabo Verde (CNAD), instituição que substituiu o Centro Nacional de Artesanato e que hoje é dirigida por Artur Marçal.

Recentemente foram inauguradas as novas instalações do edifício que alberga o Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design, que começou por ser a residência do Senador Vera-Cruz (1862-1933), passando depois a sede da Rádio Barlavento e, já depois da independência, foi nele instalado o Centro Nacional de Artesanato. O CNAD tem vindo a dar alento à arte num país cujo mercado da arte, não obstante a projeção internacional de alguns dos seus artistas, ainda apresenta muitas fragilidades. Atendendo à reportagem de Mariana Duarte (em *Público*, 1.08.2022) sobre a inauguração em apreço, intitulada “Promover a arte, o artesanato e o design ‘sem hierarquias, nem complexos’”, a dinamização desse mercado numa perspetiva integrada das diferentes modalidades artísticas parece ser uma das principais prioridades do projeto, sendo esta leitura confirmada pela professora e investigadora Isabel Lobo¹⁴, residente no Mindelo (Cabo Verde), para quem o sentido patrimonial que orientava inicialmente o projeto do Centro Nacional da Arte deu lugar a uma criatividade multidisciplinar, presente na chamada grande arte, no design e no artesanato. A criação, no edifício remodelado, de uma galeria com o nome do que é hoje, provavelmente, o pintor cabo-verdiano de maior projeção internacional, Manuel Figueira, testemunha o particular empenho das autoridades na internacionalização da grande arte cabo-verdiana.

A evolução das artes plásticas angolanas não foi muito diferente. O papel residual que tiveram contrasta com o dinamismo que hoje as caracterizam, protagonizado por nomes internacionalmente reconhecidos, como o de António Ole¹⁵ (representado em Portugal pela Insofar Art Gallery), Edson Chagas (autor do projeto “Luanda, cidade cosmopolita”, responsável pela atribuição à representação angolana do Leão de Ouro na Bienal de Veneza, 2013) ou ainda Yanomine (representado em Portugal pela galeria Cristina Guerra). Esta pujança é fruto, por um lado, de um conjunto de políticas implementadas após a independência do país, mormente a fundação da UNAP (União Nacional dos Artistas Plásticos) em 1977, e, por outro, da passagem de testemunho, a exemplo do que aconteceu noutros países africanos continentais (Kasfir, 1999), de artistas ocidentais, sedeados na colónia, para jovens artistas africanos, por aqueles incentivados e apoiados. Se as políticas públicas deram substância a um modelo de desenvolvimento da cultura e da profissionalização dos respetivos protagonistas decalcado da experiência soviética, a segunda situação, a da passagem de testemunho de artistas ocidentais, traduz o carácter exógeno que envolveu o surgimento da arte contemporânea africana, que, num primeiro momento, representou uma rutura (que não foi tão visível na

¹⁴ Informação prestada a 20.10.2022.

¹⁵ Veja-se, a título de exemplo da sua projeção internacional, a exposição retrospectiva da sua obra, “Luanda, Los Angeles, Lisboa”, que teve lugar no Museu Calouste Gulbenkian, em Lisboa, de 17.09.2016 a 9.01.2017 ou ainda o facto de uma das suas obras ter sido escolhida para encimar o espaço dedicado a África no Museu de Etnologia de Berlim (Ethnologisches Museum). De referir que se trata de um dos maiores museus de antropologia da Europa que, na sua passagem, depois da queda do muro, da região de Dahlem para a Ilha dos Museus, nomeadamente para o Humboldt Forum, se procedeu à articulação entre a atualidade africana, a arte contemporânea e o espólio etnográfico, grande parte dele recolhido no século XIX. Recaiu, assim, sobre a obra de António Ole uma fatia importante da representação da contemporaneidade africana.

literatura, mesmo sendo esta maioritariamente escrita na língua da colonização) entre o que se poderá considerar como arte tradicional, hoje igualmente designada por arte clássica, e a arte moderna e/ou contemporânea.

Evidentemente que, na maioria das situações (o que é, de uma forma geral, válido para toda a África colonizada pelas potências europeias) em que os mecenas e os artistas europeus incentivaram jovens artistas africanos com o propósito de estes valorizarem as suas raízes e, assim, tornarem a arte que produziam supostamente mais autêntica em termos estéticos. Não deixando de haver algum interesse financeiro nesta orientação, seria absolutamente incorreta a interpretação destes atos fora de uma dimensão altruísta e, claro, também ideológica. Embora vivendo nas colónias, eram anticolonialistas. E vários são os exemplos de tal atitude. Vale mencionar, no que às colónias portuguesas diz respeito, o apoio prestado por Pancho Guedes ao pintor moçambicano Malangatana (Neves, 2013) e, no que se refere a Angola, a influência e o apoio que Eduardo Zinc, professor do Liceu Salvador Correia de Sá, prestou a António Ole, como o próprio confessa a Isabel Carlos (2016, p. 33).

Não se registaram nas artes plásticas correntes de influência direta idênticas às da literatura entre o Modernismo brasileiro e os africanos. Tal não invalida, porém, que as experiências artísticas das três regiões (hoje filtradas pela experiência e todo nacionais) não tenham registado semelhanças durante os respetivos modernismos e continuem hoje a registar afinidades quanto às cores e temáticas, devido, fundamentalmente, a dois fatores: 1) o de terem sido colonizadas pelo mesmo agente, de cuja ação resultaram sociedades bioculturalmente mestiças; 2) o de serem regiões atlântico-tropicais com uma exposição à luz solar com *kelvins* (K, unidades de medição da luz) aproximados. Estes dois fatores respondem, assim, pelas semelhanças patentes nos trabalhos de Manuel Figueira, e Kiki Lima (Cabo Verde), de António Ole, Jorge Gumbe, Edson Chagas e Filomena Coquenão (Angola) e de Cícero Dias, António Bandeira e Karibé (Brasil).

APONTAMENTO FINAL

Ao evocar-se hoje, num exercício de pós-colonialidade, a lusofonia como plataforma de entendimento e de estratégia identitária para cerca de 260 milhões de falantes de português em todo o mundo, está a dar-se expressão a um fundo histórico-cultural, que, inspirado em Roland Barthes, designei por grau zero da lusofonia (Venâncio, 1996b). As três experiências históricas em apreço, as manifestações de natureza literária e artística que delas emergiram, protagonizaram-na. O que os seus promotores alcançaram, em termos estéticos, está hoje plasmado em escritores e poetas como Germano Almeida (Cabo Verde), Ondjaki, José Eduardo Agualusa, João Maimona (Angola) e, por razões substancialmente diferentes, nos artistas plásticos referidos no parágrafo anterior, sendo que estes são apenas alguns entre muitos outros.

Pela cultura, pela arte, mesmo que com percursos diferentes, vem-se, assim, cumprindo a lusofonia!

BIBLIOGRAFIA

Fontes arquivísticas

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Coleção Angola, Caixa (cx.) 43, documento (doc.) 11 de 20.11.1760

Bibliografia

- Boulègue, J. (1989). *Les luso-africains de Sénégambie. XV^e-XIX^e*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Carlos, I. (2016). À conversa com António Ole. In António Ole, *Luanda, Los Angeles, Lisboa* (pp.33-52). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Clarence-Smith, G. [1990 (1985)]. *O terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema.
- Dimitrov, E. (2018). Cícero Dias e o regionalismo pernambucano. In *Revista Sociedade e Estado*, vol. 33, nº. 3: 727-754.
- Elias, N. [1986 (1970)]. *Was ist Soziologie?* Weinheim...: Juventa Verlag.
- Fernandes, G. (2002). *A diluição da África. Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Freyre, G. (1953). *Aventura e rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*. Lisboa : Livros do Brasil.
- Garcia Jr., A. (1993). Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 98, 20-33.
- Hélio, M. (2001). Textos sobre a vida e obra de Cícero Dias. In *Cícero Dias*. Curitiba: Simões de Assis Galeria de Arte
- Kasfir, S. L. (1999). *Contemporary African Art*. Londres: Thames & Hudson.
- Kock, W. J. (1972). *Die Geschichte Südafrikas*. Pretória: Informationsministerium.
- Lopes, B. (1956). *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre: Apontamentos lidos ao microfone da Rádio Barlavento*. Praia: Imprensa Nacional.
- Mariano, G. (1991). *Cultura caboverdeana. Ensaios*. Lisboa: Editorial Veja.
- Montello, J. (1976). O romancista José Lins do Rego. In J. Montello (Ed.), *José Lins do Rego. Ficção completa* (pp. 113-129). Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A.
- Pereira, T. I. M. (2011). *Uma travessia da colonialidade: pintura, coleções Intervisualidades*. Lisboa: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, AS.
- Reckwitz, A. (2014). *Die Erfindung der Kreativität. Zum Prozess gesellschaftlicher Ästhetisierung*. Berlin: Suhrkamp Verlag.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, D. de O.S. e. (2015). Cícero Dias: 'Eu vi o mundo'...as luzes e as cores do Nordeste. In *XI EHA – Encontro de História da Arte* (pp.129-134). Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/eha>atas>Dalmo>
- Venâncio, J. C. (1996a). *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Venâncio, J. C. (1996b). *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Editorial Vega.
- Venâncio, J. C. (1998). The Region as a reference for Artistic Creativity: The Importance of Regional Identity for the Distinctiveness of Lusophone Literatures. In *Comparative Social Research*, Volume 17, 177-197.

Venâncio, J.C. (2015). A lusofonia enquanto experiência estética. Considerações em torno da existência de um cânone lusófono. In M. de L. Martins (ed.), *Lusofonia e interculturalidade. Promessa e travessia* (pp. 433-449). V. N. de Famalicão: Edições Húmus

Wright, R. [2008 (1954...)]. *Black Power. Introduction by Cornel West*. Nova Iorque...: Harperperennia.

Young, R.J.C. [2005 (1995)]. *Desejo colonial. Hibridismo em Teoria, cultura e raça*. São Paulo: Perspectiva

RESUMO

O ensaio procura demonstrar que o conceito de lusofonia assenta numa configuração social, temporalmente enquadrada pelo período mercantilista (Sécs. XVI-XVIII/XIX), que lhe serve de núcleo duro. É constituída por três regiões ou áreas culturais: o Nordeste brasileiro, as ilhas de Cabo Verde e, no que concerne à Angola (de hoje), as cidades de Luanda e Benguela e respetivos *hinterlands*. A consciencialização das semelhanças socioculturais subjacentes à configuração deu-se com os modernismos, sendo que o brasileiro, surgido primeiramente, serviu de modelo aos africanos. A influência em apreço processou-se, sobretudo, no âmbito da literatura e constitui hoje, no cômputo das respetivas literaturas nacionais de Cabo Verde e Angola, um elemento distintivo. As semelhanças que se podem hoje verificar no domínio das artes plásticas/visuais não são tanto o resultado de influências diretas, mas antes a consequência da ação colonizadora, da geografia das regiões e da semelhante exposição à luz solar.

ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA

PRESIDENTE DE HONRA

Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

CONSELHO ACADÉMICO (CA)

Presidente: Doutora Maria Regina de Mongiardim

Vice-presidente: Prof. Cat. José Filipe Pinto

Vice-Presidente: Prof. Cat. José Carlos Venâncio

Vogal: Vice-almirante REF Rebelo Duarte

Vogal: Prof. Cat. Luís Aires-Barros – Presidente da SGL

Secretário-geral: Prof. Doutor José Esteves Pereira

ACADÉMICOS DE MÉRITO

Dr. José Ramos Horta

Dom Manuel Nascimento Clemente (ex-Cardeal Patriarca de Lisboa)

Gen. REF José Pinto Ramalho

Prof. Doutor José Barata-Moura

Prof. Doutor António Dias Farinha

ACADÉMICOS DE NÚMERO ESTRANGEIROS

Prof. Doutor Josué Montello

ACADÉMICOS DE NÚMERO PORTUGUESES

1. Dr. Carlos Monjardino – antigo Presidente do CA

2. Prof. Doutor Martin Eduardo Corte Real de Albuquerque

3. Prof. Doutor Luís António Aires-Barros

4. Prof. Doutor José Carlos Venâncio

5. Prof. Doutor Francisco Miguel Proença Garcia

6. V/Alm. REF João Pires Neves

7. Prof. Doutor José Fontes

8. V/Alm. REF António Rebelo Duarte

9. Doutora Maria Regina de Mongiardim da Costa Flor e Almeida

10. Prof. Doutor José Filipe Pinto

11. Prof.^a Doutora Maria Salomé Pais

12. Prof.^a Doutora Sónia Frias

13. Alm. REF Francisco Vidal Abreu

14. Prof. Doutor António Sampaio da Nóvoa

15. Prof.^a Doutora Maria da Glória Garcia

16. Prof. Doutor José Esteves Pereira

17. Pe. Dr. Vítor Melícias

CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

1. Prof. Doutor Evanildo Cavalcante Bechara

2. Prof. Doutor Manuel Chantre

3. Eng. Darc António da Luz Costa

4. Prof. Doutor Hipólito de la Torre Gómez

5. Prof. Doutor Lawrence Graham

6. Prof. Doutor Carlos Francisco Ribeiro de Lessa

7. Prof. Doutor Ives Gandra Silva Martins

8. Prof. Doutor Raúl Morodo

9. Prof. Doutor Carlos Nejar

10. Dr. Mário Cabral e Sá

11. Prof. Doutor Marcos Vinícios Vilaça

12. Dr. Zhang Weimin

13. Prof. Doutor Víctor Mário Chicua Kajibanga

14. Prof. Doutor George Contogeorgis

15. Prof.^a Doutora Fátima Moura Roque

16. Dr. José Rodriguez Carballo

17. Dr. Gilberto Veríssimo

18. Dr. Domingos Simões Pereira

19. Prof. Doutor José Carlos Gentili

20. Prof. Doutor José Octávio Serra Van-Dúnem

21. Prof. Doutor Paulo de Carvalho

22. Prof. Doutor José Maurício de Carvalho

CORRESPONDENTES PORTUGUESES

1. Prof. Doutor João Carlos Espada

2. Dr.^a Teresa Gouveia

3. Prof. Doutor António de Sousa Lara

4. Ten-Gen REF José Eduardo Garcia Leandro

5. Dr. Álvaro José Laborinho Lúcio

6. Dr. Joaquim Aguiar

7. Prof.^a Doutora Manuela Tavares Ribeiro

8. Prof.^a Doutora Maria José Ferro Tavares

9. Dr. Fernando Nobre

10. D. José Manuel Garcia Cordeiro – Bispo de Braga e Primaz das Espanhas

11. Prof.^a Doutora Maria Manuela Mendonça

12. Dr. Luís Amado

13. Prof. Doutor Paulo Mota Pinto

14. Eng. António Jorge Nunes

15. Dr.^a Gabriela Canavilhas

16. Dr. Pedro d' Avillez

17. Dr.^a Isabel Mayer Moreira

18. Dr. Onésimo Teotónio Almeida

19. Prof. Doutor António Bensabat Rendas

20. Dr.^a Maria da Assunção Anes Morais

21. Prof. Doutor Bernardo Ivo-Cruz

22. Prof.^a Doutora Helena Chaves Carreiras

23. Dr. Vítor Gonçalves (Jornalista da RTP)

24. Prof.^a Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade

25. Prof. Doutor Renato Epifânio

26. Prof. Doutor Luís Tomé

27. Embaixador jubilado Doutor José Manuel Duarte de Jesus

28. Prof.^a Doutora Ana Cristina Martins



Portugal em Acção